

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

VICTOR TEODORO DE SOUSA

O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores:

trajetória, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa

SÃO PAULO

2018

VICTOR TEODORO DE SOUSA

O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores:

trajetórias, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientadora: Suzeley Kalil Mathias.

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

S725 Sousa, Victor Teodoro de.
O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores : trajetórias, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa / Victor Teodoro de Sousa. – São Paulo, 2018.
127 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Suzeley Kalil Mathias.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

1. Brasil – Relações exteriores – América do Sul – Séc. XXI. 2. América do Sul – Defesa – Séc. XXI. 3. Partido dos Trabalhadores (Brasil) – História – Séc. XX. 4. Partido dos Trabalhadores (Brasil) – História – Séc. XXI. 5. Brasil – Presidente (2003-2006 : Lula). 6. Brasil – Presidente (2007-2010 : Lula). I. Título.

CDD 327.81

VICTOR TEODORO DE SOUSA

O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores:

trajetórias, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientadora: Suzeley Kalil Mathias.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Suzeley Kalil Mathias (Universidade Estadual Paulista)

Prof. Dra. Érica C. A. Winand (Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista)

São Paulo, 24 de janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre esteve do meu lado, me apoiando e torcendo pelo meu futuro. Em especial, sou grato à minha mãe, que nunca duvidou das minhas escolhas e sempre apoiou quaisquer que fossem os meus sonhos. Também me sinto grato e muito feliz pelo apoio de minha companheira Gabi, que do início sempre foi meu porto seguro e minha inspiração. Não poderia deixar de citar aqui os meus queridos amigos de turma, sem os quais não teria sido possível enfrentar a batalha cotidiana que é ser pesquisador no Brasil. Em especial aos jovens do apê 14 com quem tive a honra de dividir um pouco mais do que a vida acadêmica, *buongiorno!* Sem nunca esquecer dos companheiros de luta de Itapeva, entre pracinhas e protestos, *hasta la victoria! Venceremos!* Não seria justo se não reservasse um espaço aqui aos meus professores, que me ajudaram a construir, aula a aula, a pessoa que sou. Agradeço a uma das minhas *almae matres*; o Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, o Gedes, por sempre nos instigar ao questionamento crítico do mundo, a ir mais longe, cooperando e crescendo juntos. Agradeço ao professor Héctor Saint-Pierre, pelos bons conselhos e descontraídas conversas que sempre me ajudaram a optar por melhores escolhas e caminhos de pesquisa. Agradecimento que também faço ao professor Eduardo Mei, pelas orientações que me deu em relação ao projeto com que ingressei no STD e pela sempre alegre companhia nos cafés em Franca. Agradeço aos companheiros do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais, o NEAI, que desde o primeiro momento me acolheu e proporcionou um ambiente plural de enriquecimento conjunto. Agradeço ao Programa San Tiago Dantas pela oportunidade de poder fazer parte do seu distinto corpo e por contribuir tão honestamente com a construção da área de Relações Internacionais no país, mais que uma instituição, o STD é uma ideia. Agradeço às meninas da Secretaria e da Biblioteca, além de todos os trabalhadores da sede do Programa, pelo apoio institucional e o excelente trabalho. À minha amiga e conselheira Suzeley, minha sincera gratidão, pelo excelente estágio em que trabalhamos conjuntamente, pela constante supervisão ao longo de todo o meu trajeto durante o mestrado e por ouvir tão pacientemente os meus problemas e aflições. Especial menção aos companheiros do Dicionário, projeto que muito me orgulho de ter feito parte nestes anos. Não poderia concluir sem expressar minha gratidão aos membros da banca, que aceitaram prontamente o convite: Érica Winand e Samuel Soares. E também à Marina Vitelli, pelas excelentes contribuições durante o exame de qualificação, ao lado do professor Samuel e do professor Marco Aurélio Nogueira. E, por fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, pelo apoio financeiro que tornou possível esta pesquisa.

[...] a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas esse grupo não é isolado: tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do complexo quadro de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente até com interferências internacionais), resultará a história de um determinado partido, por isso se pode dizer que escrever a história de um partido significa nada mais que escrever a história geral de um país do ponto de vista monográfico, para pôr em relevo um aspecto característico.

Um partido terá tido maior ou menor significado e peso, na medida em que sua atividade particular tenha pesado mais ou menos na história de um país.

Antonio Gramsci, Maquiavel: a política e o Estado moderno

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender como o pensamento sobre questões internacionais desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) impactou na política externa do governo Lula da Silva (2003-2010). Utiliza-se as produções documentais resultantes dos Congressos, Encontros e Campanhas Presidenciais, produzidos pelo próprio partido entre os anos de 1979 e 2017, para analisar a evolução das discussões sobre a temática internacional. Apresenta-se, por meio de resenhas ano a ano, um panorama amplo sobre a evolução das bases programáticas do PT, evidenciando um processo de mudança identitária, ocorrida durante os anos de 1990 e culminando no início dos anos 2000. Esta mudança representa a ascensão de uma nova pauta em torno da liderança de Lula da Silva: o lulismo. A agenda desta corrente assume posição majoritária na condução do partido. Após a conquista da Presidência em 2002, esta influência é percebida sobre a atuação em política externa do governo. A ação assertiva e condicionantes de variadas matizes alçam o país a um certo protagonismo internacional e regional. O projeto de integração na América do Sul passa a ser um território de disputa entre dois modelos: o lulismo e o bolivarianismo chavista. Condicionantes conjunturais dão maior espaço à atuação brasileira na região. O país adota uma postura moderada e conciliatória no subcontinente sul-americano, ao passo que expressa uma posição reformista no plano internacional. Nesta seara são propostas as iniciativas da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos em 2008. Dada a importância destes organismos para a integração sul-americana, analisamos o impacto das disputas entre os diferentes projetos políticos para a região e da política externa adotada pelo governo Lula para a integração em defesa. Conclui-se que a dinâmica de disputa regional impulsionou as iniciativas de integração, tendo um papel importante para a consolidação de um espaço de diálogo e concertação, representado por estes órgãos. O Brasil destaca-se como figura central neste processo, pela posição moderadora e pragmática que adotou e do projeto político interno que desenvolveu.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores (PT); política externa; cooperação regional; Unasul; CDS.

ABSTRACT

This research aims to understand how the thinking about international issues developed by Brazilian Workers' Party (PT) has impacted the foreign policy of Lula da Silva government (2003-2010). Documentary productions resulting from the National Conventions, Meetings and Presidential Campaigns produced by the party itself between 1979 and 2017 are used to analyze the evolving discussions on international thematic. An overview of evolving PT's programmatic bases is presented annually through reviews, evidencing a process of identity change that took place during the 1990s and culminating in the early 2000s. This change represents the rise of a new agenda around the leadership of Lula da Silva: the *lulismo*. The agenda of this internal trend takes a majority position in the board of the party. After winning the Presidency in 2002, this influence is perceived on the government's foreign policy performance. By assertive action and constraints of different shades raise the country to a certain international and regional projection. The integration project in South America becomes a territory in the dispute between two models: *lulismo* and *bolivarianismo*. Situational factors give greater space to the Brazilian performance in the region. The country adopts a moderate and conciliatory stance in the South American subcontinent, while expressing a reformist stance on the international plane. In this environment, the initiatives for the Union of South American Nations (Unasur) and the South American Defense Council (SADC), both in 2008, are proposed. By the importance of these organizations for South American integration, we analyze the impact of disputes between the different political projects for the region and the foreign policy adopted by Lula government in defense integration. It is concluded that the regional dispute dynamics has boosted integration initiatives, playing an important role in the consolidation of a space to dialogue and consultation, represented by these bodies. Brazil stands out as a central figure in this process, for the moderating and pragmatic position it adopted and for the internal political project it developed.

Keywords: Worker's Party (PT); foreign policy; regional cooperation; Unasur; SADC.

RESUMEN

Esta investigación objetiva comprender cómo el pensamiento sobre cuestiones internacionales desarrollado por el Partido de los Trabajadores brasileño (PT) impactó en la política exterior del gobierno Lula da Silva (2003-2010). Se utilizan los documentos resultantes de los Congresos, Encuentros y Campañas Presidenciales, producidos por el propio partido entre los años 1979 y 2017, para analizar la evolución de las discusiones sobre la temática internacional. Se presenta, por medio de reseñas año tras año, un panorama amplio sobre la evolución de las bases programáticas del PT, evidenciando un proceso de cambio de identidad ocurrido durante los años 1990 y culminando a principios de los años 2000. Este cambio representa la ascensión de una nueva pauta en torno al liderazgo de Lula da Silva: el lulismo. La agenda de esta corriente asume una posición mayoritaria en la conducción del partido. Después de la conquista de la Presidencia en 2002, esta influencia se percibe sobre la actuación en política exterior del gobierno. La acción asertiva y condicionantes de variadas matices alza al país a un cierto protagonismo internacional y regional. El proyecto de integración en América del Sur pasa a ser un territorio de disputa entre dos modelos: el lulismo y el bolivarianismo chavista. Los condicionantes coyunturales dan mayor espacio a la actuación brasileña en la región. El país adopta una postura moderada y conciliadora en el subcontinente sudamericano, mientras que expresa una posición reformista a nivel internacional. En este contexto se proponen las iniciativas de la Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR) y del Consejo de Defensa Sudamericano (CDS), ambas en 2008. Dada la importancia de estos organismos para la integración sudamericana, analizamos el impacto de las disputas entre los diferentes proyectos políticos para la región y la política exterior adoptada por el gobierno de Lula para la integración en defensa. Se concluye que la dinámica de disputa regional impulsó las iniciativas de integración, teniendo un papel importante para la consolidación de un espacio de diálogo y concertación, representado por estos órganos. Brasil se destaca como figura central en este proceso, por la posición moderadora y pragmática que adoptó y del proyecto político interno que desarrolló.

Palabras clave: Partido de los Trabajadores (PT); política exterior; cooperación regional; UNASUR; CDS.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 | A VISÃO DO INTERNACIONAL NO PT AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA..... | 18 |
| 2.1 | A Fundação e contestação da ordem..... | 22 |
| 2.2 | As derrotas eleitorais e autocrítica..... | 36 |
| 3 | DO PARTIDO DE MASSAS AO PARTIDO NO GOVERNO..... | 50 |
| 3.1 | O processo de transmutação: do petismo ao lulismo..... | 67 |
| 4 | A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL..... | 73 |
| 4.1 | Sístole e Diástole: os paradigmas na Política Externa, alinhamento e autonomia..... | 73 |
| 4.2 | Oscilação pendular em relação aos EUA..... | 76 |
| 4.3 | A Política Externa do governo Lula no marco histórico da PEB..... | 80 |
| 5 | A COOPERAÇÃO REGIONAL EM DEFESA DA INFLEXÃO A CONSOLIDAÇÃO..... | 88 |
| 5.1 | Antecedentes e condicionantes no debate da agenda de segurança no continente..... | 89 |
| 5.2 | Dois projetos para a América do Sul: entre o lulismo e o chavismo..... | 93 |
| 5.3 | A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)..... | 98 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 105 |
| | BIBLIOGRAFIA..... | 111 |
| | APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS..... | 119 |
| | APÊNDICE B – CONCENTRAÇÃO DE DOCUMENTOS VINCULADOS À TEMÁTICA EM CADA EVENTO..... | 123 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um panorama sobre a evolução do pensamento em política internacional do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como objetivo a compreensão do processo de incorporação de ideias e conceitos sobre a temática nos documentos oficiais do partido desde a sua fundação até o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A partir da análise deste material, define-se uma agenda de atuação em política externa que viria a ser executada durante o governo Lula. Propõe-se uma análise dos pontos de inflexão e busca por liderança nos processos de integração sul-americana, destacando a centralidade da criação da Unasul e de seu Conselho de Defesa (CDS) para a compreensão da ascensão da perspectiva brasileira como modelo de liderança frente ao projeto bolivariano para o continente.

O material analisado contempla desde os documentos preliminares a fundação do partido: sua Plataforma Política e sua Carta de Princípios, ambos de 1979; os documentos fundadores: seu Manifesto e seu Programa Político, ambos produzidos em 1980; as resoluções partidárias resultantes de seus 6 congressos nacionais: ocorridos nos anos de 1991, 1999, 2007, 2011, 2015 e 2017; as resoluções dos encontros nacionais do partido: entre os anos de 1981 e 2014; e também pelos programas de governo apresentados durante os pleitos presidenciais entre 1989 e 2014. Apesar do período a partir do ano de 2010 não ser o foco deste trabalho, foram consultados os documentos produzidos para verificar se e qual o gradiente de continuidade das posturas partidárias após o governo Lula, já sob o governo de Dilma Rousseff. Portanto, apresentamos de forma sintética e condensada as linhas principais desenvolvidas após 2010.

Por se tratarem de documentos oficiais, não houve preocupação com a autenticidade dos mesmos, uma vez que foram obtidos nas bases de dados do partido e de instituições vinculadas a ele. A opção por este recorte é justificada pela intencionalidade dos documentos. No caso das Campanhas Presidenciais, tratam-se de documentos onde o PT expõe suas propostas à sociedade, de forma a convencer o eleitorado, tornando-se ao mesmo tempo um conteúdo programático e um instrumento de *accountability* pós eleições. Os demais documentos refletem a síntese de discussões internas, condensadas em grandes resoluções finais. Por se tratarem de duas instâncias de maior importância nacional – Encontros Nacionais e Congressos Nacionais – retratam a evolução das posições adotadas pelo partido de forma orgânica. Ainda que posições relacionadas a tendências possam não ter presença nestes documentos finais, seu conteúdo expressa as posições adotadas majoritariamente

dentro do partido, justamente aquelas que determinam as diretrizes para a atuação do PT.

Foi utilizado o método de análise qualitativa de conteúdo, valendo-se de pesquisa por palavras-chave nos documentos digitalizados, palavras estas derivadas de eixos temáticos que compõem a discussão sobre política externa no seio do partido: política internacional, integração e cooperação regional, segurança e defesa internacional. Os resultados são apresentados sob a forma de resenhas dos documentos sistematizadas ano a ano, a fim de apontar o amadurecimento dos debates internos do partido e a formação das concepções que constituem o seu posicionamento e atuação em política externa.

É possível identificar três momentos do pensamento político do partido: em sua gênese, entre os anos de 1980 e 1990, uma forte oposição, de caráter anti-sistêmica, aos paradigmas de política externa herdados do regime autoritário, vistos como representantes dos interesses hegemônicos das potências e sustentadores do sistema capitalista, fonte das opressões e explorações da classe trabalhadora e obstáculo maior para a instauração do projeto de socialismo democrático do PT. O segundo momento, durante os anos de 1990 e 2000, quando o partido passa por um intenso processo de autocritica, tanto na plataforma política, ideologia partidária e burocracia organizacional interna. Este processo se origina durante as seguidas derrotas eleitorais de 1989, 1994 e 1998, ao mesmo passo em que se redefinem as relações entre o capital e o projeto de distribuição de renda almejado, suavizando o discurso em busca de uma inserção internacional em termos mais ajustados ao sistema vigente, com a criação de um mercado interno de massas e sem necessariamente a derrubada do sistema capitalista. O terceiro momento, após os anos 2000, o partido se reconfigura novamente a partir da eleição presidencial de Lula da Silva em 2002, adotando uma postura reivindicatória porém reformista, baseada na diversificação de parcerias internacionais, maior aproximação com os países da América do Sul e do Sul Global e na atuação como *player* no cenário internacional.

Muitos trabalhos discutiram as posições do PT ao longo de sua história. Podemos destacar Gadotti e Pereira (1989), Meneguello (1989), Berbel (1991) e Keck (1991) como grandes referências sobre a formação e a definição identitária do partido. Secco (2011), Samuels (2004), Hunter (2006), César (2002) e Singer (2001) abordam a história do partido enquanto instituição e apresentam um amplo panorama dos principais acontecimentos da vida orgânica do PT. Sobre os governos ocupados pelo partido também há uma série de produções em diversas áreas como políticas públicas, políticas sociais, políticas econômicas e comerciais, entre outros. Especificamente sobre a política externa do governo Lula, podemos

citar um rol de produções que constituem as referências sobre o tema: Lima (2005), Albuquerque (2007), Amorim (2009), Vizentini (2008), Saraiva (2010), Sombra Saraiva (2002; 2010), Malamud (2011), Miyamoto (2011), Villa e Vianna (2007), Freixo (2011), Vigevani e Cepaluni (2007) entre outros. Na categoria específica da atuação no campo da defesa e segurança internacionais também existem trabalhos importantes como os de Dagnino (2010), Seabra (2014), Soares (2011), Vaz (2013). Há uma ausência, no entanto, de trabalhos que relacionem as concepções internas do partido sobre as questões do internacional com a administração desenvolvida pelo governo Lula. Ou seja, este trabalho se propõe a analisar uma dimensão até então pouco considerada que vincula os feitos e perspectivas da gestão petista à frente do Executivo entre os anos de 2003 e 2010, com as percepções e disputas internas inseridas na trajetória do partido. Pretende-se contribuir desta maneira com uma nova perspectiva que relaciona as dinâmicas internas do PT e sua atuação enquanto governo.

Há uma característica muito particular da atuação política do Partido dos Trabalhadores e particularmente de seu líder de maior expressão, Lula, que foi definida pelo cientista político e ex-porta-voz da Presidência (2003-2007), André Singer, em um artigo baseado em sua tese de livre-docência, publicado em 2009 na revista *Novos Estudos*, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap): o lulismo. A tese de Singer sustenta que os ideais e projetos desenvolvidos e defendidos por Lula acabaram por superar as demais correntes ideológicas dentro do partido, tornando-se maiores do que o conteúdo programático das origens do PT, ou o “espírito de Sion”¹, em referência à reunião em que o partido foi oficialmente fundado.

O lulismo estaria fundamentado na “expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida” (SINGER, 2009, p. 84). Seria portanto, um movimento em torno de Luiz Inácio Lula da Silva, que se baseia na conciliação de classes e na mudança dentro da ordem, ou seja, modificação das estruturas sociais sem impactar diretamente na distribuição de poder político, econômico e simbólico das elites. Esta visão foi compartilhada por parte significativa das lideranças do partido e exerceu grande influência na definição do programa adotado pelo PT e na execução do mesmo enquanto partido no governo.

Também há uma mudança profunda no discurso do então candidato Lula de 2002 e no

¹ A reunião para o lançamento do Manifesto de fundação do PT ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo, no auditório do Colégio Nossa Senhora de Sion. Nela estiveram reunidas mais de 1200 pessoas, entre sindicalistas, artistas, intelectuais, religiosos, etc. Foi marcada pela união de setores bastante heterogêneos da sociedade, mas reunidos em torno de um projeto de esquerda e combativo, que seria a marca do partido em seus primeiros anos de existência.

conteúdo programático de sua campanha. A mídia passou a chamá-lo pela alcunha de “Lulinha, paz e amor”, em referência à suavização do discurso contra o grande capital, o setor empresarial, as potências estrangeiras. O ponto de viragem desta transfiguração do líder sindical agressivo e radical para o candidato ponderado e conciliador é a publicação do documento partidário *Carta ao Povo Brasileiro*, durante a campanha presidencial de 2002, no qual se assume um compromisso em busca da estabilidade e crescimento econômico contando com os setores poderosos do capital, do setor financeiro, da grande produção industrial e da construção civil. O conteúdo programático da campanha traz também tônicas nesta direção.

O fenômeno do lulismo tornou-se um importante vetor no cenário político sul-americano, extrapolando os limites da discussão partidária interna ao PT, impactando diretamente sobre o jogo e a cultura política do Brasil e transbordando para a América do Sul através da influência em líderes e dirigentes políticos da região. Em outras palavras, o lulismo se tornou maior que o próprio PT (SINGER, 2012). Lula teria forjado, então, uma base social própria, que não necessariamente estaria vinculada ao PT. Segundo Hunter e Power (2007) houve um descolamento entre a base eleitoral dos parlamentares do partido e a base eleitoral que elegeu Lula em 2006. Lula conquistou a maioria do apoio nos estados do Norte e Nordeste, enquanto os parlamentares do partido conquistaram a maior quantidade de votos no Sul e Sudeste (HUNTER, POWER, 2007).

A tese de Singer (2009), que evidencia o surgimento do lulismo como uma força independente no seu partido, aponta que o petismo, paulatinamente vai dando espaço ao crescimento do lulismo na direção do PT. O petismo consistiria naquela essência fundadora do PT, assentada na crítica e na radicalização da pauta política, econômica e social, ou o “espírito de Sion”. O lulismo, entretanto, ao ganhar protagonismo já durante o final dos anos 1990 e determinar os rumos da campanha presidencial de 2002, passa a ocupar um largo espaço no conteúdo programático do PT, tendo seus ideais acatados de forma institucional pelo partido, definindo os rumos da administração governamental que se seguiria durante os dois mandatos de Lula, ou, o “espírito do Anhembi”² – em referência ao encontro onde foi apresentado o programa político de 2002. Estas correntes não se anulam mutuamente, é claro, passam portanto a coexistir no âmbito interno do PT, tendo porém, a predominância da cultura lulista como base programática do partido.

² Esta reunião ocorreu no dia 29 de junho de 2002, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil militantes e grande parte da direção do PT. Nela foi lançada a candidatura de Lula para as eleições do mesmo ano, assim como o programa de governo, contendo a *Carta ao Povo Brasileiro*, que marcou a transformação da agenda do partido, assumindo uma posição mais conciliatória e prevendo a aliança com setores do empresariado e do capital.

O lulismo em âmbito regional disputou espaço com um outro movimento encabeçado pelo então presidente da Venezuela, Hugo Chávez: o chavismo ou bolivarianismo chavista. Inserido na lógica da Revolução Bolivariana, o chavismo se assenta no pensamento de três grandes personalidades: Simón Rodríguez, Simón Bolívar e Ezequiel Zamora. Rodríguez foi um pensador, educador e político venezuelano, um dos mentores intelectuais de Bolívar, ao qual se atribui a influência sobre o pensamento sobre a Pátria Grande que concebeu mais tarde. Bolívar foi, ao lado de José Martí, José de San Martín, José Artigas, e Bernardo O'Higgins, um dos grandes líderes do processo de libertação da América Latina, lutando ao lado dos liberais e contra a colonização, tendo participado da condução da Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela à independência entre os anos de 1807 e 1830. Concebeu a ideia de uma América unida, livre e independente. Zamora foi um general liberal que lutou durante a Guerra Federal, entre forças conservadoras e liberais na Venezuela, ocorrida entre 1859 e 1863, defendia a reforma agrária e apoiava as lutas camponesas de seu tempo. Relativamente ao projeto lulista, o projeto chavista possui contornos muito mais radicais e agressivos nas relações com o capital estrangeiro e com o “império” representado pelos Estados Unidos.

Este momento de disputa entre o modelo conciliatório do lulismo e a posição agressiva do chavismo deu forma às iniciativas de integração na América do Sul a partir de meados dos anos 2000. Com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 2004 afirma-se um processo de cooperação e aproximação política na região. A CASA se desenvolve e lança as bases para a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, substituindo a organização anterior. Neste contexto, estiveram em debate as alternativas para a integração regional e os projetos políticos para os países sul-americanos.

O modelo de inserção internacional adotado pelo Brasil durante as administrações de Lula da Silva configurou-se como um exemplo para outras lideranças. O impacto na América do Sul ocorreu principalmente pela adoção da agenda lulista em plataformas políticas de candidatos ao Executivo. Podemos citar o caso de Ollanta Humala, no Peru; de José Mujica, no Uruguai; Fernando Lugo, no Paraguai; Mauricio Funes, em El Salvador, e o opositor Henrique Capriles, na Venezuela. Estes políticos adotaram em parte ou abertamente a defesa do “modelo brasileiro”, ou “Consenso de Brasília” (em contraposição ao Consenso de Washington que marcou as políticas neoliberais dos anos de 1990), de pacto entre classes a fim de promover a ascensão social dos setores mais desprivilegiados, dentro, entretanto, da ordem estabelecida, sem atacar diretamente os interesses das classes dominantes.

Paulatinamente, o lulismo e o “modelo brasileiro” foram tomando espaço como uma estratégia de inserção da região ao sistema internacional, pautada na organização das nações em torno da UNASUL, instituição que se insere no recorte do regionalismo pós-hegemônico (RIGGIROZZI, TUSSIE, 2012). Esta agenda política alça o Brasil a uma posição de maior representatividade no sistema internacional, participando ativamente das discussões sobre temáticas globais e afirmando-se como uma referência na execução de uma política externa dialógica e pacífica, seguindo a tradição da diplomacia brasileira. Também, o PT se projeta ainda mais em nível latino-americano, fortalecendo suas iniciativas e lança Lula como uma liderança regional.

Neste sentido, o lulismo assume a dianteira como perspectiva pragmática, pautando o relacionamento intra-regional em bases de mudança social, confiança e cooperação mútua, ao mesmo tempo em que mantém uma dinâmica de não-ruptura com as potências tradicionais. Adota-se, é importante ressaltar, uma postura mais autonomista no que tange as relações com os EUA e blocos como a Europa, tradicionalmente vinculados por relações de exploração e dependência. A novidade política, então, é o não enfrentamento direto destas potências mesmo defendendo relações em um nível superior de autonomia, como foram as revoluções do séc. XX. Parece haver uma forma de pacto conciliador implícito que caracteriza o país como uma liderança moderada na região (SORJ, FAUSTO, 2011).

Dentro desta dinâmica adotada na atuação da Unasul houve momentos tensos nas relações com os EUA. A ampla tensão ocorrida entre a Venezuela, a Colômbia e os EUA entre os anos de 2008 e 2010 é um dos casos mais representativos disto. Entretanto, a negociação ocorrida sob a constante observação da organização, leva a um apaziguamento dos ânimos, afastando a hipótese de um enfrentamento entre as partes. O Brasil participa ativamente do processo de resolução e se impõe como uma força moderadora na ocasião. As posturas venezuelanas sempre operam em um tom mais agressivo em relação aos EUA, trata-se de uma marca do bolivarianismo chavista que dinamizou as relações dos dois países ao longo dos anos. Mas dentro da institucionalidade da União, foi possível que outros países da região intermediassem as controvérsias e exercessem pressões sobre as partes a fim de evitar qualquer tipo de agressão física.

Evidencia-se, portanto, uma disputa interna à Unasul, entre perspectivas mais moderadas e outras mais radicais. Estes dois polos, não tão distantes em objetivos, mas divergentes quanto aos meios, são figurados sob o signo destas duas correntes políticas do continente: o lulismo e o bolivarianismo chavista. Esta disputa marca um processo com certo

grau de inflexão para a posição brasileira no continente, configurando uma situação onde foi necessária a conquista de um espaço de liderança. Neste sentido, abordamos a disputa como um fator de dinamização do projeto brasileiro para a América do Sul, uma vez que testou sua consistência programática e sua resiliência frente aos desafios impostos. Ao decorrer do processo, condicionantes econômicas e políticas acabam por favorecer a perspectiva mais moderada defendida pelo Brasil.

O processo de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008, é exemplo desta disputa entre projetos. Construído a partir de uma iniciativa conjunta entre Brasil e Venezuela, e tendo o apoio imediato de Argentina e Chile, o Conselho desempenhou um papel importante na demarcação de posição da Unasul, reforçando o seu caráter autonomista diante das influências externas, principalmente dos EUA que historicamente atuam na direção de moldar as pautas em torno da defesa e segurança do hemisfério. Algumas divergências na forma de atuação do Conselho, entretanto, marcam as diferentes posições de Brasil e Venezuela no processo de construção da iniciativa. Em outras palavras, estes atores disputam uma certa posição de liderança nos projetos para a região, não significando que os fundamentos destes projetos sejam excludentes ou contraditórios. É possível afirmar, em alguns casos, que sejam, inclusive, complementares.

Conclui-se, portanto, que o PT ao longo de sua trajetória passou por um processo de adaptação aos cenários políticos domésticos e internacionais, deixando sua postura inicial de combatividade mais radical por uma atuação mais pragmática e conciliadora em busca de reformas estruturais no âmbito interno em paralelo com a projeção e inserção internacional do país. As discussões ocorridas no seio do partido, apontam para uma leitura apurada do internacional e uma capacidade resiliente de redefinição de estratégias em busca de um projeto político.

Os avanços obtidos no campo da política externa durante as gestões de Lula tornaram-se robustos pilares para a cultura política nacional e a condução dos processos de regionalização e inserção internacional impactaram em larga medida as dinâmicas de cooperação na América do Sul (em iniciativas como a União das Nações Sul-Americanas, Unasul, ou o Conselho de Defesa Sul-Americano, CDS), e na reconfiguração do sistema internacional contemporâneo (expresso, por exemplo, na coalizão dos BRICS ou nas discussões estimuladas pelo G-77, no âmbito da OMC).

A pesquisa está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *A visão do Internacional no PT ao longo de sua trajetória*, apresentamos um panorama histórico desde a fundação do Partido dos Trabalhadores até a primeira eleição disputada em nível nacional, em 1989. Iniciando com a análise dos documentos pré-PT, durante o ano de 1979, no qual se discute a necessidade da criação de um partido para as massas trabalhadoras, damos seguimento aos documentos que compreendem os anos de 1980 e 1989. Na seção *Fundação e contestação da ordem*, iniciando com os documentos de fundação do partido, que contém as diretrizes básicas da organização, programa e posição da organização e avançando durante os anos de 1980, passando pelos documentos onde se discute a criação do partido: a Tese de Santo André-Lins, a Carta de Princípios, a Plataforma Política e a Declaração Política. Também observamos os documentos de fundação do partido, seu Manifesto e seu Programa. Passamos, então, pelos seis primeiros Encontros Nacionais do PT (1981, 1982, 1984, 1985 - Extraordinário, 1986, 1987, 1988 e 1989), assim como a Campanha Presidencial de 1989, primeira disputada pelo partido e que representa um marco na divisão histórica do mesmo.

Na seção seguinte *Derrotas eleitorais e autocrítica*, apresentamos as resenhas dos documentos produzidos ao longo dos anos 1990, compreendendo as Campanhas Presidenciais de 1994 e de 1998, os cinco Encontros Nacionais ocorridos neste período (1990, 1993, 1994, 1995, 1997 e 1998 – Extraordinário) e os dois primeiros Congressos Nacionais do PT (1991 e 1999). Esta primeira parte do trabalho é dedicada a avaliar estes dois momentos da vida do partido, seu início bastante ideológico e anti-sistêmico, a confrontação com o sistema institucionalizado da política nacional e o processo de autocrítica que irá levá-lo à sua terceira fase.

No segundo capítulo da pesquisa, *Do partido de massas ao partido no governo*, trazemos os documentos produzidos durante o período de preparação para as eleições e o decorrer do governo Lula (até 2010), consistindo em dois Encontros Nacionais (2001 e 2006), um Congresso Nacional (2007) e as duas Campanhas Presidenciais (2002 e 2006 a reeleição). Evidenciamos a transformação programática que antecedeu a eleição de Lula em 2002 e modificou a identidade do PT. Também analisamos os documentos produzidos após este período, já durante o governo de Dilma Rousseff. Por mais que eles não constituam a unidade de análise central deste estudo, sua leitura foi importante para verificar a continuidade das perspectivas de governo. Por este motivo são apresentados de forma condensada, entre 2010 e 2017, as duas Campanhas Presidenciais de Dilma (2010 e 2014), um Encontro Nacional

(2014) e três Congressos Nacionais (2011, 2014 e 2017). Já na seção *O processo de transmutação: do petismo ao lulismo* discutimos a ideia da existência de uma corrente organizada em torno da figura de Lula e de suas perspectivas políticas que ao longo da história do partido se constituiu como um firme bloco dentro do partido, assumindo a direção do mesmo e alçando o lulismo acima dos valores históricos do PT, ou, o petismo.

Avançando para o terceiro capítulo, *A Política Externa Brasileira e as estratégias de inserção internacional*, apresentamos um panorama da política externa do Brasil sob a ótica das iniciativas de busca por autonomia sistêmica. Na seção *Sístole e Diástole: os paradigmas na Política Externa, momentos de alinhamento e de busca por autonomia* apresentamos esta dinâmica que pauta os paradigmas da PEB desde pelo menos o Barão do Rio Branco, no início do séc. XX. Os principais momentos da política externa do país são apresentados na seção *Oscilação pendular diante dos EUA*, quando promovemos uma discussão sobre a centralidade dos EUA como influência permanente dos rumos tomados pelo Brasil e pelos países da América Latina. Por fim, na seção *A PE do governo Lula no marco histórico da PEB* apresentamos na leitura da literatura pertinente, os feitos e impactos causados pelo governo de Lula para a política externa do país..

No quarto e último capítulo, intitulado *A cooperação em defesa da inflexão a consolidação*, argumentamos que projetos distintos para a integração sul-americana representaram um desafio para o governo brasileiro durante os anos 2000. Introduzimos na seção *Antecedentes e condicionantes no debate da agenda de segurança no continente* a evolução das discussões e a incorporação de conceitos nas agendas de segurança na região. Apresentamos na seção *Dois projetos para a América do Sul: entre o lulismo e o chavismo* como a estratégia de inserção brasileira, representada dentro da dinâmica do lulismo, encontrou na figura do presidente venezuelano, Hugo Chávez, um adversário político, com planos tão ou mais ambiciosos para a América do Sul, que acabaram trazendo algum nível de dissenso no início do processo de discussão no seio da CASA e posteriormente na Unasul. Na seção *A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano*, apresentamos alguns argumentos que visam caracterizar o CDS como um importante palco da disputa entre ocorridas nações no seio da América do Sul.

Por fim, encaminhamos considerações finais que apresentam um fechamento das discussões, concluindo a argumentação inicial. Os documentos utilizados neste estudo são descritos no “Apêndice A – Lista de Documentos Consultados”, enquanto uma simples representação gráfica da ocorrência da temática nos mesmos está reunida no “Apêndice B –

Concentração de Documentos vinculados à temática em cada evento”. Todos os documentos utilizados foram obtidos nas bases de dados do Centro Sérgio Buarque de Hollanda: Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo. A totalidade dos documentos oficiais organizados por data e ocorrência e destacados os trechos que englobam a temática podem ser consultados numa base online criada pelo autor, acessível pelo *link* https://drive.google.com/drive/folders/1zOMiyIsEqO7ddwwSgQKq_-mjRva67wPD.

2 A VISÃO DO INTERNACIONAL NO PT AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA

Após a promulgação do Ato Institucional Número Dois, por Castelo Branco, todos os partidos foram extintos. A hegemonia disputada pelos três principais partidos oriundos desde o Estado Novo de Vargas entre o setor conservador oligárquico e a direita, representada na União Democrática Nacional – UDN, setores conservadores mas alinhados ao centro e com o governo Vargas no Partido Social-Democrático – PSD, e o trabalhismo sindicalista e reformista, representado no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, ficou diluída entre os atores virtuais criados e tutelados pelo regime.

Para a virtualidade da “democracia” do período militar, eram necessárias organizações políticas, inclusive que fizessem “oposição” ao regime. Entre os anos de 1965 e 1980, só puderam existir duas organizações: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. A ARENA era composta pela base do governo militar, situado entre a direita e a extrema-direita, congregando a maior parte das forças conservadoras, ruralistas e ex-udenistas, além de ex-membros do Partido de Representação Popular – PRP, fundado por Plínio Salgado representando membros da antiga Ação Integralista Brasileira – AIB, durante a era Vargas, e de alguns membros mais à direita do PSD. Já o MDB reunia as forças de oposição ao regime, entretanto sua atuação era duramente condicionada ao espaço permitido pelo regime, executando portanto, uma “oposição comportada”.

De todo modo, reuniam-se neste movimento todas as forças contrárias ao regime, desde ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro – PCB (que viviam na ilegalidade, sofrendo perseguições e arbítrios) às figuras mais de centro, como parcelas mais moderadas advindas do PTB e de partidos como o Partido Socialista Brasileiro – PSB. Não possuía, entretanto, uma significativa representação das classes operárias, uma vez que a maioria destes quadros foram presos ou cassados. Foram divididos entre as novas agremiações os ex-membros do Partido Trabalhista Nacional – PTN, de Jânio Quadros, e do Partido Social Progressista – PSP, de Adhemar de Barros.

A criação do Partido dos Trabalhadores no ano de 1980 ocorre por um movimento de pré-abertura do regime autoritário, vigente desde 1964. Em linhas gerais, ao final do regime, o desgaste institucional e público do mesmo, levou à necessidade de abertura política. Neste contexto, o então ministro da Casa Civil do governo de João Batista Figueiredo, Golbery do Couto e Silva, sugere a possibilidade de criação de novos partidos em substituição ao modelo

bipartidário vigente desde 1965. A artificialidade do bipartidarismo desfrutava de enorme desprestígio popular e enfraquecia a imagem positiva que o regime queria passar durante o processo de distensão “lenta, gradativa e segura”. Portanto, foram criados novos partidos a partir da Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

A estratégia de Golbery, no entanto, não era uma simples benevolência em busca de uma imagem mais afável para o último governo do regime. Dos dois blocos do sistema bipartidário, o Partido Democrático Social – PDS, congregava massivamente os antigos membros da ARENA, ou seja, continuava sendo uma força bastante significativa e organizada; já o MDB foi fragmentado em cinco novas organizações: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, continuação do MDB sob a liderança de Ulysses Guimarães; o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, reunindo antigas lideranças do trabalhismo varguista; o Partido Democrático Trabalhista – PDT, criado pela dissidência de Leonel Brizola dentro do PTB; o Partido Popular – PP, de posição moderada, sob a liderança de Tancredo Neves e do então governador da Guanabara (Rio de Janeiro) Chagas Freitas; e por fim o Partido dos Trabalhadores – PT, que reunia diversos setores operários, sindicalistas, da igreja católica, intelectuais e lideranças de movimentos sociais.

O PT surge então para ocupar o espaço ausente de representatividade das classes trabalhadoras, “um partido classista, com caráter amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos próprios trabalhadores” (GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.29). Assim como foi um ambiente para as alas mais críticas do MDB e para um amplo rol de lideranças sociais, intelectuais, políticas, sindicais e de setores da igreja católica (particularmente aqueles vinculados à Teologia da Libertação). As ideias iniciais do partido se desenvolvem em torno dessas lideranças, o que imprime uma certa indefinição programática nos primeiros anos de sua fundação. Um grande número de temáticas são abarcadas e as produções documentais resultantes dos encontros e congressos refletem este embate inicial entre as forças que o compuseram.

Esta característica se pereniza em sua organização e fundamenta sua estrutura como “partido de tendências”, no qual agrupamentos ideológicos se organizam de forma autônoma e quase independente no seio do partido, disputando espaços de liderança e direção, assim como o conteúdo do programa ideológico e dos projetos políticos. Esta forma de organização permitiu, ao longo dos anos, que parcelas significativas do partido viessem a disputar espaços internamente, dinamizando as discussões e resoluções produzidas em âmbito nacional, chegando a possuir 16 tendências, tendo como principais correntes a Construindo um Novo

Brasil (CNB), a Mensagem ao Partido, a Articulação de Esquerda e a Democracia Socialista.

No passado recente, grupamentos destes cindiram com o partido, abandonando-o e formando novas agremiações, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU, fundado em 1993 oriundo da expulsão de radicais trotskistas da tendência Convergência Socialista representados na figura de Zé Maria, dirigente do partido desde então; ou o caso do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, fundado em 2005 por setores discordantes da linha assumida pelo governo Lula, alguns expulsos do partido como os representados nas figuras de Heloísa Helena, Luciana Genro e João Batista (Babá).

A tendência com maior representatividade no partido é a Articulação Unidade na Luta, que surgiu em 1983 sob o nome de Articulação dos 113, e que “[...] procurava dividir águas com as organizações, principalmente trotskistas, que motivaram inicialmente a criação do partido. O documento reafirmava a necessidade de vitalizar os núcleos de base com caráter deliberativo e a formação política e cultural dos militantes, com foco prioritário de atuação nos movimentos sociais.” (RICCI, 2015). Posteriormente, a Articulação passa a ocupar o que é chamado no partido de Campo Majoritário, o grupamento de tendências que encabeça a hegemonia de uma corrente, assumindo a liderança e direção do partido. Esta tendência, compõe a corrente chamada Construindo um Novo Brasil (CNB) e é majoritária no partido pelo menos desde sua fundação em 1983. São vinculados a ela os nomes de maior destaque na história do PT, como Lula, José Genoíno, José Dirceu, Luiz Dulci, Aloizio Mercadante, Marco Aurélio Garcia, Ricardo Berzoini, Benedita da Silva, Humberto Costa, Luiz Gushiken, Gilberto Carvalho, entre outros (SECCO, 2011).

O modelo de organização por tendências, apesar de conferir certa turbidez programática, também possibilita um intenso processo de discussão interna, o que ocasiona constantes oportunidades de autocrítica e revisão. O protagonismo da CNB dentro do partido, assim como a figura de maior importância vinculada a ela, Lula, direcionam a orientação do partido, porém, sem impedir a contestação e disputa interna com outras tendências ou correntes. Foi esta característica que, justamente, tornou possível o movimento de mudança ideológica e de projeto ao longo da trajetória do PT: partindo de uma posição radicalizada e agressiva e transformando-se em uma postura de conciliação dos embates sociais, conformando no mesmo projeto as demandas populares e dos representantes das elites econômicas e financeiras.

Desenhando em linhas bastante gerais a constituição do PT, o que pretendemos apresentar na discussão a seguir é um panorama da história do partido, focando na visão sobre política internacional predominante e seus momentos de transformação. Para isto foi consultada uma unidade de análise de um total de 127 documentos, oriundos dos Encontros Nacionais, Congressos Nacionais e Campanhas Presidenciais do partido, entre 1979 e 2017. Agrupados em conjuntos conforme a natureza dos documentos, são 16 Encontros Nacionais, 6 Congressos Nacionais e 7 Campanhas Presidenciais, além de documentos do período anterior à fundação e os que constituem a fundação do partido em si. Interessa-nos principalmente os documentos que abarcam o período de fundação e organização do partido (1979 até meados dos anos 1990) e os que foram produzidos durante o governo Lula (2003-2010). Entretanto, também foram incluídos os demais documentos produzidos antes da presidência de Lula e os mais recentes, já inseridos no período do governo de Dilma Rousseff que serão tratados como amostragem de controle a fim de apontar a ocorrência ou não de mudanças substanciais de programa, mas sem desfrutar de uma posição de destaque na explanação e apresentação.

A proposta de analisar estes documentos está fundamentada na percepção de que por se tratarem de reuniões de larga escala, com a participação de correntes e tendências diversas e discussões das mais variadas naturezas, estes documentos produzidos como resultado final das reuniões carregam a síntese dos embates internos e das discussões ocorridas. Pela falta de acesso às atas e documentos mais detalhados, assim como pela impossibilidade de consultar tamanho acervo, as resoluções finais dos fóruns internos do partido fornecerão uma amostra do que foi visão predominante sobre as temáticas de interesse desta pesquisa. Realizado este processo de análise e seleção no material completo, um número menor de produções apresentaram trechos ligados diretamente à temática em tela – a visão internacional do PT – totalizando menções em 48 documentos.

Todos os documentos e fontes oficiais foram obtidos nas bases de dados do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política, mantido pela Fundação Perseu Abramo e disponíveis para consulta digital. Aplicou-se o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1979; MINAYO, 2008; CELLARD, 2008). Foram buscadas palavras-chave e radicais relacionados às temáticas internacionais, como por exemplo, segurança, defesa, soberania, integração, cooperação, forças armadas (e, por exemplo, o radical “milit”), fronteiras, autonomia, independência, globalização (e o radical “global”, por exemplo), entre outras. Por meio da pesquisa eletrônica foram localizadas as palavras-chave no corpo dos documentos e a partir destas referências, foram analisados os trechos de texto em que estavam

inseridos. Foi considerado o contexto e a lógica interna de cada composição textual.

A autoria dos documentos teve de ser ignorada, pois não há informações sobre a produção dos mesmos. Todos foram considerados como produzidos em conjunto num processo de discussão e produção de teses que posteriormente foram reunidas em um documento de resolução final. Também não houve necessidade de verificação da autenticidade dos mesmos, uma vez que são produções abertas, de consulta pública e disponíveis em bases de uma instituição do próprio partido. O contexto de produção dos mesmos não foi ignorado e quando necessário foram pesquisados acontecimentos, nomes, locais, pessoas e datas citadas nos documentos a fim de compreender melhor a intencionalidade e direcionamento do texto nestes conteúdos.

Após a pesquisa das palavras-chave e a leitura dos textos, foram selecionados os trechos onde o tema aparece de forma relevante. Estes trechos foram destacados e serão apresentados abaixo em prosa textual para uma apresentação mais didática e menos mecânica do seu conteúdo. A lista de todos os documentos consultados está apresentada no “Apêndice A – Lista de Documentos Consultados” na pág. 119. Assim como as representações gráficas dos números e concentrações de presença da temática em relação ao número total de documentos produzidos por ano e por categoria, reunidos no “Apêndice B – Concentração de Documentos vinculados à temática em cada evento”, na pág. 123.

Evidenciamos um processo de transformação fundamental do discurso contido nos documentos e do conteúdo programático do projeto do PT. Propomos, então, a divisão da história e do pensamento em política internacional predominante no partido em três momentos: a fundação e o movimento de contestação da ordem vigente; o período que engloba as primeiras derrotas eleitorais, marcado pela constante autocrítica e mudança de programa; e o lançamento de um novo projeto de projeção nacional, vencedor nas eleições de 2002, representando um divisor de águas no ideário e ação partidária, marcando a transformação do partido de massas para o partido no governo.

2.1 Fundação e contestação da ordem

Já no ano de 1979 se falava da necessidade de criação de uma frente popular, organizada pelos e para os trabalhadores em reuniões sindicais em diversas localidades do país. Uma das mais importantes destas reuniões, o 9.º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, ocorreu em 24 de janeiro de

1979, na cidade de Lins, interior de São Paulo. Neste encontro as lideranças publicaram entre as resoluções finais um documento que ficou conhecido como Tese de Santo André-Lins, no qual lançam um manifesto pela criação de um partido dos trabalhadores: “que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção do seu partido, o Partido dos Trabalhadores” (Tese de Santo André-Lins, 1979).

Despontam como lideranças do projeto os membros do movimento sindical, como por exemplo Jacó Bittar, líder do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, Olívio Dutra, que havia sido presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre até 1979, quando foi preso pelo regime militar por organizar uma greve, perdendo, assim, seu mandato, e Luiz Inácio Lula da Silva, que também havia perdido recentemente seu mandato como dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, após ter liderado a série de greves ocorridas entre o final dos anos 1970 e início dos de 1980 e, por este motivo, ter sido processado pela Lei de Segurança Nacional, tendo ficado detido por 31 dias.

Outros setores num amplo espectro da sociedade também tiveram destaque na formação do PT, entre eles a ala progressista a Igreja Católica, vinculada à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base, a oposição à ditadura que lutou na clandestinidade desde 1968, membros da classe artística, movimentos sociais organizados (vinculados à lutas de diversas naturezas), políticos e parlamentares já estabelecidos no MDB, além de um grande número de intelectuais, como Sérgio Buarque de Hollanda, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Marilena Chauí, Perseu Abramo, Hélio Bicudo, Mário Pedrosa, Paul Singer, entre outros.

O projeto como um todo rompia com a tradição de formação partidária vigente até então, pois reunia em seus quadros representantes de bases sociais bastante diversas. Em suma, foi o “[...] primeiro partido institucional e de massas no país a se constituir a margem do Estado e em contestação aberta às elites que tradicionalmente o dominam” (CÉSAR, 2002, p. 372). Sem incorrer em exageros comparativos e anacronismos, podemos afirmar que

o PT reproduziu o caminho clássico da social-democracia europeia, ou seja, uma trajetória que começa na sociedade civil e na articulação das lutas sociais e termina, após acumular capital eleitoral, na sociedade política, na valorização da ação política institucional, dos embates eleitorais e da atuação parlamentar. (AZEVEDO, 2009, pp. 224-225)

Esta nova dinâmica de organização partidária, surgida em meio a tantos setores diferentes e com interesses e pautas difusas, marcam no partido alguma indefinição programática inicial (BERBEL, 1991).

Tal indefinição é perceptível nos documentos produzidos em seus primeiros anos de

organização, em um movimento de contestação da ordem vigente, porém com muitas críticas direcionadas a um largo espectro de temáticas e polos de poder. Ao mesmo tempo em que se tenta instaurar as bases do partido, também se discutem as violações do regime militar, as políticas sociais e econômicas, a ideologia e o projeto socialista próprios, entre outras temáticas. Muito pouco se tratou, por outro lado, das questões internacionais, limitadas somente a análises conjunturais sobre os rumos da esquerda e do socialismo internacional, dividido entre duas correntes: o socialismo dito real representado pela experiência soviética, e a social-democracia europeia. Esta indefinição ideológica gestará um pensamento próprio em torno do socialismo democrático, que será discutido ao longo de muitos anos nos encontros e congressos do partido.

Ao longo do ano de 1979, as lideranças organizadas no Movimento pelo PT, reuniram-se mais três vezes em torno de um diretório provisório e elaboraram uma Carta de Princípios, uma Plataforma Política e uma Declaração Política. O primeiro trata de linhas gerais sobre a orientação política do Movimento, questionando os arbítrios da Lei de Segurança Nacional vigente à época e se solidarizando com as massas oprimidas de todo o mundo. O segundo lança as bases ideológicas do projeto, citando de forma muito sucinta a necessidade de uma política externa independente. O terceiro, por sua vez, denuncia as ameaças e perseguições sofridas pelo partido e por alguns de seus membros, assim como um pré-projeto do que viria a ser o partido. Em nenhum destes documentos, entretanto, há espaço para as questões de ordem internacional, estando focados largamente em questões nacionais de ordens sociais, econômicas e políticas, principalmente na definição ideológica do Movimento, uma vez que este conglomerava lideranças advindas de setores diversos.

Em 10 de fevereiro de 1980, o Movimento lança seu Manifesto, documento em que se insere na institucionalidade partidária. Apesar das discussões sobre a participação institucional no sistema partidário vigente, tutelado pelo regime militar e organizado dentro dos moldes da democracia burguesa, o PT se lança como uma alternativa de rompimento com o sistema. A ideia central de seu projeto se concentra na necessidade de participação das massas trabalhadoras na direção do governo e do Estado. Esta visão condicionará o projeto político do partido ao longo dos anos, sendo substrato essencial para a sua identificação política: nem o socialismo real, nem a social-democracia, e sim o socialismo democrático.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se

criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. (Manifesto, Documentos de Fundação do PT, 1980, p. 3)

Em uma reunião presidida por Jacó Bittar, e com a participação de Henrique Santillo (Senador por Goiás), Henos Amorina (Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), Wagner Benevides (dirigente sindical de Minas Gerais) José Cicote (dirigente sindical de Santo André), Paulo Skromov (Sindicato dos Coureiros de São Paulo) Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra, Édson Khair (Deputado Federal pelo Rio de Janeiro), Manuel da Conceição (o Manuelzão, líder camponês no Nordeste), Arnóbio Vieira da Silva (líder popular em Itanhém), Lourin Martinho dos Santos (representante da construção civil do Rio Grande do Sul), no auditório do Colégio Nossa Senhora de Sion, em São Paulo, reuniram-se cerca de 1200 pessoas. O Manifesto foi assinado por seis primeiros signatários, em uma solenidade acompanhada pelos presentes: Mário Pedrosa, escritor, crítico de arte e líder socialista; Manoel da Conceição, líder camponês; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, Presidente licenciada do Sindicato dos Artistas de São Paulo; Moacir Gadotti, que assinou em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, combatente na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa, um dos líderes dos movimentos da resistência popular no Brasil (ATA..., 1980; ABRAMO, 1980; SECCO, 2011).

No mesmo ano, também foram produzidos seu primeiro Estatuto, definindo a organização burocrática e administrativa, e um Programa, que lança as bases da atuação e organização do partido. Neste segundo documento, há uma forte demarcação do campo que o partido pretende representar na disputa política. O PT surge com a missão de ocupar o espaço de representação da classe trabalhadora, até então sub-representada nas agremiações partidárias da época. Assume uma postura bastante crítica em relação à internacionalização econômica do período, denunciando a dependência e o aumento da dívida externa, assim como a exploração do capital internacional em território brasileiro. Coloca-se também contrário aos abusos cometidos sob a Lei de Segurança Nacional (LSN), o aparato repressivo e reivindica a abertura democrática do regime autoritário. Este enfrentamento à LSN será constante neste momento inicial do partido. Em linhas bastante, no âmbito que aqui interessa, gerais defende uma política externa independente, com solidariedade aos povos oprimidos e fomento da cooperação em busca da paz mundial. Coloca-se favorável às lutas de libertação nacionais. Por último, no Plano de Ação, exige o fim do aparato repressivo e a garantia de independência nacional, contra a dominação imperialista, baseado em uma política externa independente, no combate à espoliação capitalista e com respeito à autodeterminação dos

povos.

Em outras temáticas, o partido surge com ideais mais radicais frente ao estado de coisas, principalmente em relação a reforma agrária, defendendo a expropriação de terras de grandes proprietários. Também reivindica o papel do Estado na promoção de serviços públicos básicos, como alimentação, saúde, educação e cultura, assim como a necessidade de reformas na organização urbana, a preservação do meio ambiente e políticas energéticas mais eficientes. Coloca-se veementemente contrário ao racismo, à violência contra a mulher e em defesa da demarcação de terras indígenas. Além, é claro, da pauta pela democratização, pela restauração das liberdades individuais, pela livre organização política e sindical, eleições diretas e a ampliação do direito de voto para analfabetos, cabos, soldados e marinheiros. São pautas bastante distintas mas que abarcam uma ampla miríade de temas que eram caros à esquerda e setores progressistas à época e muitas destas bandeiras serão carregadas ao longo da história do partido.

No ano de 1981 ocorre o 1º Encontro Nacional do PT, na cidade de Brasília, aos 27 dias de setembro. Nesta primeira convenção não é levantado nenhum tema relacionado à situação internacional ou ao modelo de inserção internacional do país. Os documentos produzidos são focados mais nas mobilizações do Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego, organizado pela 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT e na crítica ao desemprego, à crise previdenciária e à política econômica. É nesta reunião da CONCLAT que se propõe e é aprovada a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Foi instituído o primeiro Regimento Interno e a composição do primeiro Diretório Nacional. No discurso proferido por Lula na ocasião, é criticada novamente a LSN e a condição dependente do país frente ao capital estrangeiro, além da afirmação da orientação socialista democrática do partido. Iniciam-se os trabalhos da Instituto Wilson Pinheiro, que posteriormente seria transformado em uma fundação, responsável pela preservação e memória dos documentos e patrimônios e arquivos históricos do PT, mas organizada ainda em redutos locais.

Em 1982 ocorre o 2º Encontro Nacional. Nesta ocasião são discutidas pautas semelhantes, mas em um tom mais pragmático, organizadas em um documento de Plataforma Eleitoral. São reivindicadas as extinções dos mecanismos de repressão do regime militar: a Lei de Greve (que limitava o poder de organização dos trabalhadores), a Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional, Lei dos Estrangeiros, Código de Comunicações e outras leis que compunham o tecido legal autoritário. Também é exigido o fim do Conselho de Segurança

Nacional, o Serviço Nacional de Informações, o Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS, o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI, o Centro de Informações da Marinha – Cenimar, o Conselho Superior de Censura e demais aparatos repressivos.

No plano internacional, aparecem pela primeira vez as moções de apoio ao povo polonês, que no período estava iniciando a organização do sindicato Solidariedade, instituição que marcará a discussão interna sobre o modelo de socialismo democrático adotado pelo partido e de embates entre o seu líder Lech Walesa e Lula. No marco de uma política externa independente, também aparece pela primeira vez a moção de repúdio à África do Sul, que ainda sustentava o regime de *apartheid*, sendo o PT favorável ao rompimento diplomático com o país e com o regime ditatorial de El Salvador, ao mesmo tempo em que defende a abertura de relações com Cuba, Albânia, Vietnã e Coreia do Norte, que estavam sob regimes socialistas ou comunistas. Há uma visão que a luta dos trabalhadores é “a mesma no mundo todo”, evocando o internacionalismo socialista que também se fundamentará como uma das bases da atuação internacional do partido.

No 3º Encontro Nacional ocorrido no ano de 1984, foi produzido um documento com Teses para a Atuação do PT. Na seção de Teses Políticas, a primeira delas trata da Questão Internacional. Esta tese defende como mecanismo de adoção de uma política externa independente que aspire o socialismo o apoio às lutas de libertação dos povos oprimidos. Para tal, é tido como fundamental a recusa da subordinação imperialista e a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas e do Terceiro Mundo. Também se afirma a inseparabilidade da luta brasileira e das lutas latino-americanas, devido a suas semelhanças históricas, sociais e econômicas. Este vínculo, entretanto, é reforçado no âmbito das lutas de libertação, principalmente as da Nicarágua, El Salvador e Cuba. E também é reforçado o apoio ao Movimento Solidariedade e ao povo polonês, que luta contra o regime soviético, almejando o fim dos privilégios da casta burocráticas e o fim das opressões e censura (presente também no documento de Moções).

O restante deste documento e dos demais produzidos neste encontro, além da crítica ao modelo econômico liberalizante adotado por Figueiredo e a repressão desempenhada sob a LSN, lançam as bases do plano de ação do PT enquanto partido que almeja conquistar o poder político pela via institucional. Na época, se discutia entre os movimentos de esquerda a legitimidade da participação política dentro do sistema eleitoral burguês. O PT afirma sua posição, advogando que é necessário conquistar o poder via institucionalidade para poder

trazer benefícios às classes exploradas. Rechaça a tese de que a formação de base é o caminho para alcançar uma sociedade socialista, pois este projeto levaria no mínimo uma geração para render frutos e a classe trabalhadora urgia por melhores condições no momento presente. Apesar desta posição, o partido não deixa de lado suas reivindicações em busca de uma sociedade mais igualitária, justa, com emprego e desenvolvimento social, continuando com as bandeiras da reforma agrária, do fim do racismo e da violência contra a mulher, do respeito aos povos indígenas, preservação do meio ambiente e fornecimento por parte do Estado de serviços básicos de saúde, educação, alimentação e cultura.

Por decisão do Diretório Nacional foi também aprovado um Regimento Interno do partido. Neste regimento cria-se a Secretaria de Relações Internacionais – SRI, com atribuições de ser o órgão de assessoria especial da Direção Nacional para assuntos internacionais. Passa a ser competência da SRI a intermediação do PT com outros partidos e movimentos estrangeiros, promover internamente ações que visem a solidariedade internacional, e promover discussões e seminários sobre a temática, podendo criar grupos de trabalho nos diretórios estaduais. Neste ano, entretanto, não foi empossado um secretário para a SRI. É redigida uma proposta para que a Fundação Wilson Pinheiro, que já havia se estruturado de forma mais organizada, tendo como membros de seu Conselho Curador alguns nomes como Antônio Cândido, Paulo Freire, Moacir Gadotti, José Álvaro Moisés, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Hélio Bicudo e Paul Singer, fosse reforçada e efetivamente implantada em nível nacional. No mesmo ano, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST.

Em 1985 foi realizado um Encontro Nacional Extraordinário devido aos acontecimentos decorrentes da transição para a democracia. Foi produzido um documento intitulado Contra o Continuismo e o Pacto Social, que denunciava as negociações entre parte da classe política civil e os representantes do regime militar para a articulação de uma estratégia de tutela das forças armadas sobre o novo regime político. Esta declaração é lançada acompanhada da recusa do PT de participar do processo de eleições indiretas organizadas em um Colégio Eleitoral para a sucessão de Figueiredo. Esta postura foi bastante criticada à época, pois o candidato favorito neste processo era Tancredo Neves, tendo como vice-candidato José Sarney, representando a Aliança Democrática – formada como uma coligação dos partidos de oposição, encabeçados pelo PMDB e pelo PP, mas que também contava com a participação de setores dissidentes do PDS que formariam posteriormente a Frente Liberal e o Partido da Frente Liberal – PFL. O candidato da situação era Paulo Maluf,

com seu vice Flávio Márcílio, representando o PDS, antigo ARENA.

A postura do PT neste episódio, apesar das críticas, é bastante coesa com a plataforma defendida até então pelo partido. Em 1983 o deputado Dante de Oliveira, do PMDB, encaminhou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983 que pretendia alterar os artigos 74 e 148 da Constituição de 1967 e, assim, restaurar as eleições diretas para a Presidência da República. A proposta foi o catalisador do movimento popular por eleições que ficou conhecido como Diretas Já. O movimento contou com apoio massivo dos partidos de oposição ao regime militar e reuniu diversas forças políticas sob a mesma bandeira. Participaram lideranças como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas, Luís Carlos Prestes, Fernando Henrique Cardoso, André Franco Montoro, Lula, Eduardo Suplicy, Tancredo Neves, Orestes Quércia, Miguel Arraes e muitos outros políticos, artistas, jornalistas, escritores, etc. Apesar de forte pressão popular pela aprovação da Emenda (estima-se que nas maiores concentrações tenham se reunido mais de 1,5 milhão de pessoas em São Paulo, e cerca de 1 milhão no Rio de Janeiro, além de diversos outros com centenas de milhares de pessoas em todo o país), a mesma foi rejeitada pelo plenário da Câmara. Mas o movimento modificou a dinâmica do regime e impulsionou o processo de abertura, lançando também novas lideranças na política nacional. Portanto, a recusa do PT de participar do processo eleitoral indireto de 1984 é decorrência desta vinculação com o movimento pelas Diretas Já, fidelizando a relação com os setores de base que o sustentavam.

Tal postura é defendida no Encontro Extraordinário daquele ano e também se denuncia o estado de tutela sendo arquitetado pelos agentes da transição. Inclusive são traçadas críticas a Tancredo devido ao seu compromisso de manutenção de parte do aparato repressivo: SNI, LSN, CSN e outras legislações do regime autoritário. Apesar de reconhecer a criação da Aliança Democrática como um indício de enfraquecimento do núcleo duro do regime, o partido afirma que sem o desmonte do controle dos militares sobre estas áreas sensíveis e também do complexo industrial militar e do aparelho policial, não haveria perspectivas de democracia.

O processo de abertura sem democratização de fato era evidenciado como componente do pano de fundo da transição. A liberalização do regime e a abertura de espaços de participação para setores oposicionistas era a tentativa de construção de uma nova hegemonia. “O planejado retorno dos militares aos quartéis previa a continuidade da exclusão das classes populares das decisões políticas, principalmente da sucessão presidencial” (Contra o Continuismo, Resoluções do Encontro Extraordinário do PT, 1985, p.4). O PT, então, se

posicionou de forma contrária aos mecanismos adotados pelo regime durante o processo de transição, uma vez que enxergava neste processo uma nova conformação da política das classes dominantes. “A Aliança Democrática reunificou, num único bloco, latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares” (idem, 1985, p.5).

A questão principal é que mesmo com um novo governo civil, eleito indiretamente, os privilégios das classes dominante e as estruturas sociais de exploração e subserviência aos interesses estrangeiros não iriam ser tocadas. A proposta do partido exigia a realização de eleições diretas em todos os níveis, a revogação dos componentes do aparato repressivo e a participação massiva dos trabalhadores na composição do novo governo, uma alternativa democrática e popular. Esta radicalização democrática é descrita como parte da maior “inovação político-institucional” na história do Brasil, somada ao caráter marginal da formação do partido, emergindo da sociedade para o meio institucional e não no caminho inverso como era usual até então e contrário ao sistema político herdado do regime militar após a abertura (MENEGUELLO, 1989).

O 4º Encontro Nacional do PT foi realizado em 1986, lançando documentos com plataformas eleitorais e políticas de atuação para os anos seguintes, principalmente em referência ao processo do Congresso Constituinte de 1987. O partido assume a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte no lugar do Congresso devido ao deficitário alcance democrático deste modelo. Porém, o Partido não teria forças suficientes para inverter este direcionamento. Apresentam então, em um Documento Eleitoral Básico, algumas das propostas do partido para a Constituinte. Destacam-se para além do interesse na democratização do processo, a defesa de direitos políticos de voto e elegibilidade para soldados e praças das forças armadas, com ampla participação e organização político-partidária. Também propõem o fim do Serviço Militar Obrigatório, mecanismos de desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e reforma carcerária e prisional.

A maior parte das discussões está contida no documento intitulado *Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88*. Em uma longa análise conjuntural inicial há a definição da visão de “classe média” para o partido. Uma definição bastante ampla de classe, onde são considerados como “classe trabalhadora” tanto os trabalhadores urbanos, mas também os rurais, professores, estudantes, funcionários públicos, setores subalternos das forças armadas, profissionais liberais, etc.

Esta noção ampliada de classe trabalhadora e conseqüentemente de classe média é uma forma de compatibilizar a ampla gama de bases que compõem o alicerce do partido.

Destaca-se a necessidade de internacionalizar o projeto petista de construção de uma sociedade socialista como forma de fazer frente ao capital transnacional e à internacionalização imperialista. Em termos de política internacional, o partido se posiciona em apoio às guerras revolucionárias e de libertação na América Central, África Negra e Ásia, assim como a defesa dos direitos humanos, individuais e coletivos em nível internacional.

É apresentada uma proposta de controle civil sobre o Estado e sobre as forças armadas. Esta submissão seria exercida pelos trabalhadores e seria institucionalizada, por exemplo, sob a submissão dos militares ao Congresso e não somente ao presidente. Em seu documento sobre a Linha Sindical o partido reforça a revogação da LSN e também aponta a gravidade da existência de esquadrões da morte e grupamentos de “jagunços”, herdeiros do período autoritário, que perseguem e vitimam líderes sindicais. Em suas Moções traz novamente o apoio aos dirigentes do sindicato Solidariedade e o repúdio ao regime da África do Sul. Na composição do Diretório Nacional o cargo de secretário da SRI é ocupado por Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado e político vinculado ao MST e à luta em defesa dos direitos humanos.

Apesar de ter sido contrário ao modelo de Constituinte Congressional, tendo até articulado com a bancada do PDT e com membros de outros partidos uma obstrução, que restou inefetiva, da votação do projeto, o PT participou ativamente do processo. Em 1987, evidencia, portanto, uma postura “ora de minimização da importância das instituições formais da democracia, ora de valorização” (CÉSAR, 2002, p. 294).

Durante as discussões em 1987, o PT apoiou o projeto do jurista Fábio Konder Comparato, inclusive para a política internacional, pautada na autodeterminação dos povos, no combate à exploração do homem pelo homem, na adoção de uma postura pacífica e conciliatória, na não agressão e não intervenção. Teve como importante representante o deputado constituinte José Genoíno, membro efetivo da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, tendo como seu suplente o professor Florestan Fernandes. Também se destacou na atuação parlamentar constituinte o deputado José Dirceu, que conjuntamente com Genoíno, trabalhou em muitas temáticas relacionadas às forças armadas e à defesa nacional, com destaque para as posições contrárias à manutenção da prerrogativa de intervenção militar para a Garantia da Lei e da Ordem – GLO³, articulada e mantida no texto constitucional pela ala dos partidos conservadores e de alguns políticos vinculados ao

³ A discussão sobre o uso de forças armadas em intervenções internas na segurança pública, ou as chamadas missões de GLO, seria posteriormente uma pauta bastante explorada por setores progressistas nas críticas endereçadas aos governos do PT, que fez um largo uso deste dispositivo, valendo-se do uso de militares em questões internas de segurança, no Norte, Nordeste e principalmente no Rio de Janeiro.

chamado “centrão” no famigerado art. 142 da Constituição, e pelas contribuições acerca da reforma do sistema penitenciário e penal, com impactos diretos no debate sobre a segurança pública.

Nas Resoluções Políticas do 5º Encontro Nacional são discutidas longamente as percepções e desafios do PT no período, assim como a participação no processo constituinte, o resultado das eleições de 1986 e o advento do pleito de 1989. Sobre a questão imediata da Constituinte, há um descontentamento com os resultados do processo quanto à manutenção de um sistema eleitoral e partidário elitista, a manutenção de algumas legislações e aparelhos repressivos e principalmente pelo papel tutelar das forças armadas. Exigem-se, por este motivo, a revogação da LSN, dos sistemas de salvaguarda do estado de emergência, estado de sítio e do estado de defesa, além da remoção do conceito de segurança nacional do texto constitucional, delegando às forças armadas exclusivamente o papel de defesa contra eventual agressão de inimigo externo. A desmilitarização das polícias e a extinção dos tribunais militares para julgamentos civis também são reivindicados.

Neste período acirram-se as declarações em relação ao não pagamento da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional – FMI, considerado abusivo e imperialista, ferindo a soberania nacional e submetendo a economia nacional aos seus desígnios. As pautas de apoio ao Solidariedade polonês e repúdio ao regime Sul-Africano voltam a figurar entre as questões internacionais, assim como o apoio à Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua e o rompimento com o regime de Augusto Pinochet, no Chile.

O ano de 1989 é marcado pela primeira eleição presidencial direta após o fim do regime militar, também a primeira ocasião em que o PT participa das eleições com seu candidato próprio, Lula. O companheiro de chapa era José Paulo Bisol, advogado e político gaúcho que teve carreira vinculada à defesa dos direitos humanos. Esta eleição presidencial foi uma das mais atribuladas da história recente, tendo sido disputada por 22 chapas. Concorreram as lideranças dos mais variados movimentos políticos e sociais do país, com representantes situados em um amplo espectro ideológico.

No 6º Encontro Nacional do partido, ocorrido em meio à preparação e à campanha eleitoral, carrega certamente um grande peso da mesma em suas produções documentais, por este motivo é visível a confluência das temáticas nos documentos do encontro e nos da Campanha também tratados aqui. Em uma primeira resolução intitulada *As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula*, em diversos momentos são direcionadas críticas a outros candidatos de maior projeção no pleito. Contra Fernando Collor de Mello é apontada a sua

relação com o capital estrangeiro, multinacionais e seus encontros com militares, afirmando a sua submissão à tutela militar e a incorporação de quadros políticos conservadores e corruptos. Leonel Brizola é apontado procurando compensar sua histórica imagem radical com acordos e aproximações com empresas e setores militares, que são vistos como indício de sua subordinação à tutela e a adoção de um discurso mais brando, longe da reforma agrária e da valorização do sindicalismo. Ulysses Guimarães, por sua vez, é tido como a continuidade do governo Sarney, além de ser tomado como responsável pelas inflexões conservadoras na Constituinte. Outros candidatos são vistos como marginalizados pela sua falta de enraizamento nacional, como Mário Covas; e Paulo Maluf. Também não é vista com preocupação a candidatura de Aureliano Chaves, pelo PFL e nem de Ronaldo Caiado, representante da União Democrática Ruralista e sem história partidária.

Neste momento, Lula, alçado ao posto de candidato, realiza uma série de viagens ao exterior, fazendo contatos com lideranças progressistas e de esquerda ao redor do mundo, assim como tenta traçar sua imagem como estadista e provável futuro governante. Numa leitura da conjuntura, expressa no documento *O Momento Atual e as Nossas Tarefas*, a condição subalterna do país é vinculada à tutela militar a serviço do capital internacional e do aumento da dívida externa. No mesmo encontro são lançadas *As Bases do PAG* (Plano de Ação de Governo), com propostas para a reestruturação do Estado brasileiro, formatado para atender aos interesses da burguesia e conformar o espaço das forças armadas, com uma vasta máquina de repressão aos trabalhadores.

Neste documento são lançados um grande número de propostas em relação às forças armadas e à defesa nacional. Pretende-se a soberania do poder civil e controle sobre as forças armadas, com a extinção da tutela e a redefinição do papel das mesmas. Exige-se a desmilitarização da máquina pública, que foi desenhada segundo critérios militares para a criação e ocupação de cargos na esfera civil. Também se propõe que as Forças Armadas sejam rigorosamente subordinadas ao poder civil (Executivo, Legislativo e Judiciário), competindo a missão constitucional de defesa externa. É lançada a iniciativa de criação de um Ministério da Defesa em substituição aos seis ministérios militares, tidos como resquício do período autoritário e fonte de intervenções militares no governo. Assim como se pretende a extinção do Conselho de Defesa Nacional (sucessor do CSN), do SNI e de outros órgãos herdeiros do período repressivo, sendo substituídos por um só órgão de informações, subordinado ao Ministério da Defesa e que vise exclusivamente a defesa do território nacional.

Também se advoga pela extinção do Serviço Militar Obrigatório, com a criação de um

Serviço Comunitário para ambos os sexos que não esteja ligado à doutrinação militar, assim como é proposta uma nova base de formação dos militares, rompendo com a lógica conservadora, corporativista, antidemocrática e que esteja assentado sobre dois pilares: um de formação geral, a cargo do sistema regular, e outra de caráter profissional e atribuída às escolas militares. A extensão dos direitos políticos aos militares de baixo escalão, com direito de voto, elegibilidade, livre associação partidária e com direitos de sindicalização para as polícias, que seriam tornadas independentes e não mais subordinadas às forças armadas fazem parte do plano para o governo. Para estes efeitos, são indicadas a reorganização da carreira e do modelo organizacional das instituições militares, abarcando a redefinição de projetos militares, da indústria bélica, que deverá ser controlada pelos poderes civis, e nas questões orçamentárias das forças armadas, vinculando o orçamento às possibilidades e prioridades do desenvolvimento econômico do país.

Sobre a Política Externa, é feita uma opção por um modelo soberano e independente, sem alinhamentos automáticos e pautado pela autodeterminação dos povos, não intervenção, e priorizando relações de cooperação e benefícios mútuos. Defende-se a necessidade da busca por um posicionamento internacional condizente com as dimensões e importância geopolítica e econômico-social do país. Na América Latina, deve ser fomentada a integração econômica e cultural, renovando os laços de solidariedade entre as nações, com a viabilização de um Parlamento Latino-Americano e da criação de uma zona de paz na região. No plano global, o país deve defender uma alternativa a ordem econômica e social, sem as subordinações e relações de dependência em relação aos países ricos. Assim como colocar-se ao lado dos movimentos de libertação e autodeterminação, repudiando a intervenção externa, pelo projeto social e socialista. Exige, por fim, uma política internacional de proteção ao meio ambiente, priorizando a relação com os países do Pacto Amazônico para a preservação da floresta e a soberania sobre suas riquezas.

A Campanha Presidencial de 1989 foi estruturada sobre a Frente Brasil Popular, formada pelo Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB e o Partido Socialista Brasileiro. O Partido Verde – PV também compunha a Frente, entretanto, a recusa do nome de Fernando Gabeira à candidatura como vice-presidente em detrimento do nome de Bisol, fez com que o partido abandonasse a coligação em julho de 1989. O mote da campanha era: Brasil Urgente, Lula Presidente!

Foram produzidos diversos cadernos tratando das propostas e planos de governo, mas destacam-se os intitulados *Democracia*, e o *Plano Alternativo* (que, na verdade, consiste em

uma síntese de todos os pontos discutidos nos outros cadernos). Os demais não tratam de questões internacionais a fundo, citando no caderno *Reforma Agrária* somente a visão geopolítica equivocada dos militares para a Amazônia, baseado na colonização e extrativismo sem considerar a preservação do meio ambiente, e no caderno *Economia* é apontado como nocivo à soberania nacional o modelo de financiamento estrangeiro vigente, sendo necessária a cooperação na América do Sul para o enfrentamento desta questão.

O caderno *Democracia* traz discussões sobre o papel das forças armadas e a necessidade de redefinição da política externa do país. Quanto às forças armadas é denunciada a imposição da Doutrina de Segurança Nacional e a multiplicação da repressão durante os governos dos militares. Também se vinculam os interesses empresariais e estrangeiros ao modelo econômico do regime. O fim da tutela é visto como imprescindível para a consolidação de um Estado democrático moderno, assim como a redefinição do papel dos militares que ocupam um largo espaço na administração do Estado. Defende-se um patriotismo não retórico e desvinculado dos interesses do capital e agiotagem internacional, assim como uma postura soberana diversa da adotada pela chamada “geopolítica do verde”, afirmando ser a presença de militares espalhados no território nacional e nas fronteiras (estratégia contida no projeto Nossa Natureza) como uma fórmula de legitimação do peso do Exército no Estado brasileiro e sua intervenção nos governos civis.

É cara para as Forças Armadas a ideia de que nosso país possa transformar-se em potência. Para nós também. Mas é preciso levar em conta que nenhuma nação pode ser forte se seu povo vive na miséria. São os indicadores sociais, econômicos, tecnológicos e culturais que definem se o Brasil se insere na ordem internacional como país subalterno (como hoje) ou soberano (como desejamos). (Caderno Democracia, Campanha Presidencial de 1989, p. 9)

A criação de um Ministério da Defesa, a questão da redefinição do espaço das forças armadas no Estado, assim como sua formação, e a revisão de projetos militares como o programa nuclear, o Calha Norte, a indústria bélica e a Missão Espacial são retomados com o mesmo objetivo discutido no Encontro Nacional.

No campo da política externa, a proposta é de uma “reviravolta na diplomacia”. Reafirma-se a proposta de uma inserção internacional condizente com a importância e dimensão do Brasil no cenário internacional. A ideia principal é um rompimento com a política de alinhamento às potências que foi paradigmática durante os governos autoritários. A leitura da conjuntura internacional opõe dois grandes fenômenos da transição dos anos 1980 aos anos 1990: as políticas liberalizantes na periferia global somado à tendência de

regionalização econômica nos países centrais, e a queda dos regimes socialistas, seja pelo enfraquecimento interno e abertura, seja pelo acirramento da violência estatal contra a população.

Apresenta-se o processo de regionalização econômica, industrial e comercial nos blocos centrais do Norte: Europa, Tigres-Asiáticos e América do Norte. Estes processos são vistos como uma nova concentração da estrutura produtiva global com o fortalecimento dos mercados internos aos blocos, com conseqüente estabilidade econômica destes países. Por outro lado, na periferia a desigualdade está em altíssimos níveis e o receituário aplicado para os problemas econômicos é a liberalização e aumento da dívida externa, que ocasiona uma diminuição ainda mais acentuada na base industrial e uma conseqüente reprimarização das economias.

Por outro lado, os países do bloco soviético começam a se desarticular, tanto pela falta de estrutura econômica e o crescente descontentamento social, quanto por iniciativas de abertura econômica liberalizante, como as adotadas por Gorbachev. Outro grave problema no mundo socialista é a repressão do governo chinês à população, culminando no Massacre da Praça da Paz Celestial, evento que também enfraquece a estabilidade moral e política da alternativa socialista. A proposta do PT para a política externa brasileira perpassa a busca por uma nova ordem econômica internacional, repudiando as dominações imperialistas e os alinhamentos em uma política de blocos. A proposta também engloba a aproximação com os países da América Latina e Caribe, em busca de alternativas conjuntas que não estejam só a égide do imperialismo.

Em linhas gerais os programas de governo defendidos pelo PT são bastante radicais para a época, dada a conjuntura de instabilidade e reorganização do sistema internacional, e também pelo momento nacional de ânsia por uma alternativa que rompa com o passado autoritário, mas que não represente um grande rompimento com as mazelas da sociedade, como o conservadorismo, o anti-comunismo e a situação de classe do país. Possuidor de um discurso inovador, o PT perde as eleições para Fernando Collor no segundo turno, muito devido à manipulação deste discurso pelos meios de comunicação de massa e da retórica simplista do adversário.⁴

⁴ Foi neste período que a participação de publicitários em campanhas políticas começou a ser utilizada em larga escala, consolidando a figura do “marqueteiro” como peça central na disputa eleitoral.

2.2 Derrotas eleitorais e autocrítica

Após a derrota eleitoral em 1989, o PT passa imediatamente à oposição ao governo Collor. A pauta neoliberal do governo e os recorrentes escândalos de corrupção, pessoais e de má gestão, fortalecem a figura do partido nesta posição. A atuação parlamentar também ganha protagonismo e projeção. Ao mesmo tempo, o partido se vê em um momento de transição e de redefinição interna, passando por um processo de autocrítica e ressignificação ao longo de toda a década de 1990.

No 7º Encontro Nacional, em 1990, são amplamente discutidas as alternativas que o projeto de socialismo do partido adotará na iminência da queda do bloco soviético e da ascensão do liberalismo ocidental. A leitura feita da conjuntura evidencia a fraqueza do governo Collor diante da sociedade e das elites, adotando um rol de medidas de favorecimento ao grande capital nacional e estrangeiro e sucumbindo às pressões exercidas pelas lideranças das forças armadas. Organizam o Governo Paralelo, que reunia as frentes de apoio da candidatura de Lula em 1989 exercendo uma fiscalização oficiosa da gestão de Collor até 1992.

A grande contribuição viria de um documento onde se discute o Socialismo Petista, que estrutura a alternativa de projeto socialista própria do PT. Como mencionado anteriormente, o partido via a si mesmo como distante do modelo de socialismo real, representado pelos países do bloco soviético, desde o seu nascimento. As disputas ocorridas no meio sindical, ainda no período anterior à fundação do partido, afastaram Lula do comunismo, representado pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Seu irmão, João Inácio da Silva Neto, o Frei Chico, era sindicalista e membro do PCB, foi ele o responsável pela entrada de Lula ao movimento sindical, tentou introduzi-lo no PCB, mas Lula sempre foi contrário ao pensamento e organização dos comunistas da época. Em uma entrevista ao programa Abertura, comandado por Osvaldo Sargentelli, da TV Tupi, em 1979, questionado sobre o que seria um comunista, Lula afirma que comunista é aquele que se traveste de operário, sem coragem de expor seus ideais em público espalha ideias no pé do ouvido dos trabalhadores para se eleger sem ter um compromisso real com o chão de fábrica.

A linha sindical da formação do PT, majoritariamente coordenada por Lula, Jacó Bittar e Olívio Dutra, possuía uma orientação mais socialista do que comunista. Na fundação do partido, muitos comunistas aderiram ao movimento e acompanhados de diversos setores ideológicos como os trotskistas-leninistas, os vinculados à III Internacional Comunista, os

trabalhistas e setores da social-democracia. O PT como instituição não possuía uma linha clara sobre sua orientação, em outras palavras, não apresenta um projeto acabado. O que se percebe é uma constante crítica ao socialismo real, pois este era autoritário e não democrático, e à social-democracia, pois não possuía representação das massas trabalhadoras, sendo um grupamento, de orientação mais progressista, é claro, mas de representantes da elite política e econômica que defende o bem-estar social. O PT gesta ao longo da experiência de sua primeira década de existência um modelo próprio de pensamento: o socialismo democrático, ou socialismo petista. Esta proposição figurará as discussões do partido durante um longo período, iniciado durante os anos 1990 e retomado algumas vezes durante esta década, os anos 2000 e inclusive nos Congressos mais recentes.

O socialismo democrático possui em seu núcleo duro a radicalização democrática, introduzindo massivamente as classes trabalhadoras ao processo político institucionalizado, como forma de tomada de poder e construção de uma sociedade socialista. Por este motivo, Lula e o PT sempre foram comparados e tensionados em relação a Lech Walesa e o sindicato Solidarnosc da Polônia. Entretanto, estas aproximações não são tão fiéis e as semelhanças não tão próximas como aparentam.

Walesa era operário na cidade portuária de Gdansk, foi um dos fundadores do Sindicato Autônomo Solidarnosc, uma central sindical organizada por trabalhadores da Polônia, que nos anos 1970 ainda era componente da União Soviética e sofria com a repressão aos movimentos operários, após anos de disputa, finalmente em 1980 foi possível a fundação de sindicatos independentes, ocasião em que o Solidarnosc foi fundado. A liderança de Walesa nas greves de trabalhadores em Gdansk e a posição de destaque na organização do Solidarnosc conferiram-lhe grande prestígio, tornando-se um dos maiores líderes políticos em nível global. Sua luta contra o regime comunista desfrutava de amplos setores de trabalhadores, da esquerda anti-comunista e da igreja católica, inclusive o apoio do também polonês, Karol Wojtyła, Papa João Paulo II. Walesa também foi preso, por 11 meses, durante o período de lei marcial do governo do general Wojciech Jaruzelski, de 1981 a 1983. O Solidarnosc foi tornado ilegal em 1982, existindo na clandestinidade até 1988-1989, quando voltou à legalidade, elegendo Walesa presidente em 1990 (**SOLIDARNOSC**, s. d.).

Até agora a história e trajetória dos dois líderes e seus movimentos parecem bastante semelhantes. Porém, as bases de apoio dos dois movimentos e o caráter de liderança dos dois líderes possuem diferenças fundamentais que opõem os dois em diferentes espectros. Os setores da igreja católica que apoiavam estes movimentos eram completamente diferentes. O

apoio ao Solidariedade advinha da ala ortodoxa e largamente conservadora da igreja, representada inclusive por João Paulo II, enquanto o apoio ao PT surge dentro da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, de orientação bastante progressista. Esta sutileza reflete a base ideológica dos dois movimentos, um seguindo uma linha conservadora e outro encampando pautas progressistas e contestatórias. O governo de Walesa também foi pautado pela liberalização, a privatização, a aproximação com os países europeus e da OTAN, uma crise econômica decorrente do acelerado processo de conversão em uma economia de mercado e sob constante disputa interna e rompimento com algumas bases de apoio, inclusive o próprio Solidariedade passa a rechaçar as medidas de Walesa. O resultado foi uma derrota por 3 pontos percentuais nas eleições de 1995, e após uma série de escândalos e posicionamentos controversos não atinge nem 1% dos votos em 2000.

Em linhas gerais, a base ideológica de sustentação dos dois movimentos e o ideário defendido por seus líderes, fazem das duas alternativas socialistas pós-soviéticas de maior projeção no período de transição dos anos 1990, essencialmente diferentes. A alternativa petista se consolida como uma possibilidade de enfrentamento das mazelas socioeconômicas da periferia sem repetir as experiências autoritárias do socialismo soviético e chinês e sem também enveredar para o ideário ultraliberal bastante difundido no período.

O projeto do socialismo petista é fundamentado na radicalização democrática, na inclusão social e política das classes trabalhadoras e na afirmação do desenvolvimento nacional como força motriz para a realização destas mudanças. Porém, sem radicalizações vanguardistas e revolucionárias, o que inclusive ocasionou a expulsão da tendência Causa Operária, tida como sectária e radical, que posteriormente seria refundado de forma independente como Partido da Causa Operária – PCO.

No plano internacional, o socialismo democrático possui um espírito internacionalista de cooperação e diálogo com todo os povos, criando assim, condições para a instauração de uma nova ordem social e econômica internacional, nutrindo as possibilidades da construção de sociedades socialistas em todo mundo. “[...] O que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico” (Socialismo Petista, Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT, 1990, p. 5).

A proposta petista como alternativa ao modelo soviético em plena decadência, teve um grande impulso com a criação de Foro de São Paulo no ano de 1990. A liderança de Lula foi comprovada, e a importância do PT como o maior partido de esquerda das Américas, testada.

É importante destacar que em 1990 a Secretaria de Relações Internacionais do PT era chefiada por Marco Aurélio Garcia, principal pilar da política externa dos futuros governos de Lula, participou ativamente na articulação e organização do Foro. Ao reunir mais de 48 organizações e partidos de 14 países de toda a América Latina e Caribe para discutir os rumos da esquerda no continente e os processos de integração regional, o PT desponta como uma liderança não só nacional, mas também no âmbito internacional.

O Foro de São Paulo é uma organização formada por movimentos, partidos e organizações de esquerda criado por iniciativa do PT, inicialmente sob o nome de Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, para discutir alternativas ao neoliberalismo dos anos 1990, a luta anti-imperialista e promover a integração política, econômica e cultural latino-americana, através do intercâmbio de experiências entre os membros. Reunidos, os representantes das organizações lançam um manifesto, a Declaração de São Paulo, onde postulam:

[...] definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob o domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa pela reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e das nossas nações, pela plena recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do subcontinente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa, e adotar políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente aos desafios de renovar constantemente o seu pensamento e a sua ação. (DECLARAÇÃO de São Paulo, Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, 1990, p. 4).

O Foro de São Paulo foi aumentando seu tamanho e influência ao longo dos anos, atualmente a organização conta com mais de cem membros de todos os países da América Latina e Caribe, reúne-se periodicamente e organiza seminários, publicações e grupos de trabalho sobre os rumos da esquerda latino-americana e mundial.

O 1º Congresso Nacional do PT ocorre no ano de 1991. Novamente é produzido um texto acerca da visão sobre o Socialismo no partido. Para além da reafirmação dos compromissos assumidos em 1990, o documento traz uma profunda leitura sobre a situação internacional em meio ao fim da Guerra Fria e da bipolaridade militar entre Leste e Oeste.

Esta realidade é vista com preocupação, pois significa a ascensão dos EUA como principal potência, configurando uma situação de “unipolaridade” militar e de hegemonia. Sem o contraponto do bloco socialista, quaisquer conflitos de ordem nacional ou regional podem sofrer interferências dos EUA.

A visão predominante no documento é de que caído o Muro de Berlim, um novo muro é edificado, separando o mundo não mais entre Leste e Oeste, mas agora entre Norte e Sul, contrapondo os países ricos e os países pobres. Também há certa preocupação com articulações do G-7 para utilizar a estrutura da Organização das Nações Unidas – ONU e configurar uma polícia do mundo. Este fator é relacionado com a influência exercida pelos países do Norte para que os países subdesenvolvidos do Sul descontingenciem suas forças armadas, seja por controle de armamentos, pela desmobilização ou pela substituição das forças nacionais por forças supranacionais, sob o mandato da ONU (Socialismo, Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT, 1991, p. 5).

Na pauta econômica, é denunciada a profunda concentração de renda em torno dos países centrais, mais de 75% da população mundial representava somente 16,9% do Produto Interno Bruto mundial. Na América Latina, houve um decréscimo nos índices de renda per capita, entre os anos de 1980 e 1990. A Iniciativa para as Américas, lançada pelo governo dos EUA é criticada como uma estratégia de dolarização das economias, intervenção militar nos países da América Central, intervencionismo comercial em setores sensíveis e ingerências na condução das discussões sobre a Amazônia, a indústria bélica e o narcotráfico. Também é feita uma defesa da não consideração dos recursos naturais sob o regime de propriedade privada, defendendo a propriedade coletiva e democrática, com preservação ambiental e solidariedade. É contestada também a dinâmica de divisão internacional do trabalho, concentrando a produção de alto valor agregado aos países centrais e relegando as indústrias de base, a monocultura e todo tipo de produção altamente degradante para a periferia. Incorpora-se ao conceito de soberania adotado pelo partido a dimensão da ecologia.

Diante da ausência da cobertura soviética para qualquer plano de mudança, propõem a construção de um novo padrão de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade, na democratização das estruturas decisórias e na redistribuição das capacidades produtivas. A ideia de que só há democracia se houver massiva participação das classes subordinadas é transposta para o cenário internacional, condicionando o desenvolvimento pacífico e sustentável a redistribuição de capacidades e participação ativa dos países mais pobres, rompendo com a concentração de poder político, tecnológico, militar e produtivo em torno

dos países ricos. Almeja-se uma reestruturação da ordem econômica internacional, com a inversão dos fluxos de capital (passando de Sul-Norte, para Norte-Sul) através da cooperação econômica e tecnológica e a eliminação das dívidas externas de países pobres.

Estas medidas têm por objetivo o combate aos problemas vistos como comuns a todos os países latino-americanos: a dívida externa, a dominação imperialista, a exploração por grupos estrangeiros, o desmonte do Estado e das empresas estatais em detrimento de grupos estrangeiros, a ameaça constante sobre a democracia e a necessidade de conquista efetiva de soberania. Desperta interesse também a iniciativa do Mercado Comum do Sul – Mercosul, tido como um processo onde é necessária a presença e acompanhamento por órgãos de classe, movimentos sociais e sindicais, empenhando-se para que o processo não se concentre somente em torno da cooperação comercial.

Sobre o processo de impeachment de Fernando Collor, que ocorreria ao longo do ano de 1992, o PT teve grande participação no movimento pelo impedimento e na crítica oposicionista ao governo. Porém, o partido esteve dividido durante este período. As tendências mais radicais, como a Convergência Socialista, por exemplo, já levantaram a bandeira da defesa do processo contra Collor durante o 1º Congresso Nacional de 1991. A Articulação, por outro lado, assumiu uma postura mais ponderada, exigindo a investigação do caso. O receio da corrente hegemônica era dos desdobramentos institucionais que poderiam decorrer do processo, abrindo jurisprudência para que processos de impedimento se tornassem corriqueiros.

O governo de Collor já estava mergulhado em suspeitas de corrupção e propostas de investigação. Em 1992, o PT assume o apoio público ao processo de impedimento após pressão de movimentos populares e as revelações feitas pelo irmão de Collor, Pedro Collor à Revista Veja, entregando todo o esquema de desvio e corrupção e a eclosão do caso PC Farias (Paulo César Farias, coordenador de campanha de Collor, foi acusado de criar uma rede de tráfico de influência no governo federal com a anuência do presidente. Pedro Collor o acusou de ser o “testa-de-ferro” de seu irmão, Fernando Collor, e de comandar uma rede de desvios e superfaturamento de obras e comprar públicas). No primeiro momento o partido apoia que o vice-presidente, Itamar Franco, seja empossado, mas se recusa a fazer parte do governo, continuando na oposição.

Acontece no ano de 1993 o 8º Encontro Nacional do PT. Dentre os textos produzidos, a resolução *Por um governo Democrático* traz um posicionamento bastante maduro sobre a projeção internacional do Brasil e do PT. Num dos pontos da resolução defende-se que uma

política de integração soberana do Brasil no cenário mundial supõe a adoção de um Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico e Social, estruturado em um Mercado Consumidor de Massas. O texto assume que ampliará as relações políticas e econômicas com outros países, inclusive permitindo a presença de capital estrangeiro no país. Mas, ao mesmo tempo, adverte que por possuir um programa anti-imperialista, anti-latifundiário e antimonopolista, modificará as estruturas vigentes e limitará o escopo de atuação deste capital, condicionando-o ao fomento do mercado de massas. É uma mudança substancial no discurso do partido, pois até então, referia-se à presença de capital e financiamento estrangeiro como uma ameaça à soberania nacional.

Este mercado contaria também com o espaço do Mercosul para a sua sustentação, num movimento de reorientação do bloco, considerando a participação das classes trabalhadoras nas definições de seu programa. Todo este projeto é alicerce para a viabilização da inserção soberana no mercado mundial. A integração regional é definida em termos de articulação econômica, política e social, com cooperação científica, tecnológica e cultural, distanciando-se de uma perspectiva liberal de construção de uma mera área de livre-comércio. Fica implícito o papel desta integração para a inserção internacional do país, por vezes é referido como um mecanismo de proteção para que toda a região, conjuntamente, insira-se nos mercados em uma posição não subordinada, e por vezes afirma que ela sustentará a inserção do Brasil como ator na configuração de um novo cenário internacional de democracia e respeito à soberania. A proposta gira em torno de uma inserção partindo de uma posição “menos frágil” em relação à força dos mercados e blocos econômicos já estruturados e combatendo os mecanismos de marginalização dos países subdesenvolvidos. Esta postura não significa a ruptura com a ordem já estabelecida, pelo contrário, é uma estratégia de inserção no sistema. O que se busca é uma inserção em condições mais vantajosas a fim de desempenhar um papel na reconfiguração da ordem internacional.

A mesma dinâmica que pauta a estratégia de chegada ao poder no âmbito doméstico, primeiro conquistando os espaços de representatividade no sistema institucional para ser capaz de modificar a ordem do topo para a estrutura, é aplicada ao modelo de inserção no âmbito externo. O PT pretende fazer parte do jogo para poder mudá-lo.

Num mundo dominado pela disputa entre as grandes potências capitalistas, pela decadência norte-americana, pelo desmonte das conquistas sociais, pelo crescimento do militarismo e do conservadorismo, pela degradação das condições de vida da maioria da população do planeta, provocando miséria e instabilidade política, a chegada do PT ao governo de um País com o porte do Brasil estabelecerá novas condições para a luta pelo socialismo. É nessa

perspectiva que o PT conduzirá suas relações internacionais. (Por um governo democrático, Resoluções do 8º Encontro Nacional do PT, 1993, p. 14).

Também se iniciam neste ano as Caravanas da Cidadania, eventos de viagens pelo interior do Brasil, onde Lula, realizava um contato direto, corpo a corpo, com as populações. Esta iniciativa, que durou até o ano de 1996, foi de seminal importância para a ampliação da sua base de apoio. Apesar de já ser conhecido pelas disputas eleitorais de 1989 e 1994, Lula ainda possuía pouca penetração nas zonas mais interioranas e pobres do Norte e Nordeste do país. Regiões dominadas pela influência conservadora da UDN e da ARENA, passaram a ser componente fundamental da força política de Lula e do PT.

O 9º Encontro Nacional, ocorrido em 1994, em um documento intitulado *A Conjuntura e a Campanha*, traz uma leitura da situação internacional, marcada pela ideologia ultraliberal e pela necessidade de fomentar os espaços de resistência representados pelo Foro de São Paulo e pelo apoio aos movimentos de esquerda na América Latina e no mundo. O partido se colocou totalmente contrário aos planos de reestruturação econômica executados pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (que seriam chamados mais tarde de Plano Real). Denuncia-se o arrocho salarial, os cortes de investimentos públicos em saúde e educação, as elevadas taxas e juros, a vinculação cambial ao dólar norte-americano, a fixação de um valor baixo para o salário-mínimo e as renegociações da dívida externa. O partido defende, então, um plano de reformas estruturais do Estado e um novo tipo de inserção soberana no cenário internacional.

Em relação às forças armadas, o PT afirma que ameaças de golpe não são mais intimidantes, pois na administração que pretendem desempenhar, a melhoria das condições de vida da população, e consequentemente dos militares, afastaria o risco de rupturas militares. Além de serem apoiados por uma coalização de forças progressistas nacionais e internacionais, o que afastaria aventuras golpistas. Propõem também a redefinição das forças, democratizando suas estruturas e relações com a sociedade. Contrapõem-se às críticas das elites que afirmam possuir um projeto de modernização do Estado e que as pautas defendidas pelo PT e pela esquerda são antiquadas, pois visam à defesa da soberania nacional, da presença do Estado como catalisador do desenvolvimento econômico e dos direitos trabalhistas.

A campanha presidencial de 1994, comandada por Marco Aurélio Garcia (que também estaria à frente das campanhas de 1998 e da reeleição em 2006), traz nas suas *Diretrizes do*

Programa de Governo uma densa proposta de governo, apresentado em mais de 250 páginas, considerando os demais documentos programáticos da campanha, totalizam quase 500.

O projeto do partido para a área internacional, um dos mais completos e detalhados já produzidos, reafirma a defesa da soberania como prioridade máxima do governo, assim como uma inserção soberana no mundo, afirmando sua postura histórica na política externa, de defesa dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, pela democratização das relações internacionais com a defesa do multilateralismo, no apoio aos países do Sul e pela reestruturação econômica internacional. Enfatiza as relações com a América Latina e em especial com a América do Sul, fortalecendo políticas de integração, o Mercosul, que deve ser reformado para a integração das dimensões política (democratização do bloco) e social (incorporação da Carta de Direitos Trabalhistas elaborada pelas Centrais Sindicais dos países membros) ao Tratado de Assunção, tornando a política externa um eixo do projeto de desenvolvimento nacional. “[O] Governo Democrático e Popular deverá desenvolver uma política externa que permita simultaneamente, uma inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática” (Bases do Programa de Governo, Campanha Presidencial de 1994, p. 72).

Há uma pretensão, bastante sutil, mas presente, de criação de um “Merconorte” a partir do Tratado de Cooperação Amazônica. A ideia principal é transformar estes blocos, de orientação basicamente comercial e econômica, em espaços de cooperação política, industrial, tecnológica, científica e cultural. Também é defendida a implantação de mecanismos compensatórios para balizar as desigualdades entre os países para fomentar o desenvolvimento conjunto e harmônico.

No marco do multilateralismo que caracterizará a política externa brasileira, e tendo em vista as novas realidades mundiais, dará ênfase especial às relações de cooperação econômica e nos domínios científico e tecnológico, com uma correspondente agenda política, com países como China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outros (Idem, p. 75).

Em um documento sobre a integração nacional em relação ao Nordeste afirma também a importância do desenvolvimento holístico do território nacional para o projeto de inserção soberana ao sistema internacional, à economia globalizada e aos mercados internacionais. Também reafirma a construção de um mercado interno de massas, através da integração do território nacional, como um dos pilares da consolidação da soberania e independência do país, abarcando, além disto, uma política externa que vise à reestruturação da economia global

em benefício dos países do Sul.

Sobre as propostas que tocam as forças armadas e a defesa nacional, o programa postula a mudança nas relações entre os países do Cone Sul, não sendo mais cabível a definição da Argentina como um inimigo potencial, o fim da percepção de uma “ameaça comunista” na inexistência da União Soviética e a extinção da figura do “inimigo interno” após o processo de redemocratização. Propõe-se remover das atribuições constitucionais das forças armadas a manutenção da ordem interna, ao passo que se define muito claramente o emprego exclusivo para a defesa contra agressões externas. Na mesma direção, atenta-se para a necessidade de uma ampla discussão sobre as novas dinâmicas internacionais e os desafios para a defesa e a soberania nacional. Destaca-se a urgência de uma redefinição das políticas de defesa e da reestruturação das forças armadas, com a reforma da organização interna e o reaparelhamento para a retomada da capacidade operacional, visto o processo de sucateamento e fragilização que passaram as instituições militares. Estas mudanças pretendem definir uma recuperação de médio prazo, mas numa perspectiva de longo prazo, pretende-se alçar o país a um nível de autonomia estratégica e em defesa. Para a execução destes projetos é proposta a criação de um Ministério da Defesa. Os custos deste programa seriam compatibilizados dentro de uma racionalidade que respeitasse as prioridades sociais do país.

Após o pleito de 1994, onde saiu vitorioso Fernando Henrique Cardoso, o partido passa por mais um momento de autocrítica e redefinição. FHC desfrutava de grande prestígio pelo bom resultado que o Plano Real alcançara em seus primeiros meses de atividade. Ganhou as eleições em primeiro turno. O PT manteve sua posição radicalmente contrária ao Plano, o que enfraqueceu seu apelo eleitoral. Consolidada a derrota, ocupa a oposição ao governo novamente, mantendo uma crítica constante às medidas de liberalização e privatização realizadas por FHC ao longo de seu mandato.

Realiza-se no ano de 1995 o 10º Encontro Nacional, pautado pela leitura da Conjuntura Nacional e pela crítica ao governo e as medidas liberais de FHC. Aponta o caráter neoliberal e tardio das políticas do governo: neoliberal, pois abre a economia à concorrência predatória do mercado internacional e propõe reformas nas garantias trabalhistas; tardio, porque este processo já havia sido aplicado no Chile, Bolívia, Argentina e México, não tendo afetado o Brasil devido às pressões sociais. O caso mexicano é citado como maior exemplo de comprometimento da soberania e de desarticulação produtiva com agravação da exclusão social promovidas pelas políticas ultraliberais. O viés liberalizante e privatista do governo tucano é tido como responsável pela inserção internacional em uma posição subordinada ao

poder das potências e grandes blocos.

A proposta do PT orbita os pontos que já vinham sendo traçados pela campanha de 1994, de inserção soberana, cooperação internacional e integração latino-americana e por uma nova concepção de internacionalização, com a reforma do sistema de relações internacionais vigente. Pretende-se com isto evitar a posição subordinada na nova configuração de divisão internacional do trabalho em desenvolvimento durante os anos de 1990. Interessante, também, notar o posicionamento do partido quanto a participação em fóruns e instituições internacionais:

A reforma do sistema de relações internacionais não pode resumir-se à reivindicação do Brasil de ocupar, permanentemente, um lugar no Conselho de Segurança ou ao sonho megalomaniaco de nos transformarmos no ‘oitavo passageiro’ do G7. É preciso avançar em direção a uma nova ordem mundial federativa, democrática e internacionalmente legitimada. Esta orientação deve perpassar a política externa brasileira em todos os cenários e organismos internacionais. (Conjuntura Nacional, Resoluções do 10º Encontro Nacional do PT, 1995, p. 9)

A autocrítica realizada diz respeito ao conteúdo programático da sua organização, vista como descolada da realidade das massas.

A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambiguidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia” (Idem, p.14).

É colocado em discussão o projeto ideológico do partido, a abordagem deste projeto frente a sociedade e também a necessidade de uma reestruturação interna em busca de maior institucionalidade e organização, para superar o amadorismo e precariedade administrativa do partido.

1997 foi o ano do 11º Encontro Nacional do PT. Nas resoluções Políticas do encontro, já se estruturam as pautas que sustentarão o programa de governo para as eleições de 1998. Na conjuntura, afirma-se que o projeto neoliberal implantado no Brasil é um fenômeno tardio e representa uma estratégia de inserção subordinada à economia internacional. O contexto internacional começa a dar sinais de enfraquecimento e crise dos governos conservadores e liberais, posição mais favorável ao crescimento da esquerda.

É lançada uma plataforma em defesa de uma presença soberana do Brasil no mundo, pautada pela construção de uma nova ordem internacional, na interligação com o projeto

nacional de desenvolvimento e em consonância com os países do Sul, em especial a China, Índia e África do Sul. Retoma-se a crítica ao capital internacional e ao processo de globalização injusta, pretendendo o enfrentamento aos grandes oligopólios internacionais que atentam contra o desenvolvimento nacional. O partido se posiciona completamente contrário à proposição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, proposta pelos EUA em 1994 com a finalidade de derrubar barreiras alfandegárias dos 34 países americanos. A alternativa à proposta do bloco seria o fortalecimento e reestruturação do Mercosul.

No ano anterior, o governo de Fernando Henrique havia editado a primeira versão da Política de Defesa Nacional – PDN. Apesar de muito sucinta e introdutória, a lei foi um importante marco para o início dos debates acerca da defesa nacional no meio político e em parcelas da sociedade.

Foi realizado no ano de 1998 mais um Encontro Nacional Extraordinário, que se concentrou na reafirmação das pautas desenvolvidas no 11º Encontro Nacional de 1997. Tendo produzido somente um texto de resoluções, que consistem unicamente na reprodução dos resultados do encontro do ano anterior.

A Campanha Presidencial de 1998 marca um momento de mudança na correlação de forças políticas no campo da esquerda. A chapa formada por Lula e Leonel Brizola representa a união de dois setores que estiveram sempre separados, apesar de compartilharem opiniões e semelhanças. Até as eleições de 1994, o PT se ocupou algumas vezes de uma crítica contundente à Brizola e suas candidaturas. Esta união entre as esquerdas foi sustentada pelos compromissos mútuos com o progresso, a soberania, a democracia e a ética na política. Na campanha foram produzidos alguns documentos programáticos, destacando-se as Diretrizes do Programa de Governo e a Carta Compromisso.

Nas diretrizes acusa-se o presidente Fernando Henrique de estar mais preocupado em garantir sua imagem no plano internacional do que com o compromisso com o povo. Este interesse e participação internacional, por outro lado, está vinculado a uma inserção dependente e que expõe as vulnerabilidades externas do país. Defende, portanto, um projeto de desenvolvimento nacional que contemple o fortalecimento da autonomia, com a defesa da produção e do emprego.

No plano internacional, além da defesa das pautas já estabelecidas durante o Encontro de 1997, defende a presença do Legislativo e da sociedade no exercício de um controle maior sobre os rumos da política externa e nas políticas de integração. Na Carta Compromisso, de

forma muito sintética e simplificada, são apresentadas as propostas defendidas pelo partido, afirmando um compromisso com a defesa da soberania e das fronteiras, na independência nacional. Relativamente aos discursos dos anos anteriores, percebe-se uma postura suavizada.

Não vamos permitir que a globalização nos relegue papel de gerir uma economia subordinada que, sem dó nem piedade, multiplica o desemprego e a exclusão social. No meu governo vamos garantir os capitais produtivos que investirem para gerar novas riquezas no país, proporcionando os empregos que tanto necessitamos. Todo capital estrangeiro que quiser participar nessa empreitada será bem-vindo. (Carta Compromisso, Campanha Presidencial de 1998, p. 3)

Em 1997 o Senado havia aprovado a Emenda Constitucional que instaurava a possibilidade de reeleição para um segundo mandato aos cargos executivos. Durante a disputa não ocorreu nenhum debate televisionado entre os candidatos. A aprovação de FHC ainda era bastante alta devido à estabilidade econômica alcançada a partir do Plano Real. Com uma ampla base de apoio, contando com o PSDB, o PMDB e o PFL – os três maiores partidos da época – FHC se reelege novamente em primeiro turno com 53% dos votos, contra 32% de Lula, que ficou em segundo lugar, contabilizando mais uma derrota eleitoral para adversários com um projeto eminentemente liberal.

O II Congresso Nacional ocorre no ano de 1999. Ainda reverberava no partido a derrota sofrida no ano anterior, o que pauta as propostas e discussões internas. Produz-se um caderno de resoluções onde são elencadas leituras da conjuntura muito semelhantes às realizadas nos anos anteriores. A grande temática aqui é a autocrítica. O PT responsabiliza a falta de oportunidades e projetos bem delineados por parte da esquerda como vetor principal dos fracassos eleitorais dos últimos anos. A ascensão de governos liberais como o de Collor de Mello, seguido do governo FHC é tido como um reflexo da falta de um conteúdo programático acessível, responsável e bem articulado proposto pelas esquerdas. Outro decisivo problema é a histórica postura subordinada das elites nacionais em relação aos interesses do grande capital internacional, impedindo o país de possuir uma alternativa nacional.

O ano foi marcado também pela criação do Ministério da Defesa, em substituição aos ministérios militares vigentes desde o regime militar. Uma iniciativa do governo de FHC com grandes impactos para as relações civis-militares. Foi um avanço democrático, apesar de ter demorado anos até encontrar relativa estabilidade. O PT já propunha esta iniciativa desde 1989, tendo reforçado a proposta durante a campanha presidencial de 1994.

3 DO PARTIDO DE MASSAS AO PARTIDO NO GOVERNO

A partir da virada dos anos 2000 o PT dedicou-se às estratégias e programas para a campanha presidencial de 2002. Ao longo deste período se instaura no partido aquilo que foi classificado como o “espírito do Anhembi” (SINGER, 2010), que se apresenta como a mudança de direção ocorrida a partir da campanha eleitoral de 2002, relacionado principalmente com a “Carta ao povo Brasileiro” e com as formulações de Antônio Palocci, coordenador da campanha presidencial e um dos articuladores do programa adotado em 2002, e que viria a ser o ministro da Fazenda até o ano de 2006.

A expressão decorre da reunião ocorrida no Centro de Eventos do Anhembi, em São Paulo, onde foi apresentada a proposta e as diretrizes do programa de governo. Esta visão, corroborou com a associação do PT a setores do capital, assumindo coligações com partidos liberais, sendo a escolha do vice, José Alencar, empresário e membro do Partido Liberal – PL, o grande exemplo desta transformação (ainda que posteriormente Alencar tenha desempenhado uma postura bastante coerente, indo inclusive contra algumas medidas liberais da agenda econômica da gestão de Palocci no Ministério da Fazenda com as quais não concordava). Na Carta, assume-se um compromisso com o empresariado, não interferência nas políticas adotadas pelo governo anterior de FHC (de corte bastante liberal), honradez dos contratos e compromissos governamentais em nível nacional e internacional, valorização de empresas, do capital e cooperação tecnológica estrangeira, responsabilidade fiscal e controle dos gastos públicos.

O 12º Encontro Nacional, de 2001, marca uma nova fase na vida do partido, que passa agora a desenvolver uma nova plataforma eleitoral para as eleições de 2002. Parte de uma perspectiva crítica às medidas ultraliberais do governo FHC, relacionando estas políticas à desestruturação da economia e a marginalização das parcelas mais pobres da sociedade. Argumenta que a característica central dos governos do PSDB têm sido a de inserção dependente do país à globalização capitalista.

A conjuntura é descrita como de crise, instabilidade e recessão na maioria das principais economias latino-americanas, inclusive a do Brasil, devido às políticas liberalizantes e às pressões exercidas pelos EUA em busca da ALCA, que é novamente muito criticada e rechaçada pela proposição de uma estrutura desigual e subordinada.

No plano militar, condena-se o Plano Colômbia, que desrespeitaria a autonomia do povo colombiano e ameaça a soberania na região amazônica. A leitura sobre os atentados de

11 de setembro de 2001 é de pesar para os movimentos democráticos de todo o mundo, porém, lança preocupações sobre a mudança de agenda da política externa dos EUA, que passa a intervir no Oriente Médio, aliando-se a grupos violentos – como já havia feito no passado no Afeganistão na luta contra os soviéticos – ameaçando a ordem internacional com a caçada aos “terroristas onde eles estejam” e minando direitos individuais no âmbito doméstico.

Afirma-se que FHC utiliza uma retórica de esquerda terceiro-mundista no exterior ao passo que pratica medidas de submissão ultraliberal no ambiente doméstico. Esta projeção internacional de FHC e do país são colocados no centro do debate político a ser realizado durante o processo eleitoral de 2002. A publicidade em torno desta agenda internacional do presidente também é criticada como uma forma de afirmar um prestígio internacional, de apoio à continuidade do modelo econômico. Um exemplo é a forma como foram exaltados os avanços na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, tendo sido a reunião, na verdade, infrutífera em qualquer mudança significativa. Propõe-se então uma ruptura necessária com o modelo, pautando a política externa do país sobre a soberania nacional e a inserção não subordinada.

Parte das estratégias giram em torno da atuação internacional pela auditoria e renegociação das dívidas públicas externas. É proposto que a responsabilidade fiscal de um governo deve ser pautada no não comprometimento do orçamento por políticas de altos juros e superavit primário, priorizando o investimento público em políticas sociais e de desenvolvimento econômico. A crise argentina é vista com cautela, tomada como maior exemplo da devastação causada pelas políticas neoliberais e atenta-se para as debilidades do Mercosul. O projeto visa combater a dependência e vulnerabilidade externa, reforçando a autonomia nacional e tendo o social como referência e prioridade econômica, com geração de emprego, inclusão social, democratização do Estado e desenvolvimento sustentável. O momento é dado como propício para a inserção soberana no mundo, pois acredita-se que em momentos de instabilidade criam-se oportunidades de inserção para os países da periferia.

Adota-se um discurso muito mais técnico e programático no campo da economia e da política internacional. Defende-se uma estratégia de desenvolvimento nacional autônoma e sustentada pela redução da dependência e da criação de mecanismos para o crescimento e desenvolvimento econômico. As ações devem ser articuladas pelo Estado, juntamente ao setor privado, para a expansão da capacidade produtiva e da construção das bases tecnológicas para o aumento da produtividade.

Em linhas gerais pretende-se a estruturação de uma base produtiva no setor industrial e agrário que fomente a capacidade de atração de investimentos em infraestrutura e produção interna de bens de capital. Vocaciona a tradição multilateral da política externa e a direciona para a necessidade de redefinição da agenda comercial externa, em busca de novas parcerias e da retomada dos projetos de integração latino-americana, além de defender uma aproximação maior com mercados emergentes, como a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, em busca de alianças específicas com empresas estrangeiras para uma política qualificada de re-substituição de importações.

A defesa das reformas da ordem internacional assume uma característica de reforço da soberania nacional através da valorização da democracia e da autonomia. A solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo neoliberalismo é a base para a expansão do projeto de socialismo democrático, que no caso brasileiro deve estar inexoravelmente aliado ao projeto de desenvolvimento nacional. A perspectiva adotada é universalista e reivindica uma inserção ativa e soberana. “O país necessita de uma outra alternativa que reconstrua nossa economia, governe prioritariamente em favor dos pobres e excluídos, aprofunde a democracia e preserve a soberania nacional.” (Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT, 2001, p. 44).

O partido também participa da organização do 1º Fórum Social Mundial, conferência internacional ocorrida em Porto Alegre/RS para a discussão dos problemas globais contemporâneos em busca de um “outro mundo possível”, reúne entidades e movimentos sociais livres de todo o mundo e ganhou bastante força desde sua fundação. Continuará sua relação com a organização a partir daí, sendo uma importante plataforma de “exportação” dos modelos petistas de gestão de políticas públicas – como o orçamento participativo, democracia direta e conselhos populares, por exemplo, já utilizados largamente nos níveis municipais e estaduais governados pelo PT.

O ano de 2002 é marcado pela campanha presidencial. Desta vez, o partido prepara um amplo material: 17 cadernos setoriais com compromissos eleitorais em diversas temáticas como saúde, educação, segurança, compromisso com minorias, entre outros. Trata-se de uma massiva plataforma política para o programa de governo. Dentre estes 17 cadernos, 11 deles tratam, pelo menos em alguma medida, de questões internacionais.

Alguns cadernos possuem somente uma menção sucinta à questão internacional. O caderno *A Imaginação a Serviço do Brasil* vincula a expressão cultural nacional como um dos eixos do desenvolvimento social e de projeção externa do país, principalmente na integração

cultural da América Latina. O caderno *Uma Escola do Tamanho do Brasil* condiciona uma política educacional que vise romper com a dependência cultural, científica e tecnológica para a construção de uma nação autônoma, soberana e solidária, assim como pretende buscar a cooperação e os modelos internacionais de educação para a aplicação no sistema público de educação. No caderno *Brasil Sem Racismo* o programa se compromete a voltar as atenções do país à África, valorizando os laços étnicos e culturais e cooperando com as nações em desenvolvimento, além de aplicar e disseminar as convenções internacionais pelo fim das discriminações. O caderno *Meio Ambiente e Qualidade de Vida* afirma o compromisso com a cooperação internacional na proteção ao meio ambiente, a defesa dos recursos naturais do país (citando a importância de projetos como o SIVAM-SIPAM), incentivo da adoção de energias limpas e padrões internacionais de ecoeficiência e denunciar a exploração e degradação promovida nos países pobres pelos países ricos que possuem ativos ambientais negativos, exercitando a solidariedade no âmbito do Mercosul e do Tratado de Cooperação Amazônica. O caderno *Vida Digna no Campo* aborda a soberania alimentar e a agricultura familiar como importantes eixos da garantia de uma ocupação soberana do território e da redução de vulnerabilidades externas, além de prever uma inserção qualificada da agricultura brasileira no mercado internacional. O caderno de *Combate à Corrupção – Compromisso com a Ética* propõe iniciativas de cooperação internacional no combate ao crime organizado e no controle sobre remessas ilegais ao exterior. E no caderno *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil* pretende implementar um programa de incorporação da região amazônica ao projeto de desenvolvimento nacional, pela sua riqueza e importância estratégica, visa integrá-la ao mercado local, nacional e internacional, como forma de garantir o desenvolvimento regional e a defesa da soberania nacional (cita novamente a importância dos projetos SIVAM-SIPAM).

A discussão mais aprofundada dos temas internacionais começa a partir do caderno de *Compromisso com a Soberania, o Emprego e a Segurança do Povo Brasileiro* consiste em um discurso do candidato Lula endereçado à população assumindo compromissos eleitorais. É bastante sucinto e genérico, porém traz pontos importantes que também aparecem em outros documentos da campanha. Nele, faz-se defesa da capacidade econômica e produtiva do país como condicionantes para um desenvolvimento de um robusto mercado interno de massas, com a inclusão dos brasileiros excluídos do consumo.

No plano econômico, político e cultural é defendida uma relação mais próxima com outras nações, porém, adotando termos de um claro projeto soberano e seguindo objetivos estratégicos para não aplicar de modo servil os dogmas de terceiros. Recusa-se a ALCA, vista

não como uma integração, mas sim uma anexação. Coloca-se favorável ao livre-comércio, contanto que este ocorra em níveis de igualdade condições competitivas. Resgate do Mercosul e aprofundamento da integração sul-americana também são defendidos. Apoia-se uma postura soberana, na definição do plano econômico e de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

Na *Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil* pretende-se uma ruptura necessária com o passado dependente e com as condições subalternas de inserção do país. O objetivo é romper com a dinâmica presente até então no planejamento nacional pautada no binômio dependência e desenvolvimento e executado em movimentos de “fuga para a frente” que acabaram por aprofundar mais as já desiguais relações de produção e renda nacionais. Esta dependência dos capitais externos internalizou as vulnerabilidades e volatilidades do mercado internacional à economia brasileira. Neste sentido, recusa-se a proposta da ALCA, por representar a perda de controle e soberania sobre a economia nacional, uma vez que o acordo propõe um alto grau de desregulação econômica. Defende-se, então, um projeto desenvolvimentista que pautar o social como elemento central, com o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional.

Um verdadeiro projeto de nação para o Brasil deve incorporar, simultaneamente, e de modo articulado, um conjunto de atributos: inclusão social – isto é, erigir o social como eixo do desenvolvimento; equacionamento da questão federativa, preservando e valorizando a diversidade das culturas regionais; aprofundamento da democracia, sustentando uma efetiva cidadania política ativa, abrindo-se para a sociedade sem recuar os conflitos sociais; amparar-se num Estado democratizado, ágil e desprivatizado, dotado de autonomia para a formulação e a gestão da política econômica nacional e da regulação social dos mercados; enfim, inserir-se da maneira soberana no mundo. (Diretrizes do Programa de Governo, Campanha Presidencial de 2002, p. 12)

No campo da política externa, propõe-se a necessidade de resgate da cooperação nas relações internacionais como forma de oposição à blindagem internacional de sustentação do sistema neoliberal. “A mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional” (p. 14). A soberania nacional é concebida estreitamente ligada à soberania popular. “Mais do que um ‘PROJETO NACIONAL’, trata-se de formular um projeto que incorpore a defesa da Nação e se proponha a transformá-la e a lutar por uma outra ordem internacional” (p. 14, destaque do original). A integração regional e o resgate do

Mercosul são observados como possíveis instrumentos para a articulação das forças políticas da região.

No *Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente* postula-se que “o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente” (Programa de Governo, Campanha Presidencial de 2002, p. 02).

Sobre as forças armadas, no mesmo documento é traçado um panorama sobre a situação precária em que se encontram os recursos materiais e as condições salariais dos militares. Esta condição desfavorável é apontada como uma possível brecha para o desempenho das forças como polícia em missões internas. As forças armadas resistiam às pressões internas e internacionais neste sentido, mas as condições de financiamento defasadas poderiam forçar a aderência ao processo de atuação e militarização da segurança pública.

Afirma-se que as forças armadas não foram capazes de, após 20 anos do fim do regime autoritário, formular uma identidade desvinculada das ideias das doutrinas de segurança nacional, não sendo possível delimitar com segurança o seu espaço no Estado democrático. O governo pretende, então, promover um debate no Congresso Nacional sobre este tema, destacando uma orientação para o reaparelhamento das forças e o redesenho da política de defesa nacional. Atenta, porém, que este projeto está condicionado ao cumprimento da missão constitucional, especialmente nas fronteiras e nas regiões de integridade ameaçada, como na Amazônia e também participar de missões de paz.

Para a política externa e inserção internacional são reforçados os pontos apresentados nas Diretrizes anteriores. Afirma a integração como um dos pilares de sustentação do projeto de desenvolvimento diante das instabilidades dos mercados financeiros globais. Na busca por um entendimento maior sobre a reestruturação das relações internacionais o projeto prevê a sustentação na América do Sul, porém, com diálogo aberto a toda a América Latina. Também se apresenta a intencionalidade da discussão de uma moeda comum para o Mercosul. Em relação à ALCA e os EUA, defende uma postura pragmática, de enfrentamento ideológico do projeto sem perder de vista um relacionamento sadio e equilibrado com o parceiro comercial.

Projetam-se relações econômicas, políticas e culturais “com todo o mundo”. Relações equilibradas com os países que integram o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), a União Europeia e o bloco asiático em torno do Japão. Esta estratégia visa contornar vulnerabilidades e a criação de condições favoráveis de inserção ativa. Conduzirá a

aproximação com “países de importância regional”, como Rússia, Índia, China e África do Sul. A intenção é criar sólidas relações bilaterais a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais (ONU, FMI, OMC, Banco Mundial). Também deverá reforçar seus laços com a África e construir relações comerciais e de cooperação.

Assume que o governo anterior controlou a inflação, porém, critica o insucesso na criação de condições de desenvolvimento sustentado e de melhores condições de bem-estar social. Afirma ter falhado também em pautar o desenvolvimento econômico afastado de uma base exportadora, com desenvolvimento tecnológico e científico capaz de projetar a inovação e a produção de produtos competitivos no mercado internacional. Condena a abertura econômica do período mas sem cair no protecionismo exacerbado, defende uma política industrial com incentivo à produção e inovação e metas explícitas com controle público.

Também reserva espaço aos setores de tecnologia (*softwares* e bens de produção de alto valor tecnológico agregado) e da ampliação da produção sucroalcooleira como componente na matriz energética nacional. A agroindústria deve ser incentivada, mas deve ser fomentada uma política de beneficiamento das *commodities* para que o país não se torne um grande produtor agrícola sem base industrial, além de reservar espaço para o desenvolvimento da agricultura familiar e a Reforma Agrária. “A ampliação do nosso mercado interno e a geração de emprego e renda são passos fundamentais para a construção de uma Nação que seja respeitada no cenário internacional” (p. 12).

Por fim, a paradigmática *Carta ao Povo Brasileiro*, também do mesmo ano de 2002. Partindo de uma perspectiva crítica ao modelo econômico adotado pela gestão anterior, a *Carta* começa propondo a necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional, pois, segundo o partido, nas desventuras neoliberais do passado a soberania do país foi comprometida. A sensação da sociedade é de esgotamento do modelo vigente. Apesar deste sentimento, apela-se para uma esperança em torno de um projeto de desenvolvimento alternativo a fim de superar os problemas estruturais, vencer as vulnerabilidades e “resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo” (p. 01).

Informa ainda que diversos grupos já haviam aderido à causa deste novo projeto: lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos, assim como “parcelas significativas do empresariado” (p. 01). Para a construção de uma nação independente, é necessária a recusa do continuísmo e reduzir a condição vulnerável externa fomentando as exportações e criando um amplo mercado interno de consumo de massas.

Propõe a combinação entre o incremento da atividade econômica com políticas sociais

consistentes. Promover reformas estruturais na direção de tornar o país mais justo, eficiente, moderno e competitivo internacionalmente. A mudança é encarada como um processo complexo, fundado em uma ampla aliança nacional por um novo contrato social para o crescimento com estabilidade. A transição não significa o não cumprimento dos contratos e obrigações do país. As preocupações dos mercados são vistas como legítimas, para além das especulações, devido às fragilidades que o modelo de FHC registra, com altas taxas de endividamento público interno e externo. Tido como único caminho pelo governo, o modelo é contestado tendo em vista a experiência de outros países que adotaram alternativas diferentes para contornar seus problemas.

“Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.” (p. 03). Exige-se uma verdade completa sobre as crises, que precisam ser evitadas para não causarem prejuízos à população. Aponta-se que o “populismo cambial” promovido durante as eleições de 1998 é agora representado pela “âncora fiscal” e que somente a promoção de uma substituição competitiva de importações no curto prazo pode sanar a fragilidade das contas públicas. Esta política deve estar alinhada com a valorização do agronegócio e da agricultura familiar.

Defende que a política externa deve ser reorientada para a promoção dos interesses comerciais como forma de superar os obstáculos impostos pelos países ricos aos países em desenvolvimento. Superada a vulnerabilidade externa, poderá se aplicar uma redução de juros sustentada, recuperando a capacidade de investimento público e alavancar o crescimento econômico. O melhor caminho para que os contratos sejam honrados é o retorno da liberdade de definição da política econômica para um desenvolvimento sustentável.

O combate à inflação é afirmado junto ao crescimento, à geração de empregos e distribuição de renda. Assim como o equilíbrio fiscal é adotado como um meio para o crescimento econômico, único remédio para o círculo vicioso de metas de inflação baixas, juros altos, oscilações cambiais bruscas e aumento da dívida pública. A manutenção do superavit primário é defendida “até quando for necessário” para impedir o aumento da dívida interna e a destruição da confiança no governo. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são tomados como conquistas do povo, uma vez que foi às custas de seus sacrifícios que esta situação se configurou. O crescimento é a peça chave para a saída da crise e o fomento do mercado interno é o catalisador deste processo, com a valorização da pequena

e microempresa e a ampliação das exportações.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (Carta ao Povo Brasileiro, Campanha Presidencial de 2002, p. 05)

Após a vitória sobre o candidato do PSDB, José Serra, finalmente Lula chega ao Planalto. Seu governo foi marcado por muitas mudanças de caráter substantivo e outras de continuidade em relação aos governos anteriores. Um balanço sobre o tocante às iniciativas no âmbito da política externa e das relações internacionais – tema deste estudo – serão abordadas a seguir, no capítulo 3.

No início do ano de 2006, após quase um mandato à frente do Executivo, o PT se reúne para o seu 13º Encontro Nacional. No primeiro dia de evento, o presidente Lula faz um discurso apontando que apesar das críticas, seu governo tomou decisões acertadas, como por exemplo a aproximação com a China e a integração com a América do Sul. Percebe o momento como muito propício ao continente, dado a eleição de vários líderes de esquerda na região e afirma ter desenvolvido um programa de defesa da inserção soberana no mundo que talvez seja o maior da história do país.

Nas resoluções do encontro é levantada a defesa da reeleição de Lula para o fortalecimento dos governos de esquerda da América Latina, em vista de transformações que ainda vão ser realizadas. Pretende-se superar a hegemonia neoliberal, nas suas quatro dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro, o “Estado mínimo” e o conservadorismo político. Apresenta uma leitura da conjuntura de avanço da esquerda em meio a um contexto de instabilidade onde as políticas tradicionais são questionadas, o poderio militar norte-americano mostra incapacidade de agir diante de tantos focos de conflitos e na economia as baixas taxas de crescimento europeu e os deficits nos EUA contrastam com o dinamismo chinês.

Pela análise da conjuntura promovida, defende-se como objetivo central o trabalho pela superação do neoliberalismo. Trabalho este que já está sendo executado, por meio da

construção da integração regional, da expansão dos governos progressistas, da elaboração de uma política de segurança para a região que impeça a militarização dos conflitos e a instalação de bases militares dos EUA e no acompanhamento de sua instabilidade interna (Resoluções do 13º Encontro Nacional do PT, 2006, pp. 25-26).

Partindo da necessidade que estas preocupações afloram, o PT deve continuar atuando na América Latina, tendo uma presença ativa na África, Ásia e Europa, assim como com iniciativas e movimentos altermundistas, como o Fórum Social Mundial. Estas ações visam à superação da dominação imperialista no continente e a construção da integração. Para tanto, é necessário o trabalho de fortalecimento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana de Nações e das candidaturas de esquerda nas eleições presidenciais dos países latino-americanos. Todos estes temas deverão destacar-se na campanha eleitoral, apresentando uma política de soberania e integração implementada pelo primeiro governo, mostrando êxitos como a criação do G-20 no seio da Organização Mundial do Comércio, a defesa dos interesses nacionais e da soberania em relação à ALCA, a quitação da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional e o empenho pelo fortalecimento do Mercosul.

Nas *Diretrizes para Elaboração do Plano de Governo*, é importante que se destaque a política externa soberana de aproximação com os países do sul que conseguiu reverter a Balança Comercial do país tornando-o superavitário em moedas fortes, permitindo a amortização da dívida externa. Também deverá destacar que o país passou a ocupar o lugar que lhe corresponde no mundo, adotando uma política externa ativa e altiva que devolveu o sentido de soberania.

Sem confrontações ideológicas e enfrentamentos desnecessários, o Brasil assumiu papel importante nas grandes questões internacionais – econômico-financeiras, comerciais, da reorganização das Nações Unidas ou do combate à fome e à pobreza – pregando a paz, o respeito ao Direito, o fim das desigualdades econômicas e sociais entre as nações e o multilateralismo. (Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, Resoluções do 13º Encontro Nacional do PT, 2006, p. 53)

Em relação à integração e à projeção no mundo, deve-se buscar por meio da integração regional um grande mercado sul-americano, com efetiva articulação econômica por meio da articulação de políticas industriais, agrícolas e de ciência e tecnologia, que vise à construção de uma infraestrutura de unificação do espaço comum, de aproximação e garantia da segurança energética. Para tanto, é necessária a articulação de políticas macroeconômicas inovadoras que rompam com a hegemonia neoliberal, mantendo a América do Sul como eixo central da política externa brasileira. Defende ainda a manutenção da política de aproximação

com os países africanos, árabes e do fortalecimento das alianças com as potências emergentes, mantendo uma relação equilibrada com as grandes potências.

Na Campanha Presidencial de 2006, o Programa de Governo, estruturado em seis eixos, traz uma retrospectiva da situação em que encontrou o país em 2002: herdou uma dupla herança negativa causada tanto pelas políticas ultraliberais do governo anterior, quanto pelas questões estruturais de concentração de renda, autoritarismo e comprometimento da soberania nacional. Diante destes desafios, o governo Lula apontou um caminho de mudanças que conduziram o país à superação de quase três décadas perdidas, garantindo a presença soberana no mundo e forte integração continental, que devem ser continuadas no segundo governo.

Caracteriza a oposição como servil no plano internacional por criticar as iniciativas de integração necessárias para enfrentar a globalização injusta e desigual. Reforça seu compromisso com um projeto nacional de desenvolvimento de combate à exclusão e pobreza, com ampliação da democracia, a universalização da cidadania, reformas institucionais e a garantia da busca por um lugar soberano e solidário no mundo.

No eixo de aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento, defende um crescimento que garanta a distribuição de renda e a sustentabilidade ambiental, a fim de reduzir as vulnerabilidades externas do país. Reforça no plano de inserção sua postura em relação aos organismos internacionais, lutando por multilateralismo e pela reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, ao qual postula uma vaga permanente. Mantém sua posição de defesa da integração sul-americana, além de ampliar e fortalecer as relações sul-sul com ênfase aos países africanos, ao mesmo tempo em que buscará ampliar o acesso aos mercados europeu, norte-americano e asiático, mantendo com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.

Em relação às forças armadas, evidencia o esforço inicial de reaparelhamento material e a valorização do pessoal, permitindo que as forças venham a melhor cumprir sua missão constitucional. No campo da defesa propõe concluir o processo de institucionalização do Ministério da Defesa, acelerar o processo de reaparelhamento das forças armadas com atenção aos programas estratégicos, reconstruir a indústria bélica nacional de forma articulada com os países da América do Sul, continuar os programas e ações de vigilância de fronteiras como o SIVAM-SIPAM e outros mecanismos no combate ao crime organizado e grupos que atentam contra a integridade do território nacional, e acentuar a cooperação internacional em missões de paz e de intervenção no enfrentamento de catástrofes e graves crises (Programa de Governo, Campanha Presidencial de 2006, p. 26).

Após a reeleição em 2006, o PT realiza seu 3º Congresso Nacional em 2007. O tema do projeto socialista do partido volta a ser debatido, com a produção de um longo texto que faz um balanço histórico das experiências socialistas no mundo e da atuação do partido nesta história. Compara o desenvolvimento deste projeto aos resultados do primeiro mandato de Lula à frente do Executivo, afirmando que as atitudes tomadas durante a gestão vão na direção da construção das bases para a ampliação do socialismo no Brasil e no mundo.

O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país. [...] Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula. (Resoluções do 3º Congresso do PT, 2007, p. 12)

Constantemente essa relação é invocada ao passo que se faz uma defesa de uma ampla reforma nas estruturas do sistema internacional, na ordem econômica mundial e na forma com que são mantidas as relações internacionais. A principal pauta defendida é a de um sistema multipolar, multilateral, com a superação da hegemonia das grandes potências e a democratização das instituições, em busca de paz e com solidariedade entre os povos. Esta atuação, sustentada na defesa da soberania e autonomia do país, a aproximação com a América do Sul e na diversificação de parcerias, é vista como fonte de transformações na correlação de forças internacionais. Neste sentido, o capital internacional é tido como agressor da soberania nacional, ao passo em que toma as estruturas do Estado e conduz uma socialização capitalista, com a liberdade do capital, mas não da classe trabalhadora (p. 18).

Afirma que o partido encontrou um país devastado pelas políticas neoliberais dos governos anteriores, recebendo uma “herança maldita” dos mesmos. Por meio da adoção de um programa de distribuição de renda e inclusão social aponta já reverter este processo. Também evidencia a opção por desenvolver a indústria de defesa nacional como um importante passo para o projeto internacional e a garantia da integridade e soberania.

Em um discurso proferido no evento sobre a atuação de seu governo e das transformações sociais que operou, o presidente Lula afirma o compromisso do mandato com a integração e a cooperação com os países da América do Sul, além de defender a repercussão

mundial sobre os impactos positivos dos programas sociais e das reformas realizadas por sua gestão.

No documento, na seção sobre política externa é exaltada a gestão desempenhada pelo primeiro mandato. “Temos de ter capacidade e grandeza para entender a importância do papel do PT, da liderança do presidente Lula e do Brasil no continente e no mundo” (p. 34). Acrescenta que a integração sul-americana pode e deve ocorrer, priorizando as realizações políticas e depois econômicas, culturais e sociais. Este movimento integrador vai na contracorrente da “barbárie fragmentada” em que vive mundo. Cita-se a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações e o fortalecimento do Mercosul como exemplos de priorização da América Latina na política externa do governo, assim como a abertura de diálogo com a África e Ásia, a ampliação do comércio com os EUA e a Europa e a liderança no G-20 como exemplos de protagonismo do país no cenário internacional. “Nosso governo tem uma política externa comprometida com a autodeterminação dos povos e não é subserviente aos interesses do grande capital” (p. 34).

Para o segundo mandato, projeta-se a criação de um mercado interno, integrando a América do Sul e conferindo dinamismo ao capitalismo brasileiro a fim de promover reformas estruturais na concepção de propriedade social das iniciativas empresariais. Na concepção de um projeto de desenvolvimento nacional também é citada a importância da inserção internacional com “austeridade e soberania” com o fortalecimento das alianças sul-sul e com o fortalecimento do Mercosul.

Pouco se fala sobre as relações com as forças armadas, porém, é adotado um discurso bastante enfático quanto às funções a serem desempenhadas pelos militares:

[...] compreender as Forças Armadas como reserva estratégica para a defesa nacional necessariamente subordinada ao poder civil. Exército, Marinha e Aeronáutica precisam adequar sua ideologia a um mundo em que a integração dos povos e cooperação devem ser os valores preponderantes. Isso não lhes diminui o papel da garantia da nossa soberania, com vistas principalmente à manutenção do domínio brasileiro sobre nossas riquezas naturais (Amazônia, água, plataforma continental, etc.), mas lhes impõe novas tarefas no cenário da globalização. (p. 41)

Levanta-se também uma extensa perspectiva sobre a atuação internacional do PT, afirmando seu histórico interesse sobre o tema. A autobiografia apresentada se divide por décadas. A década dos anos 1980 é vinculada a uma atuação de baixo perfil e mais em direção da cooperação em direitos humanos e com as questões relacionadas ao processo de anistia no Brasil e em outros países em processos semelhantes. Evidencia um expressivo aumento das

relações internacionais após a disputa das eleições de 1989.

Durante a década de 1990, a crise do mundo socialista fez com que o partido repensasse suas alianças, o que o levou a ampliar os contatos internacionais com partidos e organizações de diferentes tradições na esquerda, adotando um perfil pluralista. Esta motivação também levou à convocação da reunião que formaria o Foro de São Paulo em 1990. O partido se afirma como o primeiro a incluir o debate sobre integração regional à sua agenda, promovendo um seminário sobre o tema em 1993. Adotou a posição contrária à ALCA junto a movimentos sindicais e sociais. E também foi neste período que a CUT iniciou sua atuação no Mercosul e os núcleos do PT no exterior foram fundados.

Durante os anos 2000 são apontadas as várias edições do Fórum Social Mundial que contaram com o apoio e organização do PT. O partido também teve importante participação nas reuniões e grupos de trabalho formados para a discussão do governo local, promovendo e participando de eventos sobre cidades e prefeituras, além de participar de grupos internacionais sobre o tema. Neste período a Juventude do partido inicia sua atuação internacional e promove cursos de formação na temática para os militantes.

Em relação à Presidência de Lula, o partido afirma os intentos de compatibilizar a política externa do governo com a atuação internacional do PT, aproveitando da integração regional para estreitar laços com partidos e movimentos de esquerda da região.

Por fim, afirma que a região sul-americana é a que mais tem resistido às tentativas do neoliberalismo, que já não é tão forte como era na década de 1990, quando estava fundamentado em três dimensões: o pensamento neoliberal (no campo das ideias), o poderio dos EUA (no campo militar) e a força do capital financeiro (na economia). No contexto da América do Sul, evidencia-se o paradoxo enfrentado pelas esquerdas, que apesar de estarem fortalecidas e organizadas ocupando a administração de vários países, veem a força do neoliberalismo ainda instaurada nas instituições econômicas.

Para a integração regional há a defesa de relações pautadas na compensação das assimetrias entre os países da região, do fomento de iniciativas de integração física (a exemplo da IIRSA) e do sistema energético, de políticas sociais, além da integração entre os povos, através do compartilhamento cultural e da interação. Por fim, são elencadas várias áreas onde a política externa do governo Lula obteve sucessos: a defesa da integração regional, o fomento de princípios internacionalistas, anti-imperialistas e socialistas para a orientação política das relações internacionais do partido, a defesa da paz mundial, a defesa e o respeito à soberania e autodeterminação dos povos, a busca por reformas democráticas nas

instituições internacionais, as alianças de cooperação sul-sul e a defesa dos direitos humanos, econômicos, culturais, ambientais e sociais.

Não houve encontros entre os anos de 2008 e 2010. Neste período o governo Lula terminaria com índices históricos de popularidade, facilitando o lançamento de uma candidatura para a sucessão. A candidata escolhida foi Dilma Rousseff, que havia sido ministra das Minas e Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010) durante os mandatos de Lula. Apesar de não possuir uma longa história no PT – só se filiou em 2001 ao partido, tendo sido filiada ao PDT entre 1980 e 2001 – já havia sido secretária do governo de Olívio Dutra à frente do Rio Grande do Sul. A sondagem de sua viabilidade eleitoral ocorria desde 2007, efetivando-se em 2010 a escolha de seu nome como candidata do PT. A coligação da campanha contava com dez partidos, com destaque para o PMDB, que indicou o candidato à vice-presidente, Michel Temer, e conferiria parte importante da base parlamentar do futuro governo.

Com a eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010, o PT garante a sua continuidade no governo federal. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é importante destacar em linhas gerais a continuidade das políticas marcadas pela gestão Lula. Num programa bastante enxuto, a campanha de 2010 traz 13 compromissos programáticos que apontam para a continuidade das políticas sociais, o aprofundamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)⁵ e do Minha Casa, Minha Vida, o PROUNI e o FIES, a continuação da política de exploração do pré-sal, entre outras temáticas que se encadeiam de forma a exaltar os avanços dos governos de Lula e garantir a manutenção dos mesmos. Assume uma postura que já afirma categoricamente a defesa do desenvolvimento econômico pautado na estabilidade macroeconômica, na responsabilidade fiscal e na transformação da estrutura produtiva nacional.

Reitera-se a política externa soberana e os princípios de autodeterminação, resolução pacífica de controvérsias, não intervenção, defesa dos Direitos Humanos, solidariedade internacional e do multilateralismo. Prioriza a integração latino-americana e a cooperação Sul-Sul, sem o rompimento com os parceiros tradicionais, assim como reafirma a diplomacia do combate à fome e pobreza. Também prioriza o programa nuclear, espacial e a defesa como pautas do desenvolvimento tecnológico e científico. Afirma que a política externa será um instrumento para a diversificação geográfica do comércio internacional, dos investimentos

⁵ O PAC foi lançado ainda em 2007, ainda no governo Lula, como um programa de investimentos em infraestrutura, transporte, habitação, saneamento energia, etc. Foi o principal programa durante o governo Dilma, junto ao Minha Casa, Minha Vida.

externos e das parcerias de complementação produtiva. Compromete-se ainda com a defesa da soberania e uma presença ativa e altiva do Brasil no mundo⁶. Assume por fim, o compromisso com a implantação da nova política de defesa contida na Estratégia Nacional de Defesa, editada em 2008, e com o reequipamento das forças armadas e da plena implantação do Ministério da Defesa.

No ano de 2011 foi realizado o 4º Congresso Nacional, com um tom bastante otimista sobre as conquistas ocorridas durante os governos de Lula, numa forma de balanço geral das conquistas e sucessos obtidos durante a administração petista. As propostas e resoluções encaminham para o governo Dilma a reafirmação e continuidade de todas as linhas desenvolvidas pela política externa da gestão anterior. Referente à política internacional, para além dos compromissos com a continuidade, a ideia geral foi resumida neste trecho da resolução:

O fato de haveremos enfrentado com êxito o desafio de combinar crescimento, distribuição de renda e inclusão social, equilíbrio macroeconômico, redução da vulnerabilidade externa e plena vigência democrática, explica a alta visibilidade que o Brasil passou a ter no mundo. Para isso contribuiu também de forma decisiva a implementação de uma política externa ativa e altiva, que privilegiou a América Latina e o Sul do mundo, redefinindo soberanamente nossa relação com os países desenvolvidos. Sempre colocamos como prioritárias a defesa do interesse nacional e a solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento. (Resolução sobre as diretrizes do Programa 2011/2014)

No 14º Encontro Nacional do partido, em 2014, são condicionadas as origens dos obstáculos enfrentados pelos países latino-americanos a três fatores: as ditaduras militares, o desenvolvimentismo conservador e a devastação neoliberal; que se desdobram no imperialismo norte-americano, na ditadura do capital financeiro e monopolista e na lógica do Estado mínimo. Para a superação destes fatores é defendida uma política externa soberana, de enfrentamento aos interesses estadunidenses e de radicalização da integração na região.

Na campanha de 2014, tanto no documento de diretrizes, quanto no programa de governo, são reafirmados os compromissos com a tradição diplomática brasileira e a desenvolvida nos governos petistas. Apontam para o fomento da integração, da inserção soberana no mundo, na cooperação internacional e na reforma dos mecanismos internacionais.

Para a América do Sul, se compromete com a integração física em infraestrutura,

⁶ É a primeira vez que este conceito, reiterado por Celso Amorim e principal linha de sua atuação, aparece em um documento propositivo deste porte (Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira, Campanha Presidencial de 2010, p. 17)

comercial, econômica e na defesa, reforçando a importância da América Latina e do Caribe como áreas fundamentais para a política externa brasileira. Também é destacada a priorização da Unasul, Mercosul e CELAC como vetores da atuação brasileira em seu entorno. Traz como novidade a defesa dos mecanismos de governança da internet e das tecnologias de comunicação⁷. E, por fim, afirma o desenvolvimento da defesa nacional como um importante eixo de modernização dos equipamentos das forças e da transferência de tecnologias sensíveis através dos grandes projetos de reaparelhamento.

O 5º Congresso Nacional, de 2015, produziu um documento intitulado *Carta de Salvador*, o qual faz um amplo balanço da trajetória do partido, uma vez que este completava 35 anos na ocasião. A temática internacional é pouco trabalhada e incorre nas mesmas afirmações defendidas nas campanhas presidenciais de exaltação dos avanços e afirmação da continuidade. O que muda significativamente é a linguagem quanto ao posicionamento frente ao capital internacional e o imperialismo estadunidense. Adota-se um tom mais ácido, de contestação, opondo a integração e os projetos de inserção soberana e autônoma à subserviência aos interesses norte-americanos e do grande capital. O discurso, apesar de estar contido num documento bastante memorial e que recupera a história do partido, parece bastante com as posições aguerridas da época de sua fundação.

Em 2017 acontece o 6º Congresso Nacional, o contexto é tomado pelo impacto do *impeachment* de Dilma, ocorrido em decorrência de acusações de crime de responsabilidade fiscal e do rompimento do principal partido da base do governo, PMDB, que abriu o processo na Câmara, através de seu presidente, o deputado Eduardo Cunha, e o conduziu, acompanhado dos partidos da oposição (com destaque ao PSDB) até a queda da presidenta em 31 de agosto de 2016, estando afastada do cargo desde 12 de maio do mesmo ano, assumindo o cargo o vice-presidente, Michel Temer do PMDB, tornando-se o terceiro presidente da sigla (depois de José Sarney que assumiu em decorrência da morte de Tancredo Neves e de Itamar Franco, empossado após o impedimento de Fernando Collor). O processo foi considerado pelo partido como um golpe parlamentar.

O documento das resoluções traz além de longa discussão sobre as questões do processo de *impeachment*, uma leitura sobre a conjuntura internacional e nacional. Há uma profunda reafirmação dos valores originários do partido, com a invocação do projeto de socialismo democrático petista, agora visto sob uma perspectiva mais ampliada, embasada na ação em âmbito nacional e internacional e a reafirmação da liderança brasileira dos processos

⁷ Adotadas após a aprovação do Marco Civil da Internet em abril de 2014 (Programa de Governo, Campanha Presidencial de 2014, p. 37)

de integração regional e de contestação da ordem internacional, além da adoção de uma postura de oposição ao governo de Temer.

3.1 O processo de transmutação: do petismo ao lulismo

O jurista Dalmo de Abreu Dallari, em agosto 1986, escreveu um pequeno texto para o *Jornal Leia* intitulado “Existe o petismo?”. A resposta vem logo na primeira linha “uma coisa é certa: o petismo existe e o Partido dos Trabalhadores é seu profeta!”. Esta constatação de Dallari se refere ao sentimento de pertencimento, exacerbado, apaixonado e até mesmo chegando a ser agressivo que marca o início da militância do partido. O jurista afirma também não poder dizer se quem criou o petismo foi o PT ou se o PT foi criado no seio do petismo. A afirmação de uma ideologia que transcende o partido é uma das questões mais uterinas do PT.

Tendo sido estruturado em torno de muitas tendências, na maioria das vezes contrárias umas às outras em termos ideológicos, a ideia de uma “convergência na divergência” fez do partido uma organização profundamente dinâmica. Os embates internos, seja devido a posicionamentos políticos, seja em torno da disputa por cargos e lideranças, trazem uma capacidade autocrítica e uma resiliência que dificilmente se via em outros partidos e organizações. As diferentes raízes do PT injetaram no tronco do partido um fluxo intenso de ideias, propostas e temáticas até então pouco difundidas como bandeiras políticas. Um partido que em pleno regime militar já defendia as pautas da liberdade feminina, do respeito à diversidade, o combate intransigente ao racismo, o respeito às culturas indígenas, inclusão de portadores de deficiência e autonomia de pensamento e ação para os mais amplos espectros da sociedade, traz consigo um espírito vanguardista bastante “revolucionário”, por mais que não tenha assumido formalmente esta posição.

A “revolução” petista é colocada em novos termos, após as longas discussões acerca da ideologia partidária. A proposta de um partido de massas, à esquerda, que fosse ao mesmo tempo contestador da própria ordem vigente entre as esquerdas mundiais, congregando setores progressistas das mais variadas origens é em si um movimento de transformação. A opção pela transformação dentro da institucionalidade pode até ter frustrado as alas mais radicais – o que ocasionou várias cisões e alguns expurgos – mas estas posturas foram sendo moldadas à medida que o partido passa de um movimento aguerrido porém disforme, para uma instituição orgânica e organizada em busca do estofamento necessário para vencer as já bem estruturadas agremiações tradicionais.

No início de sua construção, muito se discutia sobre o amadorismo da condução de todos os setores do partido, pesando sobre a estrutura e o projeto a falta de organização. Esta transformação gradual de um partido de massas para um partido que pretende disputar um governo, talvez possa ter minado esperanças de muitos apoiadores e entusiastas, mas fez-se necessária para que o PT pudesse, com maior eficiência, colocar em prática seu projeto político.

Criou-se então, logo em seus primeiros anos, uma hegemonia interna. Desde a Articulação dos 113, o grupo composto pela corrente Construindo um Novo Brasil – CNB domina a estrutura decisória do partido. A existência de um bloco bem estruturado e com nomes tão importantes da história do partido, limitou em alguma medida a atuação das demais tendências internas. Estas, por sua vez, não deixaram de existir e nem tiveram sua importância descartada. O núcleo duro da institucionalidade do PT, representado pela CNB e pela liderança de Lula, tem dentro de seu próprio partido um amplo campo de disputa e contestação.

Aquilo que representa o “petismo”, o espírito contestatório e aguerrido da fundação do movimento, estava guardado nesta configuração, constituindo a principal característica do partido. As tendências internas faziam a oposição dentro da própria instituição, exigindo do Campo Majoritário redirecionamentos de percurso e conduta sempre que este estivesse desviando do caminho ideológico e partindo para o fisiologismo do poder institucional. O petismo, aquela agenda carregada do “espírito de Sion” e pautada no internacionalismo socialista, na democracia das bases e na construção do socialismo democrático, torna-se o guia moral do partido, a régua com que se afere a orientação da bússola ideológica da sua trajetória. Existem, então, duas linhas: uma articulação para garantir o processo de institucionalização do projeto e outra para pautar as demandas históricas e reivindicar o compromisso com as bases.

Este quadro, entretanto, começa a mudar conforme o partido ganha corpo e se expande. Torna-se cada vez mais difícil coibir o fisiologismo e a corrupção em nível nacional. O partido ganha a cada eleição mais e mais prefeituras e cadeiras nos legislativos e executivos estaduais e federais, capilarizando sua atuação em uma estrutura que se torna cada vez mais complexa. Pelas suas novas dimensões e pelo peso do jogo político nacional, contra partidos institucionalizados, tradicionais, passa a configurar também uma nova forma de financiamento, sustentado muitas vezes em relações com o grande capital.

O distanciamento das lideranças nacionais dos redutos partidários espalhados pelo

país, assim como a existência de núcleos de tendências em cada diretório, vão dando uma cara para o partido própria em cada local e região (BRAGA, 2009). A condução do partido como instituição, passa a ser gerida de um pequeno núcleo, composto pela CNB, e a política exercida nos níveis mais capilares é imbricada e diversa, seguindo as necessidades e conveniências de cada diretório ou representação.

O lastro do projeto nacional do PT sempre esteve sustentado pelo alto escalão do Diretório Nacional, contando com o apoio de diretórios estaduais com maior influência e estrutura, como o de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, entre outros. A direção partidária está sob o controle da CNB, desde a fundação da Articulação em 1983, tendo ficado fora desta posição somente em um curto espaço de tempo, entre os anos de 2005 e 2007 devido à instabilidade causada pelo escândalo do Mensalão.

A partir da direção exercida pela CNB é que o PT modificou suas políticas de alianças em nível nacional a partir dos anos 2001, apoiando o nome de José Alencar para a vice-presidência na chapa de Lula para as eleições de 2002. Estudiosos do partido evidenciaram um movimento de transformação ideológica, passando da perspectiva socialista anti-sistêmica em direção à social-democracia reformista (SAMUELS, 2004; ROSENFELD, 2002).

As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unir em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (Carta ao Povo Brasileiro, Campanha Presidencial de 2002, p. 05)

Entretanto, esta mudança de perspectiva não foi inaugurada neste evento, é perceptível nos documentos apresentados anteriormente que a partir de meados dos anos 1990, as resoluções internas dos encontros e congressos do partido já trazem uma visão diferente sobre as relações com o capital, sobre as estratégias de inclusão social e distribuição de renda e também sobre a inserção internacional e a política externa.

Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. [...] O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital combinado com o fracasso do socialismo real permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de

superação da ordem capitalista. Superação, no entanto, mais necessária do que nunca. (Socialismo, 1º Congresso Nacional do PT, 1991, pp. 03-04)

Estas transformações são visíveis especificamente nos documentos de 1993, que demarcam o campo programático da campanha eleitoral de 1994 (HUNTER, 2006; AMARAL, 2003). Apesar de já haver no passado uma longa discussão sobre a estratégia de inclusão social, é em 1993 que se assume como pauta principal a criação de um mercado interno de massas como forma de alcançar significativa parcela da população que vivia à margem do acesso à bens e serviços. As mudanças para a suavização do discurso e a moderação das propostas foi utilizada como salvaguarda para não “engessar” um eventual governo em caso de vitória (AARÃO REIS, 2005, p. 71).

Nesta direção, a tese de André Singer, cientista político e ex-porta-voz da Presidência do governo Lula, afirma que o grande feito da administração petista à frente do Executivo foi a ascensão do subproletariado à condição proletária (SINGER, 2009). O subproletariado é composto por aquelas massas que apesar de muitas vezes possuírem alguma forma de trabalho informal ou de subsistência não fazem parte do proletariado em uma perspectiva de classe, devido à sua condição de não reconhecimento, não alcançando renda minimamente suficiente para seu acesso à luta de classes, permanente miséria, superempobrecimento e desarticulação. Não se trata, portanto, do lumpemproletariado de Marx, pois este se trata de parcela da massa marginalizada, em condições de precariedade próximas do proletariado mas que não ascende à autoidentificação de classe, sobrevivendo de “bicos”, pequenos furtos, golpes e contravenções.

André Singer atualiza a concepção de subproletariado desenvolvida por seu pai, o economista Paul Singer, nos anos 1980, e concebe que os programas desenvolvidos durante o governo Lula de assistência a estas populações, majoritariamente concentradas na região Norte e Nordeste do país, alçam-nas a condição proletária por meio da formalização do trabalho e da garantia a mínimas condições de acesso ao consumo e à cidadania.

Na história social do país, um movimento amplo de inclusão de classes menos favorecidas só havia ocorrido durante o governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1940 e 1950, com a criação dos mecanismos de proteção ao trabalhador, representados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (SANTOS, 1979). Esta inclusão promovida por Vargas estava condicionada ao trabalho formal e urbano em larga medida, tendo ficado de fora as classes trabalhadoras rurais e as mais marginalizadas, como o caso do subproletariado. É importante ressaltar também, que as políticas ultraliberais dos anos 1990 impactaram na

renda e situação de classe de boa parte dos estratos mais baixos das classes média e baixa (POCHMANN, 1999).

Em outras palavras, o projeto de criação de um mercado de massas não necessariamente se contrapõe a uma perspectiva de esquerda. Adota-se uma postura de “inclusão ao capitalismo” de uma larga parcela da sociedade que não possuía nem a mínima condição de classe trabalhadora. Esta estratégia pode ser lida aqui como uma aproximação à originária posição petista, encampando uma perspectiva democrática e popular de inclusão e participação das massas no processo político.

Esta classe de subproletários que são inseridos no sistema possui um posicionamento ambíguo em termos ideológicos, como também apontado por Singer (2009). Ao passo que são progressistas em termos do desejo urgente de uma mudança na condição social, são também conservadores quanto à manutenção da ordem. Ou seja, ao mesmo tempo em que sentem a injustiça social e almejam revertê-la, repudiam greves e contestações mais agressivas ao *status quo*. Esta característica ambígua é explicada pela ausência de participação política e a desarticulação como classe, pois lutas sociais não fazem sentido aos que não estão incluídos em ao menos um dos lados do conflito.

Esta característica presente na nova base de sustentação do projeto político do governo Lula, influencia diretamente na condução do mesmo. Neste sentido, o petismo mais radicalizado já não ecoa entre estas massas que optam por um discurso mais moderado e conciliatório. Singer (2010), entretanto sublinha uma outra característica como central para a transformação do partido de apelo popular no partido institucional: o “espírito do Anhembi”, ou uma segunda alma do partido.

Pelo ‘espírito do Anhembi’, o PT deveria renunciar ao anticapitalismo, à ideia da revolução, ao internacionalismo proletário, ao classismo e, de permeio, ao próprio sentido democrático e popular – ou, no mínimo, suspendê-los sem prazo de validade. Entrariam na linguagem do governo petista questões como respeito ao acordo com o FMI, não renegociação da dívida interna, ajuste fiscal, Lei de Responsabilidade Fiscal, metas de inflação, respeito aos contratos, diagnóstico conservador do chamado ‘deficit previdenciário’. (DOMINGUES, 2013)

A mudança na ordem interna de pensamento, não necessariamente é uma opção por uma lógica ultraliberal ou não popular, ainda que a maioria das medidas adotadas se distanciem da base fundadora do partido, o “espírito de Sion”. O partido traçou sua trajetória rumo à institucionalização, introduzindo-se no jogo político nacional. Ao buscar o apoio das classes mais marginalizadas, representadas pelo subproletariado, o discurso adotado teve de

ser radicalmente suavizado. Pela própria característica das bases eleitorais, contraditórios em sua posição “progressista-conservadora”, o discurso contestatório e radicalizante da essência fundacional do partido toma novos contornos, executando uma política ampla de distribuição de renda para as classes baixas e favorecendo o empresariado e o setor financeiro para apaziguar a situação com as classes altas. Em linhas gerais, executou-se uma transformação dentro da ordem.

Quando se historiciza a ‘alma do Anhembi’, compreende-se sua emergência como fruto de um processo real de institucionalização do PT (de suas estruturas e, principalmente, de sua base de financiamento), de pressão da cultura neoliberal sobre a cultura petista e, enfim, de uma década de resistência dos movimentos sociais, em particular, do movimento sindical brasileiro diante de uma conjuntura longa de desemprego estrutural. (DOMINGUES, 2013)

Esta fórmula de ação pragmática se tornou hegemônica no partido durante o período dos governos de Lula. Por um lado devido ao grande prestígio e avaliação positiva da administração, com bons índices econômicos e de aprovação popular, e por ser encampada pelo núcleo do Campo Majoritário, exercendo maior influência em relação às outras tendências e correntes internas. Esta forma de atuação, conciliatória e baseada na transformação dentro da ordem, foi caracterizada como o fenômeno do “lulismo” (SINGER, 2009).

O lulismo representa este caminho contraditório que combina ascensão social das classes baixas e favorecimento de setores financeiros, rentistas e empresariais, ao mesmo tempo em que distribui renda e amplia o acesso a serviços públicos para as camadas mais pobres. Adota um reformismo fraco, ao mesmo tempo em que articula um pacto conservador com as elites para a realização do seu projeto. O compromisso de Lula durante sua gestão é, de forma sintética, a promoção do acesso das massas marginalizadas a oportunidades de desenvolvimento social através do desenvolvimento econômico “com uma cara mais humana” (CASTRO e CARVALHO, 2003).

Por sua orientação pragmática, o lulismo tem uma linha de proposição e execução bastante heterogênea. Já o petismo, ao contrário, possui uma orientação ideológica bem definida, com uma pauta delimitada e projetos historicamente defendidos. O petismo possui uma base de sustentação identitária, vinculada a movimentos e grupos sociais que compõem a estrutura das organizações e tendências: enquanto o lulismo se sustenta em suas políticas de alianças, aproximando-se de grupos de interesse muitas vezes posicionados em outro campo de sua orientação partidária. Seu diálogo tem um alcance amplo horizontalmente, enquanto o

petismo possui uma profundidade vertical.

A definição de um programa petista é bastante restrita, visto o seu lastro fundamental com os movimentos sociais e pautas ideológicas. O lulismo, por outro lado, possui uma grande flexibilidade, visto que não possui um compromisso explícito com grupos específicos. Conseqüentemente a atuação entre as linhas é bastante diferente. O lulismo flutua mais conforme a conjuntura, atuando em um espaço mais livre de ação devido à sua política de alianças, o que resulta em um programa mais adaptável, já o petismo segue uma linha programática, pautado na execução de seu programa ideológico vinculado às suas bases.

Em linhas gerais, entretanto, não é possível vislumbrar uma divisão formal, antagônica e estática, muito menos uma anacronia entre as linhas de atuação e pensamento internas ao partido. Estes movimentos, apesar de disputarem um espaço de liderança da instituição partidária, não se excluem ou se anulam, constituem uma relação dialética que movimenta os debates e fundamenta a agenda e o programa do PT. Sua característica portanto, não está baseada num maniqueísmo tolo e contraproducente, mas numa constante discussão entre pares para a formulação e avanço de pautas comuns, o que explica a inclusão de temáticas tão caras ao campo progressista desde o seu advento (feminismo, igualdade racial, inclusão social de deficientes e minorias, população LGBT, etc.). É um partido em constante movimento e discussão.

Quadro 1: Síntese das diferenças entre o petismo e o lulismo

| | Petismo | Lulismo |
|--------------------|----------------|----------------|
| Orientação | Ideológica | Pragmática |
| Sustentação | Identitária | Alianças |
| Programa | Restrito | Flexível |
| Atuação | Programática | Conjuntural |

Fonte: elaboração própria com base em Singer (2009).

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

4.1 Sístole e Diástole: os paradigmas na Política Externa, alinhamento e autonomia

As iniciativas de integração e cooperação na região do Cone Sul perpassam inexoravelmente as relações entre o Brasil e a Argentina. Não que não haja movimentações relevantes dos demais países, mas as relações entre as duas nações tendem a pautar a dinâmica da região em razão de sua maior dimensão em termos territoriais, populacionais, econômicos, militares, entre outros. Para tanto, a retrospectiva para compreender os antecedentes dos processos de integração na região do Cone Sul será concentrada nas relações Brasil-Argentina.

Ainda no início do séc. XX, em 1915, Brasil, Argentina e Chile estabeleceram entre si o Pacto de Não-agressão, Consulta e Arbitragem, ou Pacto do ABC como ficou conhecido. Esta iniciativa, mesmo que não tenha possibilitado uma grande interação entre os três países, inclusive não sendo à época sequer reconhecido plenamente pelos parlamentos chileno e argentino, possui o mérito de romper com as posturas de rivalidade entre os países, principalmente entre Brasil e Argentina e Argentina e Chile.

A forte postura em política externa do Barão do Rio Branco de aproximação com os EUA, era a principal influência no pensamento diplomático brasileiro (o Barão havia falecido há poucos anos, em 1912) e as frutíferas relações comerciais, principalmente no ramo cafeeiro, com os EUA pautavam os interesses brasileiros, fazendo com que o país não direcionasse tantos esforços à iniciativa. Além do mais, sob a ótica do pensamento de Rio Branco, a região platina era sensível para a consolidação hegemônica do Brasil na América do Sul, portanto, as relações deveriam se desenvolver de forma amistosa, porém guiadas com pragmatismo (DORATIOTO, 2000).

No que se refere à estabilidade na região do Rio Prata, o Pacto ABC possui grande protagonismo. Auxiliou o Brasil a reconstruir relações na região, uma vez que estava isolado após a Guerra do Paraguai e era visto com profunda desconfiança, por causa de suas supostas pretensões na região: a aproximação com os EUA fez com que os países platinos o vissem com maus olhos e a aproximação com o Chile era tida como um problema para a Argentina – principalmente para o chanceler Estanislau Zeballos que fez diversas articulações para

atrasar o processo, que acabou ficando em segundo plano durante o período das Guerras Mundiais.

Durante a década de 1950, o então presidente argentino Juan Domingo Perón chegou a afirmar publicamente seu interesse em reavivar o pacto com o Brasil. A situação de instabilidade interna que assolava o governo Vargas não possibilitou nenhum avanço nesta direção. Nos anos de 1960, é dado início a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), tentativa de integração econômica entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, influenciada pelo pensamento desenvolvido na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A iniciativa se expande nos anos de 1970, mas não se desenvolve substancialmente.

Já na década de 1970, Brasil e Argentina voltaram a disputar nas questões referentes à construção das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus, chegando a uma resolução pacífica no Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai para o aproveitamento dos recursos hídricos na região do Rio Paraná. Em 1980, ainda durante governos autoritários de base militar em ambos países, firmaram o acordo de cooperação em desenvolvimento pacífico de energia nuclear, que evoluiria para a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares em 1991, tema demasiado sensível ainda no contexto da Guerra Fria. Este avanço possibilitou uma abertura nas discussões em torno de cooperação militar e científica, influenciando a indústria de defesa dos dois países.

Paralelamente se desenvolvia no continente a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980, que veio substituir a ALALC e incorporar temáticas mais amplas, como infraestrutura e desenvolvimento econômico e social, não somente a pauta de liberalização comercial. As disputas ocorridas sobre os recursos hídricos e a aproximação com os EUA por parte do Brasil no início dos anos 1980, reascendem um sentimento de desconfiança em seus vizinhos sul-americanos (ROETT, 1999). Esta rivalidade, entretanto, foi dissolvendo-se ao passo que os regimes autoritários foram transitando para governos democráticos na região do Cone Sul.

Em 1982, com a Guerra das Malvinas, o Brasil apoiou a Argentina em sua reivindicação de controle soberano das ilhas, ocupadas pela Inglaterra desde pelo menos a metade do século XIX. Em 1985, recém-saídos do período autoritário, os países iniciaram negociações e assinaram a Declaração do Iguazu, que lançava as bases do intento de constituir a integração econômica e política na região do Cone Sul. Logo em seguida, no ano de 1986, foi firmado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Pactuaram também o

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que acelerou o processo do PICE e serviu de base para a criação do Mercado Comum do Sul, em 1991. Neste ano, as iniciativas entre Brasil e Argentina se alargam, incorporando também o Uruguai e o Paraguai, que conjuntamente assinam o Tratado de Assunção, dando início ao bloco.

Neste contexto, o fim da Guerra Fria e o ciclo neoliberal do início da década de 1990 fazem com que as iniciativas em cooperação na região se pautem principalmente em torno de assuntos econômicos e comerciais. O período ficou marcado pelo chamado Regionalismo Aberto⁸. Este panorama começa a se modificar na segunda metade dos anos 1990, quando os países do Cone Sul começam a mobilizar esforços para o estabelecimento e aprofundamento dos acordos em segurança regional com os países andinos e caribenhos.

No início dos anos 2000, foi criada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, pautada em grandes projetos de integração territorial, no campo de transportes, energia e comunicações para o desenvolvimento de infraestrutura entre os países latino-americanos. A partir da nova orientação política, os países aprofundam ainda mais as relações no âmbito regional e passam a promover novas iniciativas de integração. São incorporadas outras dimensões, como as políticas públicas, direitos sociais e trabalhistas, aspectos culturais, desenvolvimento social e combate à pobreza, assim como mecanismos de distribuição de renda, expansão econômica através da incorporação das classes mais baixas ao mercado promovendo acesso aos bens de consumo, inclusão social e grandes projetos de infraestrutura.

As iniciativas em torno da integração regional na América do Sul não são uma ideia recente e tem se desenvolvido em torno de alguns condicionantes. A percepção que se tem sobre estes processos é que se fundamentam ao redor de dois objetivos que parecem ser perenes: o desenvolvimento e a busca de autonomia como formas de garantir uma posição sistêmica mais vantajosa frente as grandes potências.

Como nos localizamos no mesmo hemisfério dos EUA, é inexorável a presença incisiva do país na região, e conseqüentemente, suas intervenções. Por este motivo, tomaremos as iniciativas depreendidas pelos EUA para a América Latina como uma força motriz que dinamiza os processos de integração (ARBILLA, 2000). A presença dos EUA e sua influência na região, levam os países a se organizarem em torno da cooperação e de

⁸ Os Estados passam a participar de fóruns das mais variadas temáticas e por muitas vezes até conflitantes entre si. No Brasil, estudos definiram como uma estratégia de “autonomia pela participação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), ou seja, o país busca participar de diversos arranjos e fóruns internacionais como forma de introdução ao Sistema Internacional.

arranjos regionais como forma de suavizar, barrar ou contrapor estas investidas. Por este motivo, elencaremos as percepções que nortearam a condução da política externa brasileira ao longo da segunda metade do séc. XX em relação a presença dos EUA na região.

4.2 Oscilação pendular em relação aos EUA

A presença dos EUA é perene na América Latina. A potência projeta sua influência sobre a região contida em seu hemisfério. Suas intervenções ocorreram nas mais variadas formas: físicas, políticas, econômicas, militares, ações encobertas e apoio a mudanças políticas que estivessem no horizonte de seus interesses. Por este motivo, os países da região sempre adotaram uma postura flexível quanto a presença estadunidense em seus assuntos. Os países apresentam oscilações também em sua maneira de lidar com esta relação. No Brasil, esta percepção variou durante o desenvolvimento do país e se destaca por possuir momentos de aproximação e de distanciamento da potência hemisférica.

No início do séc. XX, o país se posicionava favorável a uma relação mais estreita com os EUA. O grande marco da condução de política externa neste período é sem dúvida a gestão do Barão do Rio Branco. A postura defendida pelo Barão se pautava numa relação bastante próxima com a potência econômica e militar do Norte, que naquele momento acabara de se introduzir de maneira bastante intensa ao Sistema Internacional. As relações comerciais eram fecundas, principalmente para as elites cafeeiras que possuíam grandes negócios com os norte-americanos, sendo a base da economia nacional para aquele período. A visão de Rio Branco vislumbrava o grande poderio que os EUA estavam conquistando e a posição de destaque que este teria no jogo de poder mundial, portanto, garantir uma relação privilegiada com o país era não só uma questão de preferências ou ideologias, mas de cálculo estratégico, uma vez que havia o receio frente a insurgências internas causadas pelo desordenamento social – o que já havia assolado o país nos dez anos anteriores e causou um grande desprestígio – ou invasões externas de potências estrangeiras (DORATIOTO, 2000). Esta influência, motivada pelos interesses econômicos e comerciais e também pelo grande prestígio de Rio Branco, fez com que estes moldes avançassem no pensamento diplomático brasileiro.

Durante as duas Grandes Guerras, a atenção dos EUA foi direcionada aos problemas internos – Crise de 1929 – e à vizinha, e principal área de interesse no momento, Europa. No decorrer dos conflitos, ainda que no período do primeiro governo de Getúlio Vargas tenha

havido um intento de se aliar às potências europeias do EIXO, a relação com os EUA se manteve predominante. O país estava inserido em um contexto hegemônico hemisférico que só seria contestado a partir dos anos 1960 (LESSA, 2012).

Durante, entretanto, o segundo governo de Vargas as iniciativas de desenvolvimento nacional e industrialização pretendem romper, de certa forma, com a lógica da relação comercial agroexportadora que se mantinha com os EUA até então. Há o intento de certa distância responsável perante a potência, uma vez que a posição de segundo mundo passa a ser vista com desconfiança, pois os EUA poderiam não atender aos anseios e nem honrar os compromissos de não intervenção – o que vai influenciar o pensamento militar sobre política externa posterior (GARCIA, 1997; SATO, 1998).

O modelo de governo varguista possuía em sua base a presença forte das forças armadas e dos setores operários. A figura de Góes Monteiro é fundamental para esta articulação com os militares que se aliam para a contenção da Revolução de 1932, nas eleições de 1934, na contenção das revoltas de 1935 e no golpe de 1937.

Góes desempenhou um largo papel nos governos de Vargas, além de possuir uma carreira política paralela a de militar, tendo sido eleito duas vezes para o mandato de senador. É de sua autoria, também, a Lei de Segurança Nacional de 1935, que após a queda do Estado Novo foi mantida no texto constitucional e que, posteriormente, serviria de base para que durante o regime militar Golbery do Couto e Silva desenvolvesse a Doutrina de Segurança Nacional no seio da Escola Superior de Guerra. Este período pode ser definido com um “namoro” entre o poder político de Vargas e as forças armadas (CARVALHO, 2005).

As reformas sociais de base, por sua vez, interferem no ordenamento social, mobilizando elites intelectuais, econômicas e militares. A direção das grandes indústrias nacionais e o alto investimento dado às forças armadas durante todo o seu governo – como uma forma de barganha para conter as demandas conflitantes que efervesciam dentro das Forças e garantir o apoio ao seu governo, num momento de “lua-de-mel” - não foram suficientes para afastar o espectro antipopular das elites nacionais. Assim, as forças armadas se aliam às forças sociais conservadoras e passam a ver a relação de Vargas com o operariado e as classes mais baixas, assim como a intenção de democratização do sistema político, como uma tendência ao comunismo – visão que passa a figurar com maior ênfase no período posterior à II Guerra Mundial e se estende pelos governos seguintes.

Desta união, se deflagra o golpe contra o governo de Vargas e a sua destituição, ou, o “divórcio” entre eles (CARVALHO, 2005). A questão que está no plano de fundo destas

relações entre forças conservadoras, populares e militares durante a Era Vargas é em certa medida a relação com os EUA e a tentativa de manutenção do *status* existente entre as elites econômicas e os mercados comerciais e financeiros do Norte. As forças armadas possuíam interesses estratégicos e orçamentários vinculados aos empréstimos e aquisições de armamentos advindos dos EUA. Quando as políticas americanas começam a se voltar contra o bloco soviético e passam a exigir fidelidade de seus aliados, estas forças começam a se organizar no âmbito doméstico.

Até mesmo durante o governo de Juscelino Kubistchek (eleito em 1956, após o suicídio de Vargas e governos provisórios de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos), com condicionantes nacional-desenvolvimentistas, é atribuído pela luta contra as reformas sociais tidas como tendências ao comunismo.

O distanciamento dos EUA é um ponto fundamental durante o período da chamada Política Externa Independente (PEI), conduzida durante o governo de Jânio Quadros, e após a sua renúncia, pelo governo de João Goulart, por influência do pensamento de Afonso Arinos, Araújo Castro e San Tiago Dantas. A ideia de um pragmatismo frente à polarização entre EUA e URSS, mantendo-se sob uma postura independente era base do pensamento desenvolvimentista da PEI, possibilitando ter relações com ambos os blocos sem se comprometer ideologicamente com nenhum deles.

Os EUA também estavam engajados na Guerra Fria e “ao mesmo tempo que se reconhecia a importância da região, a percepção americana corrente era a de que ela não demandava grande atenção por parte dos Estados Unidos” (SATO, 1998, p. 05). Havia o reconhecimento da importância estratégica da região, o que motivou a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1948, que, na realidade, era mais uma forma de fidelizar a região ao bloco capitalista do que de promover algum tipo de integração.

Ao decorrer dos governos de cunho reformista e desenvolvimentista, os EUA também nutriam a percepção que a região da América do Sul era fundamental para a manutenção de seu poderio militar e econômico durante o conflito com a URSS. Esta percepção motiva uma atuação hemisférica mais presente, o que faz com que os serviços de inteligência comecem a trabalhar em operações encobertas para o controle ou direcionamento das políticas e governos da região (BRAGA, 2002).

No Brasil, a propaganda anticomunista lançada pelo governo norte-americano ao longo desse período, ecoava acusações de que tais reformas e posturas nada mais eram do que uma tendência de adesão ao bloco soviético. As forças conservadoras, agora bastante

organizadas, tomam proporções insustentáveis durante o governo de Goulart incita os movimentos que passam a exigir a “extirpação do comunismo” do país e a intervenção das forças armadas, o que deflagra o golpe de 1964.

O pensamento militar em política externa possui grandes semelhanças com os movimentos anteriores. Incorpora-se o nacional-desenvolvimentismo varguista como um dos principais eixos de condução política, repetindo a relação pragmática, especialmente com as potências.

Num primeiro momento, durante o Governo de Castelo Branco, há centralidade na relação com os EUA, uma vez que o conservadorismo e a luta contra o comunismo introduzido durante o processo de ascensão do golpe influenciam os pensamentos e a condução política. Assim como é característica do período a centralidade na condução pessoal de Castelo dos assuntos diplomáticos. O governo seguinte, de Costa e Silva, por outro lado, retoma as pautas terceiro-mundistas e se distancia da influência dos EUA, retomando as atividades da chancelaria e ampliando as relações com países fora da esfera de influência norte-americana direta (Continente Africano durante os processos de descolonização, por exemplo) (PINHEIRO, 2000).

A breve reaproximação com os EUA é vista mais como uma forma de rompimento com a PEI, uma vez que estava estigmatizada por ser de “tendência comunista”, do que um projeto de desenvolvimento pautado nesta relação (SATO, 1998). Por outro lado, a posição em defesa desta aproximação deixa algumas raízes mais profundas no ideário de parcela do Itamaraty. O embaixador brasileiro nos EUA durante o governo de Castelo Branco, Juraci Magalhães, proferiu uma frase que marcou a história como exemplo de subserviência e alinhamento: “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. Este tipo de pensamento encontrou reflexos ao longo da trajetória do Ministério das relações Exteriores após este período, com alas favoráveis a um perfil internacional baixo e alinhado com os interesses norte-americanos.

O governo Médici, por sua vez, adota uma postura revisionista perante os EUA, baseado em uma política “do interesse nacional”, pretende rever os termos da dependência com a potência hemisférica ao passo de que promove reformas nas políticas econômicas e sociais internas (PINHEIRO, 2000). O retorno à perspectiva pragmática em relação aos EUA é desenvolvida pelo governo de Geisel, que se autointitula como de um “pragmatismo responsável”.

No governo Geisel é, pois, retomada a ideia que os militares já percebiam antes de assumir o poder “entendendo que, para além da questão imediata do que consideravam ‘a ameaça comunista’, deveriam investir num projeto de desenvolvimento capaz de transformar o país numa potência, o chamado ‘Projeto Brasil-Potência’” (SATO, 1998, p. 08). Portanto, neste período a coordenação política em torno do projeto desenvolvimentista ganha preponderância sobre as relações de fidelidade ideológica com os EUA, uma vez que o país já havia ignorado diversos pedidos de apoio econômico durante as décadas passadas e já não se nutriam muitas esperanças quanto ao seu apoio.

Um episódio marcante e que pode ser lido como indício de uma postura mais distante em relação aos EUA é o apoio brasileiro à independência de Angola, proclamada por Agostinho Neto, líder do Movimento pela Libertação de Angola – MPLA, em 11 de novembro de 1975. O MPLA era um dos três movimentos de luta armada contra o regime colonial português, de orientação marxista-leninista e vinculado diretamente ao bloco soviético.

A mesma tendência pragmática se reflete nas iniciativas promovidas pelo Brasil para a região da América do Sul, principalmente as ocorridas no ambiente do Cone Sul durante os anos de 1980. Porém, as dificuldades econômicas do período, como a crise da dívida externa, são fatores que limitaram as possibilidades de atuação do país no âmbito internacional. O descontrole monetário e inflacionário que permeiam o cenário doméstico durante todo o período não possibilitam grandes alternativas para o desenvolvimento e o reforço das bases produtivas nacionais. “Os demais países que, como o Brasil, de algum modo haviam avançado na industrialização, passam a enfrentar problemas semelhantes não apenas nas suas contas externas, mas também no que se referia à impossibilidade de manter seus mercados internos protegidos da concorrência internacional” (SATO, 1998, p.24).

Na transição dos anos de 1980 e 1990 o país acaba por acatar as propostas neoliberais do chamado Consenso de Washington, de 1989, rompendo com a dinâmica da promoção de bem-estar social e acirrando ainda mais as desigualdades nos anos seguintes. Países que também adotaram o “receituário” neoliberal, como a Argentina de Carlos Menem, por exemplo, acabaram agravando enormemente suas dívidas, ocasionando uma enorme recessão, com altas taxas de desemprego.

4.3 A Política Externa do governo Lula no marco histórico da PEB

A política externa do governo Lula é caracterizada por um “ambiente externo favorável ao crescimento e à estabilidade da economia brasileira [onde a diplomacia deveria ser] instrumento para promover o advento de uma nova ordem mundial destinada a superar o atual processo de globalização e seu principal propulsor, a supremacia global americana” (ALBUQUERQUE, 2005, pp. 91-92).

O governo adota uma agenda social num projeto de inserção autônoma no sistema internacional, demandando a reforma das instituições multilaterais internacionais (LIMA & HIRST, 2006, p. 22). Assume uma postura diferente da até então executada durante os anos 1990, que priorizava relações bilaterais (PECEQUILO, 2008). Procura-se uma reciprocidade maior, através da participação nas ações e centros decisórios do sistema internacional e das estruturas que sustentam a hegemonia do capital em busca de benefícios maiores e mais controláveis (CERVO, 2008; 2010).

O governo, portanto, pautou-se em eixos como a governança global, a ação conjunta dos países periféricos nas temáticas comerciais, na solidariedade internacional, no universalismo, na aproximação com a América do Sul e com as iniciativas de Cooperação Sul-Sul, na ampliação das relações com a África, o Oriente Médio, Ásia, na defesa dos Direitos Humanos e na reforma dos mecanismos internacionais (AMORIM, 2010). “O Brasil conseguiu ampliar sua influência no mundo, fazendo uso de seu *soft power*: alianças de design variável e um novo discurso diplomático para o Sul” (PECEQUILO, 2010).

Carrega a defesa da soberania e do nacional, mas sem virar as costas para o mundo. É, sobretudo, um instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento econômico e social do país, imprimindo um caráter autonomista, independente, pacífico e cooperativo nas relações internacionais do país. “O Brasil não é um país pequeno. Não tem e nem pode ter uma política externa de país pequeno” (AMORIM, 2007, p. 7)

A atuação do governo Lula no plano doméstico, com o enfrentamento de problemas de ordem social, principalmente o combate à fome e a distribuição de renda, possuem um elemento de resposta às crises ocasionadas pela globalização de cunho ultraliberal dos anos anteriores. No plano internacional, lança as bases para esta crítica e impacta a agenda de discussões globais sobre a pauta social (VIZENTINI, 2008, p. 106) Esta postura marca uma característica fundamental da política externa do governo Lula: a exportação dos projetos sociais internos utilização das pautas sociais como ingresso ao debate globalizado.

Há um intenso intercâmbio de experiências e gestão de projetos com países que enfrentam problemas semelhantes aos do Brasil. Programas como o Fome Zero e o Bolsa Família tiveram elevada importância na superação da pobreza extrema no âmbito doméstico e foram exportados para países na América do Sul, Ásia e principalmente África, onde a política externa teve uma atuação bastante contundente, ampliando relações e parcerias que demandavam ser construídas e que não tinham desfrutado de prioridade pelos governos anteriores (SOMBRA SARAIVA, 2002; 2010).

Assinou tratados de cooperação em defesa com 7 países africanos, entre eles Guiné-Bissau, com uma Missão de Cooperação Técnico Militar; Namíbia, apoiando a criação do Corpo de Fuzileiros Navais do país; São Tomé e Príncipe, tendo doado embarcações e uniformes; Angola, ao qual vendeu aviões Tucano; e África do Sul, que desenvolve conjuntamente o projeto de míssil ar-ar A-DARTER.

Também assinou tratados de cooperação em defesa com uma série de países europeus: Turquia (2003), Ucrânia (2003), Portugal (2005), França (2005 e 2008) – realizando a compra de submarinos junto ao país dentro do Prosub –, Espanha (2007), Rússia (2008 e 2010), Itália (2008 e 2010), República Tcheca (2010).

Com a China realizou em 2010 uma reunião do Comitê Conjunto Brasil-China de Intercâmbio e Cooperação entre os Ministérios da Defesa. Com a Índia foi criado o Comitê Consultivo de Defesa, com vistas a estudar possibilidades de projetos de pesquisa e desenvolvimento conjuntos. Também aprofundou os diálogos e o comércio de armamentos com os países do Oriente Médio. Além de ter cooperado com o Timor-Leste no treinamento e estruturação das forças armadas do país.

Para sua estratégia de inserção, o governo valeu-se do arcabouço dos princípios históricos da diplomacia brasileira, um “acumulado histórico” (CERVO, 1994) baseado no pacifismo, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção, no respeito às normas internacionais e na defesa da soberania. A postura em política externa gestada e executada pelo PT possui vinculação com uma corrente específica de pensamento na burocracia do Itamaraty. A ala dos “autonomistas”, representada pelos membros do corpo diplomático que apoia o desenvolvimentismo e com um nacionalismo nas pautas econômicas, valorizando a industrialização e a soberania autonomista (SARAIVA, 2010). Desta corrente foram destacados nomes centrais da política externa do governo Lula, como Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, além de outros nomes como Antônio Patriota, Mauro Vieira, José Viegas e Sérgio Danese.

Neste sentido algumas figuras tiveram um grande destaque na área de política externa do governo. A principal delas não veio das fileiras do Itamaraty, mas da Universidade: Marco Aurélio Garcia, desempenhando-se ao longo dos dois mandatos como Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.

Apontado como o grande ideólogo do projeto de inserção brasileira durante o período Lula, Garcia desempenhou um papel protagônico na condução da política externa, agindo mais autonomamente devido à sua posição independente do Itamaraty. É uma figura histórica também dentro do PT, sendo um dos idealizadores da Secretaria de Relações Internacionais do Partido, a qual ocupou por mais de 10 anos. Foi presidente nacional do PT durante um curto período de tempo, após a renúncia de Ricardo Berzoini, entre 2006 e 2007.

O embaixador Celso Amorim é uma outra figura indispensável à história da política externa de Lula, tendo ocupado o posto de ministro das Relações Exteriores durante os dois mandatos (seria ministro da Defesa do governo Dilma, posteriormente). Com larga experiência na diplomacia brasileira, sua atuação assertiva e articulada marcou a dinâmica das relações internacionais do governo, sempre ao lado de Lula nas viagens e encontros internacionais, foi o grande articulador do projeto.

Samuel Pinheiro Guimarães, embaixador e Secretário-Geral das Relações Exteriores durante o primeiro mandato e metade do segundo também merece destaque pela sua participação na formulação e condução da política externa do período, exercendo a gestão do corpo diplomático.

Antônio Patriota, embaixador que assumiu o posto na Secretaria-Geral após a saída de Guimarães consolidou-se como uma importante liderança dentro do projeto (tendo sido indicado para o Ministério das Relações Exteriores no governo seguinte). Esta equipe centralizou, formulou e conduziu parte significativa do projeto de política externa durante o governo Lula, tendo impactado diretamente nos resultados obtidos.

Houve um processo de maior politização da política externa, sem entretanto significar uma democratização da mesma. As decisões permaneceram centradas em um núcleo do governo, com baixa ou nula participação social na definição destas, ficando relegadas somente a reações sobre algum impacto de medidas na opinião pública (FARIA, 2008).

As políticas para a defesa tiveram um incremento significativo. Se o documento da primeira Política de Defesa Nacional (PDN), de 1996, ainda sob a gestão de FHC, era introdutório e de teor mais genérico, a segunda versão da PDN, aprovada em 2005 apresenta uma definição mais clara dos objetivos almejados e um condicionamento melhor definido

acerca das missões das forças armadas (SOARES, 2011). Além do lançamento de projetos estratégicos, como o FX-2 (de obtenção de aeronaves de caça), o Sinamob (sobre a mobilização na eventualidade de conflitos), o Prosub (de desenvolvimento e aquisição de submarinos, inclusive um de propulsão nuclear) e o SisFron (para o monitoramento de fronteiras).

O grande trunfo da gestão Lula neste campo foi a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa – END em 2008. Trata-se de um documento arrojado e ambicioso, com planos de médio e longo prazo para o reaparelhamento e reorganização das Forças, uma redefinição estratégica das prioridades, novas concepções sobre hipóteses de emprego e a inclusão de dimensões estratégicas como o setor aeroespacial, o cibernético e o nuclear, além de lançar as bases para um plano de revitalização da Base Industrial de Defesa. A figura de destaque neste projeto é o ministro da Defesa do segundo mandato de Lula, Nelson Jobim. Enfim, a END lança “as bases para a consolidação do poder civil na direção da defesa nacional, com a determinação dos papéis que cabem nesse processo aos civis e ao braço militar” (JOBIM, 2009).

A relação entre política externa e política de defesa, apesar de ter alcançado avanços significativos com o aumento da complexidade orgânica e a projeção de ação em nível internacional, não conseguiu uma permanente articulação, constituindo uma estratégia inconclusa neste período (LIMA, 2015). As participações em missões de paz sob o mandato das Nações Unidas, entretanto, é uma ponte possível entre este distanciamento.

O Brasil passou a adotar uma política que apesar de respeitar o princípio da não intervenção, diante de crises e emergências de ordem social e humanitária era compelido à prática da “não-indiferença”. Esta posição foi reforçada com a participação na missão de paz no Haiti, a MINUSTAH. O país praticou uma certa forma de diplomacia da solidariedade, participando de missões humanitárias e exportando modelos de políticas públicas de combate à fome e a pobreza, como o caso do Programa Fome Zero.

Nas pautas econômica e comercial, houve importantes iniciativas como a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul, em 2007, a reativação do Convênio de Créditos Recíprocos, a criação do Banco do Sul no âmbito da Unasul, e o apoio na incorporação da Venezuela ao Mercosul. Durante a crise de 2008, o Brasil assume uma postura de negociação e consenso em busca de alternativas para a superação das desigualdades e com maior inserção das demandas periféricas (LIMA, 2010b), abandonando a postura intransigente que havia condicionado os posicionamentos do PT em relação ao não

pagamento da dívida externa e o rechaço aos fóruns e organismos internacionais durante os primeiros anos de existência até meados das crises ultraliberais dos anos 1990.

O Brasil busca um espaço melhor no sistema internacional, na tentativa de melhorar as condições de barganha e negociação, ocupando uma posição que pretende uma harmonização entre os interesses do grande capital e das grandes potências e a condição desigual enfrentada pelas periferias (VIZENTINI, 2008). Atua para inserir-se na institucionalidade das normas do sistema ao mesmo tempo em que demarcava uma posição crítica frente a esta normatividade. Busca reforçar os laços com os países do Sul, projetando-se como um ator que poderia participar do debate global entre as potências mas marcando posições em defesa das demandas das periferias (HERZ, 2011).

No entanto, a atuação do governo brasileiro não pode ser vista como necessariamente orientada para transformações globais. Trata-se, isso sim, de uso de mecanismos com outros Estados, que ajudem em suas demandas individuais. Longe de pensar em termos de uma reestruturação global das relações internacionais, o que se pode verificar na conduta brasileira é uma postura reformista/revisionista das relações globais de poder, onde seus interesses particulares possam ser atendidos. (MIYAMOTO, 2016, p. 300)

Interpreta-se que o paradigma de atuação em política externa passa a ser o da “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), com uma ampliação das relações com atores em diversas regiões – com destaque para a África, Oriente Médio e Ásia – e principalmente no fortalecimento das relações em âmbito regional. É neste contexto que se propõe a criação da Unasul, como uma instituição voltada à cooperação de forma mais ampla, transcendendo o âmbito comercial e econômico.

O bloco também possui os mesmos interesses, mas a sua forma de desenvolvimento ocorreu de maneira distinta de outras experiências que começam com pautas econômicas e depois avançam para temas mais amplos. A Unasul surge dos diálogos políticos e estratégicos, elevando a necessidade de convergência de interesses na região e depois avançam sobre diversas temáticas, como a defesa, a segurança, a integração, comércio, etc. (BARNABÉ, 2011).

O país também deu continuidade na sua participação na Organização dos Estados Americanos (OEA). Fomentou a Cooperação Sul-Sul (SARAIVA, 2007), a partir das reuniões de países sul-americanos e países árabes (ASPA) e da reunião entre os países sul-americanos e os países africanos (ASA), ocorridas durante os anos de 2003 e 2004 respectivamente.

O aumento das relações com as potências emergentes Rússia, Índia, China e África do Sul também dinamizou este processo entre as lideranças de alternativas sul-sul – o grupo

formaria em 2011 uma articulação política que ficaria conhecida como BRICS, a partir das organizações do Fórum de Cooperação de Xangai, entre Rússia, China e Índia, e do Fórum de Dialogo Índia-Brasil-África do Sul – IBAS, criado em 2003. O país exerceu liderança na formação do G-20 comercial durante as discussões da Rodada Doha da OMC, afirmando uma postura de defesa dos interesses dos países periféricos nas negociações da organização.

Percebe-se uma retomada da tradição universalista da política externa brasileira, com a manutenção e o aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais – EUA e Argentina – ao mesmo tempo em que foram criados laços mais próximos com novas parcerias, como os países do futuro BRICS, o Japão e a Europa (LESSA, 2010).

As relações com os EUA que no ponto de vista do discurso político, podem parecer que foram abaladas – dados os episódios de enfrentamento entre Lula e Bush, ou pelas duras falas do presidente brasileiro sobre a responsabilidade dos países centrais sobre as crises do sistema –, foram ampliadas e fortalecidas devido ao novo papel desempenhado pelo país no jogo internacional (PECEQUILO, 2010)

Visões críticas apontam a incapacidade do Brasil de instrumentalizar suas estruturas e recursos em prol de uma efetiva liderança (MALAMUD, 2011). São destacados os insucessos em posições como a postulação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas como demonstrativos da debilidade brasileira em alcançar seus grandes objetivos globais. Esta falta de “lastro” do projeto brasileiro ocasionaria uma debandada dos países que inicialmente o seguiam na América do Sul. Um líder sem seguidores.

Em parte, esta crítica é válida, uma vez que o país lançou grandes objetivos globais e não foi capaz de sustentar posições em áreas específicas, como a dimensão militar e os impactos tardios da crise econômica de 2008. Entretanto, como foi usual durante os mandatos de Lula, a atuação do Brasil foi muito direcionada para ações em conjunto com outros países. O caso do assento permanente é ilustrativo.

Apesar de ser uma bandeira histórica na diplomacia brasileira, o pleito pelo assento permanente não foi lançado isoladamente. A proposta abarcava o grupo que foi chamado G-4, com Alemanha, Japão, Índia e Brasil, países postulantes da posição. A negativa de reforma do sistema ONU não foi uma decisão tomada em direção ao Brasil, mas sim um posicionamento conservador da ordem por parte dos membros permanentes, questões que tem muito mais a ver com questões regionais que globais. A China, por exemplo, se opôs ao projeto, dada a possibilidade de acesso ao Japão, ainda que tenha relações profícuas com a Índia e naquele momento construía uma relação positiva com o Brasil.

Portanto, a liderança política exercida nos processos de integração são méritos que não necessariamente o país conquistou através de capacidades “duras”. O *soft power* exercido ao constituir uma alternativa moderada na região é um exemplo desta capacidade, assim com as articulações realizadas dentro da lógica sul-sul externas ao continente.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o país passou a assumir uma postura mais realista, mas não nos parâmetros tradicionais das Relações Internacionais. O que há é uma forma de realismo grociano (BERNAL-MEZA, 2010). Respeitada a normatividade do sistema internacional, mas com uma ação dentro do multilateralismo que foge às visões mais utopistas do liberalismo, uma leitura do ambiente internacional como um jogo no qual muitos jogadores disputam seus interesses baseados numa lógica de poder.

“No limite, poder-se-ia dizer que o Brasil procurou forjar nova identidade internacional, distinta das anteriores, e que deveria servir como fator agregador para ampliar suas capacidades e ver-se respeitado no cenário global” (MIYAMOTO, 2011, 132). Uma postura diante dos mercados e das potências de convivência mas sem subserviência, uma inserção orientada ao pragmatismo e à construção da imagem internacional de um novo poder emergente.

5 A COOPERAÇÃO REGIONAL EM DEFESA DA INFLEXÃO A CONSOLIDAÇÃO

Como reflexo do fim da Guerra Fria e do ciclo neoliberal, apesar de certa reaproximação durante o início dos anos de 1990, nas transições governamentais ocorridas entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a postura mais pragmática e desvinculada aos EUA se tornam novamente presentes.

Os governos de centro-esquerda, e os com recorte mais progressista, retomam a tendência ao desenvolvimentismo como estratégia para a superação das assimetrias sistêmicas. Ainda durante os governos de Fernando Henrique Cardoso há a percepção de certa mudança na condução, sendo possível identificar que o primeiro governo ainda está bastante vinculado às ideias neoliberais dos anos de 1990, mesmo tendo sido possível controlar boa parte dos problemas econômicos durante o Plano Real do governo de Itamar Franco, permanece em uma postura de preferência quanto aos EUA. Já no segundo governo, há mais destaque ao âmbito regional nas definições de política externa, lançando as bases para o aprofundamento dos anos seguintes.

O Brasil adota uma postura de diversificação de parcerias sob os governos de Lula, buscando-se a projeção do país no ambiente internacional através das plataformas comerciais e na exportação de grandes programas de redução de desigualdades sociais que obtiveram sucesso no país, assim como uma atitude diplomática assertiva em pontos sensíveis vinculados à segurança internacional e à intervenção de potências em países subdesenvolvidos, mantendo a tradição pacifista e dialógica brasileira.

Esta série de condicionantes históricas e sistêmicas possibilitaram um terreno fértil à criação de mecanismos regionais que concentrassem esforços em busca da resolução de problemas comuns sob a ótica e influência de um pensamento próprio à região e não mais introduzido pela influência externa. Ainda no ano de 2000, é assinado, por iniciativa do Brasil, o Comunicado de Brasília, que institui a Zona de Paz Sul-Americana, compromisso para compartilhar conhecimentos e diálogo sobre segurança na região, abarcando os aspectos humanos, econômicos e sociais. Seguindo esta tendência, o Brasil propõe a articulação entre os blocos econômicos presentes na América do Sul – Mercosul e Comunidade Andina de Nações – para a configuração de um novo espaço de diálogo que englobe todos os países da região: a Comunidade Sul-Americana de Nações, em 2004.

Após diversas reuniões e negociações sobre a nova instituição, ela é rebatizada com o nome de Unasul e assinada pelos membros dos 12 países da região em 2008. Este novo espaço de diálogo é pautado na noção de uma integração que abarque os temas de maior complexidade do continente, para além das iniciativas meramente econômicas empreendidas até então. A cooperação para a superação das desigualdades, a estabilidade democrática, a resolução pacífica de contendas, respeito à soberania e aos direitos humanos, além de integração em termos sociais, de infraestrutura e energia com desenvolvimento sustentável são os objetivos elencados.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) também ocupa um importante marco para o entendimento das intenções do bloco. A proposta é imediatamente acatada e compartilhada pelos governos da Argentina e do Chile, já demonstrando um considerável nível de confiança mútua entre estes atores. Ademais, apesar da resistência inicial, até a Colômbia, que possui relações em termos de segurança muito estreitas com os EUA, decide aderir à iniciativa.

5.1 Antecedentes e condicionantes no debate da agenda de segurança no continente

Durante a década de 1980, a escalada da corrida armamentista entre os EUA e a URSS traziam grande preocupação aos líderes mundiais. O clima era de tensão, com redução nos diálogos e nas negociações sobre a paz. Os Tratados de Limitação de Armas Estratégicas (SALT e SALT II) corriam risco de não avançarem. Isto motivou a criação da Comissão Independente sobre Desarmamento e Segurança, em setembro de 1980, no âmbito das Nações Unidas. A comissão foi presidida pelo então primeiro-ministro sueco Olof Palme, razão pela qual ficou conhecida como Comissão Palme.

Em declaração proferida durante a segunda sessão especial da Assembleia Geral sobre o desarmamento, em 1982, Palme já arguia aos líderes mundiais que a escalada do conflito nuclear entre EUA e URSS, assim como o tensionamento da região da Europa resultante deste conflito e principalmente o acirramento das desigualdades sociais e econômicas no mundo (1982, p. 15), aproximariam um cenário de conflito e tragédia. A proposta da comissão liderada por Palme se fundamenta em larga medida na segurança comum.

No seu informe de 1983, Palme lista uma série de questões que se desdobram devido às instabilidades ocasionadas pela disparidade econômica e pelo conflito entre potências durante o período da Guerra Fria. “A pobreza, o desemprego, a inflação, a ameaça de uma reces-

são global, esses problemas que dão aos povos e governos um sentimento de insegurança são ambos econômicos e militares” (ONU, A/CN.10/38, 1983, p. 63, tradução nossa).

O relatório introduz, assim, tais questões de ordem social e econômica no âmbito da segurança ao caracterizá-los como motivadores de preocupações militares. Além dos citados acima, também se adicionam as migrações, a fome, as doenças, o crime transnacional, o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas, entre outras questões. Posteriormente, esta proposta foi largamente difundida e convencionou-se o termo “multidimensionalidade das ameaças” e “novas ameaças” (SAINT-PIERRE, 2011).

O relatório inclusive cita tais questões como novas ameaças que se apresentam ao cenário internacional e à ação das potências e da própria ONU. “É provável que as potências considerarem em breve outros usos militares do espaço, alguns das quais constituem novos temas de preocupação e de novas ameaças” (ONU, A/CN.10/38, 1983, p. 109, tradução nossa). “A ONU também deve estar preparada para lidar com novas ameaças à paz e segurança internacionais.” (*Idem*, p. 145, tradução nossa)

Este discurso foi amplamente absorvido pelo pensamento estratégico-militar norte-americano do fim da Guerra Fria. No bojo das propostas da Comissão Palme, uma importante contrapartida é a redução dos gastos militares nos mais variados âmbitos: aquisição de armamentos, pessoal, funções, etc.

O fim do conflito com a URSS trouxe consigo a sensação de que o bloco capitalista havia superado seu último grande “inimigo” e que a partir de então, todas as questões relacionadas à segurança em nível global estariam sob a tutela do hegemom norte-americano.

Para além desta condicionante, também é o período onde se impunham os receituários ultraliberais, com exigências de diminuição do aparato estatal, cortes no estado de bem-estar social e afastamento das pautas econômicas. Esta onda ultraliberalizante atingiu de forma abrupta todos os governos da América Latina, que foram constrangidos a assumir tais compromissos no, ironicamente denominado, Consenso de Washington em 1989. Coloca-se em xeque, inclusive, a necessidade da manutenção de custosas forças armadas, uma vez que sua função primordial de defesa da nação agora não é mais necessária, pois a potência hemisférica “se encarrega” deste fardo (SAINT-PIERRE, 2011).

Esta dinâmica passou a dominar as relações dos EUA com o seu entorno regional, lançando sobre a América Latina uma nova agenda de segurança que busca ressignificar a função das forças armadas como forma de legitimar a sua existência num mundo onde as questões de segurança contam com o policiamento da potência hegemônica – ao menos em nível hemis-

férico – e num momento em que diz-se ser necessário cortar na carne do Estado todas aquelas instituições que não são vistas como essenciais.

Pode-se dizer que esta nova agenda revive as Doutrinas de Segurança Nacional dos anos 1960 e 1970, que serviram de substrato para a legitimação da violência promovida pelos regimes autoritários em toda a região. Passa a seguir as recomendações da Comissão Palme, elencando em ordem de “periculosidade” as ameaças vistas como comuns ao hemisfério. Neste sentido, é atribuído um grande protagonismo à questão dos narcóticos, do tráfico de drogas e armas e os desdobramentos que a marginalização social ocasionam na segurança pública. A ideia de um inimigo interno defendida durante os regimes autoritários (no caso, os comunistas e subversivos) passa a designar um outro grupo, os narcotraficantes.

A designação deste inimigo comum, infere na realocação do espaço de atuação das forças armadas. Uma vez que não mais necessitam voltar suas atenções às ameaças externas ao continente, passam a ser empregadas em missões internas, no controle do tráfico nas fronteiras e agindo em periferias onde a ausência do Estado possibilita a ascensão de poderes paralelos controlados por facções criminosas.

Nesta seara, se incluem alguns fenômenos que constituem “efeitos colaterais” na luta contra o tráfico: a criminalização da pobreza, ampliando a percepção social negativa acerca destas populações marginalizadas, uma vez que as organizações criminosas se estabelecem nestes pontos onde o Estado não cumpre o seu papel. O negócio do tráfico se torna cada vez mais lucrativo às facções, pois a limitação da oferta e as condições de distribuição dificultadas aumentam o valor de venda dos ilícitos. Uma escalada de violência que cria uma “corrida armamentista” entre forças do Estado e facções.

O emprego de forças armadas em situações desta natureza leva à desprofissionalização das mesmas, expondo seus componentes a situações para as quais não são preparados, como agir em meio a comunidades civis bastante complexas. O endurecimento do aparato de repressão interno estatal, leva a uma “militarização das polícias”, que passam a utilizar de meios repressivos cada vez mais violentos e com maior letalidade. Como resultado, uma profunda violação dos direitos humanos destas camadas mais sensibilizadas da sociedade, assim como a precarização do trabalho das forças de segurança e o limbo jurídico que ao mesmo tempo que os designa para missões desta natureza, não confere legitimidade para tal. Estes são só alguns dos problemas que podemos elencar, entre uma ampla gama de outros que não pudemos abordar.

A presença da pauta estadunidense na agenda de segurança na região ainda é bastante visível. Entretanto, a investida que a potência hemisférica fez em direção ao continente após os ataques de 11 de setembro de 2001 – quando o então presidente George W. Bush convoca todos os aliados ocidentais numa cruzada contra o terrorismo, através de um discurso claramente ameaçador “ou está conosco, ou está contra nós” – não penetrou da mesma forma na agenda de todos os países da região. O presidente neste episódio, enunciava a partir do posto político mais significativo na realidade global uma mensagem de terror para uma audiência internacional atônita pelos acontecimentos. Entretanto, o contexto era diferente, presenciávamos um momento político diferente na região, a necessidade de estabilização econômica e o retorno da pauta do desenvolvimento fez com que, a partir dos meados da década de 2000, uma onda de governos eleitos sob propostas de centro-esquerda alçasse o poder, com um projeto progressista de busca do combate às profundas mazelas sociais.

Neste cenário, de uma nova onda de articulações políticas no âmbito regional, propiciou condições mais favoráveis a projetos mais autônomos na região. Aproveitando a boa maré econômica advinda da alta das *commodities*, muitos países colocaram importantes projetos sociais em andamento no ambiente interno (em saúde, educação, acesso ao consumo, saneamento, lazer e cultura, etc.) e grandes projetos de integração no âmbito regional (a criação de organizações como a IIRSA, de 2000 e a Unasul em 2008).

A preocupação estadunidense com a região do Oriente Médio e as diversas intervenções militares movidas naquela região a partir de 2001 deixaram um importante espaço de ação política na América do Sul. Iniciativas como a criação da Unasul e do CDS são ocupações destes espaços.

O discurso de Bush não atingiu a mesma penetração que a transformação da ordem internacional que o fim da Guerra Fria possibilitou à época. Alguns países da região se alinharam com esta iniciativa mais como forma de garantir as alianças com a potência do que pelo temor da “ameaça terrorista” ou a ameaça da “guerra ao terror”. A Colômbia, por exemplo, que desde pelo menos os anos de 1970 mantinha laços bastante próximos com os EUA, adota o discurso, uma vez que este alinhamento garante investimentos militares norte-americanos no país. Chega até mesmo a renomear os grupos guerrilheiros insurgentes, que há muito tempo lutam em frentes de guerrilha contra o governo (principalmente as FARC), passam de “narcoguerrilheiros” (influência clara da luta contra o comunismo) para grupos “narcoterroristas” (que alinha um antigo problema doméstico com a nova agenda norte-americana).

Estabeleceu-se então um ambiente propício para o desenvolvimento de um

pensamento crítico em defesa e segurança na região, com participação de acadêmicos, com amplo espaço de atuação e incentivo na área de estudos; de militares, que passam a promover um número elevado de iniciativas de cooperação e treinamento conjunto; e de políticos, que afinam os discursos e buscam compatibilizar os interesses e perspectivas como forma de criar um ambiente de diálogo e troca na América do Sul, compartilhando práticas e expectativas frente ao novo processo de integração.

5.2 Dois projetos para a América do Sul: a UNASUL entre o lulismo e o chavismo

A partir deste reconhecimento bastante sucinto da história da região, podemos debruçarmo-nos sobre a criação da União das Nações Sul-Americanas – Unasul, em 2008, como um componente deste processo. Esta articulação se encontra no bojo do chamado Novo Regionalismo, ou Regionalismo Pós-Hegemônico (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

Segundo tal análise, os países latino-americanos passam de uma dinâmica de participação intensa e quase indiscriminada para relações pautadas em interesses melhor definidos e que buscam romper ou questionar as dinâmicas da desigualdade e assimetria sistêmica. Há neste contexto a projeção de dois modelos de condução política para a região: um brasileiro, orbitando ao redor da liderança do país e da figura do presidente Lula; e outro venezuelano, com propostas mais radicais e a firme condução do presidente Chávez. Estes dois projetos pautaram a criação e o desenvolvimento inicial da Unasul, representando um ambiente de disputa pela hegemonia política e ideológica que mudaria os rumos da cooperação sul-americana na história recente (PEDROSO, 2014). Como anteriormente mencionado, os antecedentes da criação da Unasul remontam ao ano de 2004, quando se iniciam as reuniões em torno da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA e as primeiras discussões sobre a formação da Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA.

A ALBA foi desenvolvida a partir do Convênio Integral de Cooperação entre Cuba e Venezuela, em 2000. Este acordo era baseado na cooperação em torno da troca de serviços e bens a custos menores. A Venezuela fornecia petróleo e bens industriais para Cuba ao passo que a ilha enviava profissionais da medicina e da educação para o auxílio da população venezuelana. Neste espírito cooperativo, os países começaram a discutir a possibilidade de expansão do acordo para um bloco. Em 2001 o presidente Hugo Chávez anunciou na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe a proposta do bloco, que foi assinado em Havana, por Cuba e Venezuela, em 2004, prevendo

[...] uma integração baseada na cooperação, na solidariedade e na vontade comum de avançar todos juntos para níveis ainda mais elevados de desenvolvimento, podendo satisfazer as necessidades e anseios dos países latino-americanos e caribenhos, ao passo que, preservam sua independência, soberania e identidade (ALBA, 2004, p.01)

Com o desenvolvimento das relações na região norte-andina e a eleição de Evo Morales, na Bolívia em 2006, a organização adere mais membros, passando a se chamar a partir de 2009 de Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos – ALBA-TCP. Esta expansão do grupo representa não somente um enfrentamento à proposta da ALCA, significa também a configuração da força do chavismo, que aproveitando o sentimento bolivariano das nações caribenhas e andinas, lança as bases de um projeto anti-imperialista e contestatório das relações com os EUA. Os bolivarianos assumem, portanto, uma postura contra-hegemônica, baseado em propostas de colaboração e cooperação entre os povos, com tratamento diferenciado e mecanismos compensatórios das assimetrias entre os membros, desenvolvimento sustentável, complementariedade econômica e com o fomento dos investimentos de capitais latino-americanos para a própria região. Integraram o grupo a Nicarágua (2007), Dominica (2008), Honduras (2008), Antígua e Barbuda (2009) e São Vicente e Granadinas (2009), Equador (2009).

Apesar de possuir uma projeção mais “caribenha”, a ALBA-TCP constitui um forte bloco de defesa ideológica do bolivarianismo para toda a América do Sul. Venezuela e Bolívia, através de seus líderes exercem uma firme pressão sobre o continente em defesa de um enfrentamento mais ativo e dinâmico do imperialismo norte-americano. O presidente do Equador, Rafael Correa, também é um dos arautos deste movimento, apesar de seu país não constituir formalmente o grupo até 2009. Honduras saiu do bloco após o golpe que derrubou o governo de Manuel Zelaya em 2009.

A CASA, por sua vez, foi uma iniciativa brasileira, em 2004, de aproximação entre os já existentes blocos do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações – CAN, e ainda o Chile, Guiana e Suriname, que não aderiam a nenhum dos blocos. A existência de dois blocos na região, um contido no Cone Sul e o outro compreendendo toda a região dos Andes, tornava o diálogo sul-americano mais distante. A proposição da CASA visava a integração destes países em um espaço de cooperação e diálogo não eminentemente econômico ou comercial, mas principalmente político, social e cultural.

Em 2000, firmou-se a Iniciativa de Integração Sul-Americana – IIRSA, acordo de cooperação para a integração de infraestrutura física da América do Sul. Em 2002, durante

reunião da Cúpula dos Presidentes da América do Sul, foi produzido um documento de defesa da integração, segurança regional e infraestrutura para o desenvolvimento, conhecido como Consenso de Guayaquil, dando início ao processo de aproximação dos países à demais temáticas que transcendem o econômico e o comercial e afirmando a América do Sul como uma zona de paz e cooperação. Em 2004, durante a presidência de Lula da Silva, o Brasil propõe a criação de uma organização que fomente este diálogo.

[...] nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais; [...] A convergência de seus interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional. (CASA, 2004, pp. 01-02)

Durante a reunião de Cusco, Peru, os países então assinaram a Declaração que dá início à organização. Sua existência, porém, foi breve e condicionada a discutir os caminhos para a estruturação e aprofundamento da organização. A CASA expressa sua importância ao reafirmar os compromissos com a IIRSA, com os princípios da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração, de 1980) e com as declarações de Guayaquil, reiterando a construção de uma Zona de Paz na região e a busca por uma identidade e integração sul-americana para além do econômico. Um ponto de destaque destes diálogos, foi a adoção, em 2005, de um compromisso com a Segurança Cidadã, incluindo em sua estrutura um componente de valorização da segurança humana, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, econômicos e sociais como essenciais para o desenvolvimento pacífico e cooperativo dos povos.

Nesta mesma reunião, em 2005 na cidade de Brasília, reunidos os líderes para a discussão do futuro da organização, a secretaria *pro tempore* ocupada pelo Brasil, abriu os trabalhos e logo conduziu a aprovação de propostas e documentos que davam início ao caráter institucional da organização. O presidente Hugo Chávez reage contrariamente à declaração final do encontro, pois discordava sobre a estrutura institucional, afirmando que a mesma nem havia sido discutida na reunião. Na verdade, Chávez havia encaminhado uma carta-proposta, junto ao presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez, defendendo a criação da Comissão Sul, que seria um órgão destinado à elaboração de um plano estratégico para a integração sul-americana entre 2005 e 2010. Esta carta não foi apreciada durante a pauta principal do evento, declarando o documento final que “a institucionalidade existente” seria a base para o estabelecimento da União.

Os ânimos se acirraram após o protesto de Chávez, causando a resposta do chanceler

brasileiro, Celso Amorim, que afirmou não ser necessária a desconfiança frente a secretaria brasileira, pois a carta não havia sido abordada por tratar-se de uma declaração política e não um tratado. Chávez então rebate afirmando confiar no Brasil, mas discordar da atitude e da opinião de Amorim, pois estariam os países repetindo erros do passado de esquemas fracassados.

Foi necessária a intervenção do presidente Lula, que em tom conciliatório sugeriu que o venezuelano aceitasse a declaração em contrapartida ao comprometimento dos países com uma nova reunião em até 90 dias para tratar exclusivamente das propostas enviadas. Alejandro Toledo, então presidente do Peru, apelou ao “amigo Chávez” que aceitasse as recomendações de Lula para evitar uma “atitude de confrontação”. Ao passo que Chávez aceita a proposta de Lula, mas afirma que não se tratava de uma confrontação mas sim de um “debate”, sendo a falta deste “prejudicial para a integração” e que não dava por estabelecida a institucionalidade da comunidade, ainda que tenha aprovado o documento final (TOLEDO, 2015). Esta pequena anedota exemplifica bem que o processo de construção da organização não foi simples e nem tranquila, possuindo seus momentos de enfrentamento e disputa por posições, normalmente protagonizadas por Brasil e Venezuela.

Muito se discute sobre a ineficácia dos processos de integração da América Latina pela ausência de liderança, porém, é preciso qualificar esta afirmação. Os processos de integração lançados a partir dos anos 2000 tiveram um grande dinamismo retórico e político. Entretanto, o fator que mais faz falta aos processos é uma liderança que arque com os custos e consequências dos processos. Na literatura de Relações Internacionais é comum a utilização do termo *pay master*. No caso específico da UNASUL este papel foi assumido inicialmente pelo Brasil, mas sua liderança “de fato” durou pouco. A ausência de uma atuação condutora abriu espaço para o posicionamento de Chávez, que pretendeu assumir as rédeas do processo, com intenções de lançar aportes financeiros e políticos para o projeto. Entretanto, frente ao projeto bolivariano alguns países rechaçaram a ideia e esvaziaram a organização.

A crítica retorna ao Brasil, que passou a utilizar a integração sul-americana como bandeira internacional, por sua liderança na região, ao passo que não assumiu maiores compromissos com a mesma. Ou seja, a organização esteve entre uma liderança mais retórica, porém com mais aceitação internacional, e uma liderança mais efetiva, porém às custas da introdução de uma pauta ideológica na agenda.

A Venezuela se apresenta como

[...] um país caribenho e andino, além de amazônico [...]. Estas múltiplas

identidades explicam em boa medida a política externa venezuelana e, como consequência, suas estratégias em matéria de integração e cooperação regionais promovidas pelos governos desde o início da era democrática. (SARAIVA, BRICEÑO-RUIZ, 2009, p. 157)

A Venezuela já vinha projetando sua influência na região andina e caribenha desde o início dos anos 1990, contando porém, com a parceria dos EUA (SARAIVA, BRICEÑO-RUIZ, 2009). A virada das suas políticas ocorre após a Revolução Bolivariana e sob a liderança de Chávez, o país passa a projetar um projeto próprio em seu já estabelecido entorno de influência. Com a virada à esquerda ocorrida no início dos anos 2000 e a eleição de líderes afinados com a proposta chavista bolivariana, o país passou a exercer sobre a América do Sul uma influência mais significativa. No processo de ampliação da integração sul-americana a partir de 2000 disputaram as posições de liderança, portanto, principalmente os projetos brasileiro e bolivariano chavista.

O modelo brasileiro personificado na figura conciliatória e dialógica de Lula, contando com o suporte dos países do Cone Sul. Apesar de certa resistência da Argentina de Néstor Kirchner no início do processo e da tradicional posição chilena de não incorporação plena aos processos de integração do continente, o modelo lulista possuía uma face mais creditada internacionalmente e uma postura ponderada e reformista em relação aos EUA e o sistema econômico internacional.

Já o modelo chavista bolivariano possui uma aderência maior nos países Andinos, excluída a Colômbia e o Peru que possuem relações históricas com os EUA, e os países do Caribe que, por outro lado, apresentam um rechaço maior aos norte-americanos devido ao passado de intervenções. A postura contestatória e radical do movimento figura em Chávez sua expressão. Contém um forte apelo contestatório e de ruptura com a ordem econômica internacional, ostentando uma imagem internacional de respeito entre os radicais e preocupação entre os sustentadores do *status quo*.

A polarização em torno de duas lideranças fortes não trilhou um longo caminho. As crises internas enfrentadas pela Venezuela e o acirramento das relações com os EUA, diminuíram a aderência do discurso chavista na região. O preço internacional do petróleo, que tinha subido vertiginosamente após a invasão do Iraque pelos EUA, fornecia a base financeira necessária para o projeto bolivariano. Porém, com a crise dos *subprimes*, ocasionada pela bolha imobiliária do mercado interno norte-americano, os preços das *commodities* despencou abruptamente. O preço de um barril de petróleo em dólares americanos oscilava na faixa de US\$ 110 antes da crise e passou a custar menos de US\$ 70 após a eclosão dos escândalos

financeiros que estouraram a bolha em 2008. Esta violenta queda retirou parte considerável da base de sustentação econômica do projeto nacional e internacional chavista, além do seu enfraquecimento no âmbito interno, já com alguns níveis de ascensão dos movimentos e lideranças oposicionistas.

A crise das *commodities* também surtiu efeitos no Brasil. Porém, devido ao grande acúmulo de reservas e o expressivo crescimento econômico dos anos anteriores, o país não sentiu imediatamente os efeitos da crise. Durante o período do *boom* do preço das *commodities*, iniciado na virada dos anos 2000 e intensificado a partir de 2003, a expansão das exportações agrícolas, dos setores de mineração e de serviços (principalmente na construção civil) conferiu uma outra dinâmica ao país. A economia brasileira, além disto, não é tão dependente quanto a venezuelana, onde as exportações de petróleo representam mais de 90% da balança comercial do país. Além destes fatores, o Brasil já figurava entre as potências médias mundiais, ao lado de China, Índia, Rússia e África do Sul, com as quais teceria laços econômicos e políticos – com a posterior criação dos BRICS – e uma sólida estabilidade política interna, com altos índices de aprovação de Lula.

Na direção da distinção proposta por Sorj e Fausto (2011), os países sul-americanos se dividiriam em três categorias: os liberais e mais próximos dos EUA, os nacional-estatizantes bolivarianos e os moderados e reformadores. Seriam representantes do primeiro grupo Chile, Peru e Colômbia, com largo histórico de relações mais próximas dos EUA e com governos mais liberais. No segundo se encontram Venezuela, Bolívia e Equador, encampando uma aberta conflitividade com os EUA e promovendo reformas internas baseadas no controle estatal de setores da economia. E por último, os moderados seriam compostos por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai que adotam uma postura moderada em relação aos EUA (nem ruptura e nem aproximação) e promovem reformas econômicas e sociais no âmbito doméstico sem um grande impacto nas estruturas do Estado.

Com o relativo ocaso da Venezuela como liderança do bloco bolivariano, os países sul-americanos encontraram na liderança brasileira uma alternativa de inserção internacional que não afrontasse os EUA, ao mesmo tempo em que questionava as injustiças estruturais da ordem internacional vigente. Ou seja, o projeto chavista enfrentou obstáculos de variadas fontes, enquanto no Brasil a situação era mais estável. A diminuição do protagonismo internacional da Venezuela deixou espaço então para a projeção do Brasil como principal vórtice da cooperação sul-americana, direcionando uma postura mais ponderada e reformista em relação à ordem hemisférica e internacional.

5.3 A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano foi uma iniciativa do Brasil para a América do Sul (VAZ, 2013), adotada em conjunto pela Venezuela e prontamente apoiado por Argentina e Chile. Após este movimento, os demais países da região aderiram ao projeto, inclusive a Colômbia, que apesar de relutante devido às suas relações com os EUA, aceitou o convite após reconsideração da proposta.

O CDS surge com uma agenda que pretende consolidar a América do Sul como zona de paz, construir uma visão comum em matéria de defesa, articulando os países membros a adotarem posições conjuntas em fóruns multilaterais sobre defesa, promovendo a cooperação regional neste campo e com o apoio à prevenção, mitigação e assistência a vítimas de desastres naturais (UNASUL, 2008).

Durante o primeiro mandato de Lula, a política adotada pelo Brasil em relação às questões de segurança foi “reativa”, condicionada a ação somente quando algum evento demandava sua presença, sem exercer uma postura propositiva nem amplas rupturas (VILLA, VIANA, 2010). Foi o caso das crises ocorridas em 2003, 2004 e 2005 entre Bolívia, Equador e Venezuela: inserida na lógica da “não-indiferença”, o país intermediou as controvérsias – tendo participado ativamente dos processos o Assessor Especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia. Quanto à agenda externa, o país adotou as concepções acerca da multidimensionalidade da segurança, propostas pelos EUA através da OEA e recusou a caracterização de movimentos guerrilheiros como terroristas na gramática da *war on terror* de Bush. Já o segundo mandato de Lula, foi bastante propositivo e ativo (idem, ibidem), desempenhando um papel importante de mediação dos conflitos na região e estabelecendo uma proposta própria para a região no campo da defesa, da qual a criação do CDS é seu principal marco.

Quando da sua proposição, o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, realizou visitas a quinze países sul-americanos, entre os dias 15 de abril e 19 de maio de 2008 (UGARTE, 2010), e também encontros em Washington para discutir a iniciativa. Essa postura do Brasil, para além de interpretações simplistas que possam apontar como um pedido de “benção” dos EUA ao projeto, demonstra pragmatismo. Converte com a posição adotada em relação aos demais processos de integração, inclusive da criação da própria Unasul.

Ademais, seria possível realizar tal movimentação sem que os EUA soubessem da mesma? Seria cabível organizar uma instituição deste porte e com esta pretensão sem

despertar o interesse da potência hemisférica. A um país que pretende um novo papel no sistema internacional, reivindicando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, não caberia bem uma atitude com aspectos de “motim” frente as estruturas e relações de poder vigentes.

Talvez seja esta a diferença fundamental entre os projetos lulista e chavista para a região. Apesar da pauta social de Chávez ser mais profunda nas transformações a que se propunha, enfrentando as oligarquias do petróleo em seu país, sua postura internacional não encontrava aderência em países não alinhados com projetos do tipo bolivariano. Longe de questionar os méritos da proposta, a adoção do conflito frontal com os EUA e de um apelo “heróico” e vanguardista de sua liderança, tornaram o projeto estéril em sua ausência, após 2013, quando faleceu. Apesar de se inserir no chamado “socialismo do séc. XXI”, a postura de Chávez à frente de seu movimento, traz muitos elementos daquele socialismo militarizado do séc. XX. Num primeiro momento, como forma de impor sua agenda, talvez este discurso tenha surtido efeitos positivos, entretanto, a permanência desta gramática belicosa diante de tudo e de todos afastou as oportunidades de uma penetração maior, inclusive em vizinhos sul-americanos.

Esta diferença no modo de abordar o sistema e propor reformas foi uma das forças da ascensão do lulismo após o enfraquecimento do bloco bolivariano dentro da Unasul. Neste sentido, o CDS passa a assumir um perfil mais propositivo, focado na realização de suas atribuições originais de construção de uma identidade estratégica para a América do Sul. “Do ponto de vista brasileiro, [o Conselho] tratou-se de uma iniciativa voltada para o objetivo de reduzir as chances de intervenções americanas em temas e conflitos regionais, aumentar as instâncias de cooperação para a segurança, e assegurar que os interesses brasileiros não sejam atropelados” (SPEKTOR, 2010, p. 41). Mas no decorrer do processo de institucionalização do organismo, o Brasil foi desvencilhando-se de uma atuação mais presente e incisiva e assumiu sua tradicional postura de não protagonizar iniciativas conjuntas no campo da segurança internacional. Esta postura oscilante do país é apontada como um indício de fraqueza e falta de lastro por alguns críticos, por outro lado, interpretada também como uma forma de “política de potência”.

É possível observar uma diferença clara entre as posturas adotadas pela Venezuela e pelo Brasil no plano da defesa e da segurança sul-americana a partir das ações relacionadas à militarização de controvérsias. Dentro da conjuntura de instauração do Plano Colômbia, a partir dos anos 2000, o Brasil assumiu uma postura bastante crítica ao Plano, apontando a

iniciativa norte-americana como catalisadora de uma militarização belicosa na região. Durante os governos Lula, o país incrementou em larga medida a presença militar na região amazônica, porém, partindo de uma perspectiva soberana de defesa e controle de fronteiras, não projetando poder para além destas. Também participou militarmente na MINUSTAH, mas seguindo as diretrizes do mandato da ONU e com objetivos de estabilização do país caribenho.

O Brasil já vinha defendendo uma maior integração no âmbito da defesa desde o final dos anos 1990. O que se intensificou durante o governo Lula, primeiro num movimento de integração das indústrias de defesa (na gestão do ministro José Viegas) e depois aprofundando para uma integração multissetorial dentro do espectro de defesa e segurança (durante a gestão de Nelson Jobim), dentro de uma lógica de segurança cooperativa, que levaria à proposição da criação do CDS (MEDEROS FILHO, 2014).

A Venezuela, por outro lado, advogou a criação de um exército sul-americano a partir da Unasul, defendendo uma perspectiva de integração militar sul-americana baseada no projeto bolivariano. Chegou a propôr à iniciativa uma emulação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), instituição capitaneada pelos EUA e com a participação de uma série de importantes países europeus e baseada na ideia de segurança coletiva, com a criação do que seria uma espécie de “Otan do Sul”, chamada de Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS (repetiria este desejo em 2006 quando a Venezuela ingressou no Mercosul).

Esta diferença implica diretamente nos efeitos materiais da criação de uma organização regional. Sob uma perspectiva cooperativa almeja-se a resolução pacífica de conflitos no âmbito regional e uma possível cooperação dissuasória para o enfrentamento de ameaças extrarregionais, sem entretanto fomentar o incremento de mecanismos de defesa. Já na perspectiva venezuelana de segurança coletiva, presume uma postura inversa de fortalecimento e desenvolvimento de mais mecanismos defensivos, adotando uma postura mais belicista.

A Venezuela quase entrou em conflito aberto com a Colômbia, ameaçando reações militares no contexto das controvérsias diplomáticas que ocorreram devido a equívocos no combate ao narcotráfico e às guerrilhas pelo governo colombiano, entre 2007 e 2010, nas regiões fronteiriças com o país de Chávez. Já haviam se enfrentado em 2005 após o caso Rodrigo Gandra (a prisão deste guerrilheiro teria decorrido após o sequestro do mesmo em Caracas, com o apoio de forças policiais venezuelanas subornadas pelo governo colombiano, segundo o que acusa o governo). Os mesmos problemas de confronto em regiões de fronteira

ocorrem com outros países na região, inclusive nas fronteiras com o Brasil, sem que tenha havido escaladas, entretanto, estas reações agressivas e militarizadas fazem parte da postura chavista.

A crise entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela em 2008, em razão do conflito entre forças colombianas e um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), onde o exército colombiano perseguiu lideranças na zona fronteiriça, tendo invadido parte do território equatoriano e promovido um bombardeio ao grupo, resultando na morte do líder das FARC Raúl Reyes, quase terminou em uma resposta agressiva por parte da Venezuela e do Equador à Colômbia. Os países denunciaram a invasão de soberania e ao mesmo tempo em que reclamavam aos órgãos multilaterais – OEA e ONU – ameaçavam destacar tropas para a região da fronteira com a Colômbia.

Os dois países viviam um momento muito semelhante de incremento de forças armadas e preocupações com a defesa externa (MEDEIROS FILHO, MARQUES, 2014). Adotaram, entretanto, estratégias diferentes, sendo a Colômbia incentivadora do que intitula “segurança democrática” e a Venezuela o conceito de “defesa total”.

A agenda colombiana pressupõe uma atuação mais interna das forças armadas no combate aos problemas relacionados ao narcotráfico e a instabilidade política do país. Vão ao encontro da perspectiva difundida pelos EUA na região de concentrar o emprego de forças nacionais na resolução de problemas internos e deixar a cargo da potência a defesa externa do continente, bases da Doutrina de Segurança Hemisférica que possui certa aderência na região, mas também há muitas críticas e rechaço, principalmente das alas mais progressistas do campo político e acadêmico.

A agenda bolivariana chavista empregada pela Venezuela presume uma relação sinérgica entre o projeto político em direção ao socialismo e a atuação em defesa. Assume uma organização das forças em torno do projeto bolivariano, sob o mote de “*Pátria, Socialismo o Muerte*”, focando o emprego das forças contra possíveis investidas do “império” contra a região. Em certa medida esta perspectiva explica a atuação mais expansionista sob bases militares adotada pelo país e pelos membros do bloco bolivariano, Equador e Bolívia.

Esta instabilidade na região Norte-Andina da América do Sul, contrapõe-se à estabilidade promovida entre os países do Cone-Sul, caracterizando a divergência entre as agendas do Brasil e seus parceiros com a dos vizinhos ao noroeste, que disputavam entre si projetos de hegemonia local.

Consolida-se o papel do Brasil como um ator moderador entre dois polos de disputa na

região: os bolivarianos de postura mais radical e os que adotam uma agenda mais liberal e pró norte-americana (SORJ, FAUSTO, 2011). Durante este processo o país assumiu uma posição ao mesmo de vanguarda e até de uma certa liderança (SANAHUJA, VERDES-MONTENEGRO, 2014) ao passo em que via com cautela as disputas de poder entre as perspectivas conflitantes no seio da cooperação regional. Foi bastante ponderado e dialógico, tornando-se assim, o modelo brasileiro, uma alternativa viável à polarização e ao conflito.

Também foram objeto de exame as possíveis derivações da ALBA em matéria de defesa. Neste sentido, observando o ponto de vista brasileiro, concluiu-se que o Brasil possuía relações com todos os países integrantes da ALBA e que não demonizava a Chávez, considerando-o em definitivo como um parceiro suscetível de ser controlado, e que militarmente, não representava uma ameaça, apesar de suas aquisições de armamentos, dado que para que tais armamentos era preciso desenvolver doutrina e tecnologia, o que não é imediato (UGARTE, 2010, p. 12, tradução nossa)

Inúmeros problemas conjunturais impactam a construção aprofundada de uma nova perspectiva em defesa na região, desde a instabilidade e crises econômicas até questões mais complexas como a influência dos EUA. A América do Sul não desenvolveu as capacidades para se projetar em nível global como um ator de segurança regional. Dois fatores concorrem para esta situação: uma perspectiva de reforço da soberania aplicada dentro dos mecanismos de cooperação; e as debilidades estruturais dos Estados, que enfrentam graves problemas internos de segurança, relações civis-militares muitas vezes tensionadas e ampla presença de organizações criminosas transfronteiriças (ALDA, 2018). Porém, é importante demarcar a mudança histórica no padrão de relacionamento entre os países da região.

Via de regra, a agenda de Segurança dos EUA é incorporada como agenda de Defesa na América do Sul, onde se tratam os problemas de ordem social e econômica com remédios militarizados, muitas vezes adotados em um modelo top-down (PION-BERLIN, TRINKUNAS, 2011). A iniciativa de criação do CDS é um indicativo de que os países sul-americanos buscam uma nova perspectiva estratégica própria, pensada na região e para a região, ocasionando inclusive o interesse de outros países latino-americanos e caribenhos que participam como observadores.

[...] pensando em uma perspectiva histórica, é a primeira vez que todos os países latino-americanos se sentam para conversar sobre defesa, e tratam de organizar aspectos comuns a seu respeito. Não sobre a luta contra o narcotráfico, terrorismo, crime organizado, furações ou doenças, aspectos muito importantes que estão encontrando na Unasul os seus próprios espaços. Se fala sobre *defesa real* (UGARTE, 2010, pp. 17-18, tradução nossa, grifo nosso)

Somente com a diminuição de perspectivas atreladas aos interesses domésticos tornaria possível aprofundar a organização. A perspectiva de defesa da “soberania nacional” limita o desenvolvimento dos projetos de integração latino-americanos (ALDA, 2015, grifo nosso). Uma soberania afirmada de forma não cooperativa, significa um obstáculo aos intentos integracionistas na região.

Diferentemente da Europa, onde os países cederam considerável parte de sua soberania em prol da estabilidade e segurança regional, na América do Sul os países tendem a utilizar os projetos de regionalização para fomentar e reafirmar a sua soberania. Esta soberania, entretanto, deve ser entendida como autonomia decisória, com condições de inserção não subordinada. A visão predominante na região, parece ainda ser das doutrinas geopolíticas dos regimes autoritários, viciadas em fronteiras físicas e omissas diante das fronteiras políticas que precisam ser superadas.

A crise decorrente da assinatura de um acordo militar bilateral entre Colômbia e EUA em 2009 é exemplo de interesse das nações sul-americanas em manter vivo um fórum de debate e concertação para a resolução de conflitos na região (SANAHUJA, VERDES-MONTENEGRO, 2014). Ainda que com bastante cautela quanto à intencionalidade de Bogotá e Washington com este acordo – que poderia vir a ser um “cavalo de Tróia” no processo de integração – a moderação exercida pelos países do Cone-Sul, com destaque para a atuação brasileira, entre os ânimos mais exaltados dos bolivarianos ou a exigência colombiana de autonomia para celebrar laços com quaisquer países que julgassem relevantes, demonstra uma latente capacidade do CDS de ampliar seu escopo de atuação e também a sua dimensão simbólica como estrutura plurinacional de resolução de conflitos. A crise teve efeitos no desejo de aprofundamento do mecanismo, consolidando e alimentando a constituição do CDS (VIGEVANI, RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Estes são passos fundamentais para alicerçar estruturas capazes de formular uma visão e identidade e cultura estratégica regional, um dos principais objetivos da organização (VITELLI, 2016; NASSER, 2012). Por este motivo é de suma importância a continuidade destas iniciativas rumo uma integração mais profunda. Encaminha-se para um horizonte de construção de uma comunidade de intercâmbio de conhecimentos e práticas (VITELLI, 2017) com o fito de criar coordenação em torno de conceitos e perspectivas (SAINT-PIERRE, SILVA, 2013) e a efetivação de seu papel como organismo formador de consensos e mediação de conflitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido dos Trabalhadores figura entre as mais importantes organizações políticas da história do Brasil e representa uma das mais organizadas instituições vinculadas às esquerdas em nível mundial. Sua trajetória exemplifica não só a força de sua estrutura como também a capacidade de produzir movimentos nos quais se reúnam amplos espectros sociais. Do Colégio Sion em 1980 até a vitória de Lula em 2002 foram anos de discussão e reinvenção. Ao longo deste processo, muito foi mudado e uma nova identidade forjada.

Desenvolveu também um pensamento próprio sobre as questões internacionais. Iniciado com espírito combativo e ruptura de sua fundação, o PT foi adotando uma perspectiva bastante realista e pragmática das relações internacionais. Partiu de uma posição reivindicatória, que pregava a ruptura com as organizações internacionais e o rechaço ao imperialismo norte-americano e das instituições financeiras internacionais, passando pela crise identitária fruto da indefinição ideológica dos anos de 1980 e construindo durante os anos de 1990 uma concepção reformista e soberana de inserção internacional para o Brasil. Este resultado consubstanciou-se durante as gestões de Lula à frente do Executivo e marcaram profundamente a história da Política Externa Brasileira.

A adoção desta postura pragmática, reformista e pacífica imprimiu a retomada de antigos valores diplomáticos à política externa do país que haviam sido colocados no ocaso pelos governos anteriores. Os projetos de participação internacional nos altos temas e meios decisórios e também uma iniciativa de busca por liderança na América do Sul constituem uma intensa procura por autonomia e inserção soberana do país no sistema econômico, militar e político internacional. O país ergueu mais uma vez a bandeira pela ocupação de seu lugar no mundo. Uma espécie de destino manifesto que sempre esteve no ideário dos condutores e pensadores do Brasil.

A atuação do governo do PT influenciou em larga medida as relações com os vizinhos sul-americanos e dinamizou uma estrutura de diálogo que tardava a ser construída. O fomento das iniciativas de integração já existentes e a criação de novas, sublinha a vontade de fazer política para além das fronteiras, numa visão holística em que o desenvolvimento econômico e social não pode ser pensado somente em espaço doméstico. Enfim, a política externa executada durante este período representa uma mudança nos rumos da atuação brasileira no âmbito internacional, assim como uma transformação da forma como o mundo passa a ver o país. Se estas mudanças são positivas ou se são duradouras, o debate é intenso e pautará as discussões acadêmicas e políticas hodiernas e no futuro imediato.

Muitas críticas foram lançadas aos projetos de integração desenvolvidos no seio da onda progressista da América do Sul. Posições que afirmam como mera retórica política por não possuir efeitos econômicos e materiais. Também há quem aponte a falta de convergência programática entre as lideranças do processo, ao mesmo tempo em que se denunciam os interesses ideológicos por trás do projeto, provenientes da aproximação programática. Críticas um tanto quanto rasas e contraditórias.

A Unasul também é definida em termos de baixa eficiência devido aos seus poucos resultados materiais. Ora, não seria de se esperar outros resultados senão os políticos, ideológicos e sociais de uma organização que nasceu em razão da busca destes elementos até então ausentes em outras iniciativas de integração econômica e comercial. As categorias analíticas parecem não ser bem definidas. Os países passam a buscar uma aproximação política maior e de agenda porque percebem que possuem muitas similaridades e pontos em comum, omitidos durante séculos de “vivência” no mesmo espaço, passam então a buscar a convivência.

O projeto desenvolvido durante os últimos 15 anos na América Latina, principalmente na região da América do Sul, deixa evidente que os países da região se colocam em busca de maior autonomia. As constantes intervenções históricas promovidas pelas potências ocidentais na região, principalmente pela potência hemisférica, os EUA, acabaram moldando padrões de organização do Estado e a forma de gestão do uso da força. As mudanças de agenda de segurança estadunidense, principalmente as ocorridas entre os anos de 1960 e 1970 (guerra ao comunismo), as ocorridas entre 1970 e 1990 (guerra às drogas) e a partir dos anos 2000 (guerra ao terror), repercutiram de maneira muitas vezes devastadora na região. Principalmente num ponto sensível ao Estado: a definição soberana sobre o uso da força e os critérios empregados para a definição de ameaças.

A penetração de uma agenda externa aos problemas e capacidades da região, acabou por gerar um fenômeno de emprego da violência de modo cruzado, ou até mesmo “travestido”. Sendo estas pautas distantes da realidade da região, pretende-se através do discurso legitimar ações de emprego da força sob problemas que não se colocam no horizonte das ameaças à integridade do Estado no contexto regional. A perseguição comunista travestiu um movimento conservador e autoritário durante o primeiro ciclo. A guerra às drogas esconde uma relação perturbadora com o controle social de minorias e populações marginalizadas. A guerra ao terror convoca para um engajamento xenofóbico, populista e ultraconservador num âmbito global.

Sobre a Unasul e, especialmente, o CDS, importa sublinhar que ainda que não seja

uma iniciativa acabada e com firme estofa programático, é importante evidenciar que até a sua proposição, a maioria dos países da região possuíam uma relação quase que exclusiva com os EUA e a Europa (RUSSEL, TOKATLIAN, 2009; AMORIM, 2009). Tendo também, percorrido o caminho inverso do usual para mecanismos de cooperação, adotando inicialmente compromissos políticos para depois então integrar alguns acordos comerciais (SORJ, FAUSTO, 2011). Ademais, a construção de um organismo com perspectivas eminentemente políticas se insere na lógica da busca por uma autonomia maior, que historicamente tem sido pauta na política externa brasileira (LAFER, 2009) e constitui um ponto de convergência entre os países sul-americanos.

No plano do Conselho de Defesa Sul-Americano, também não seria justo esperar resultados de grande escala de um organismo recente e que busca o consenso e a transformação em um dos mais delicados assuntos caros ao Estado: a sua defesa e a segurança de sua integridade. Quando Estados iniciam processos de cooperação, naturalmente terão alguns custos iniciais e benefícios no longo prazo (SCHIMMITTER, 2010). Entretanto, esta relação de custo imediato x benefício posterior só funcionará caso os diversos atores envolvidos no processo partilhem de expectativas comuns. Ao definir um Conselho em âmbito regional para a discussão de temáticas de defesa e segurança na região, a Unasul passa uma mensagem clara de que está interessada em ocupar o espaço político decisório em temáticas sensíveis à soberania estatal.

Nos primeiros anos da atuação do Conselho, já se lograram diversos êxitos na resolução pacífica de problemas ocorridos na região como a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude). A primeira atua na criação de planos de ação de curto prazo e no intercâmbio entre institutos nacionais de pesquisa em defesa e segurança e a segunda está engajada em promover a reflexão em torno da construção de perspectivas comuns entre pesquisadores civis e militares da área e colaborar para a institucionalização da Unasul (BRICEÑO-RUIZ, HOFFMANN, 2015). Ademais, foram promovidos um sistema de controle de gastos em defesa, intercâmbios em formação militar e civil para a temática de defesa e segurança entre os países da região e da cooperação em termos de indústria de defesa (SAINT-PIERRE, PALACIOS JUNIOR, 2014; SILVA, 2014).

“Além da busca por autonomia frente a reais ou potenciais interferências externas à região que, em certa medida, impulsionam os esforços de cooperação no tema da segurança e defesa, há também desafios regionais. Estes têm tido papel relevante no fortalecimento da coesão e no estabelecimento da legitimidade da Unasul, particular-

mente do Conselho de Defesa Sul-Americano.” (VIGEVANI, RAMANZINI JÚNIOR, 2014)

A atuação do CDS ainda é limitada, pois se trata de um processo recente e que ainda está em curso, mas é possível visualizar a importância do órgão como um catalisador do intento integrativo da Unasul. Entretanto, o CDS desempenhou atuação assertiva durante a crise institucional em Honduras que deflagrou a deposição do presidente em exercício, posicionando-se em total repúdio à situação. Também, no mesmo ano, se posicionou frente ao acordo militar entre Colômbia e EUA, em 2009, denunciando a ingerência externa na região e a militarização no continente.

O sistema moderno de Estados não possui uma dimensão atemporal, mas é construída a partir de uma interpretação socialmente construída de soberania.

Neste sentido, a soberania não se sustenta caso um destes pilares não esteja devidamente sedimentado. Podemos raciocinar que, ampliando o conceito de Estado weberiano, é necessária a existência de um determinado território que seja ao menos formalmente delimitado; uma população – que, em alguma medida possa participar das decisões do governo; uma autoridade, que possua legitimidade perante os demais sujeitos internos da instituição estatal, pois sem esta não é possível a constituição de nenhuma forma de governo; de reconhecimento, que aqui é aprofundado para além do senso estritamente jurídico, mas que transcende as limitações formais e que através de símbolos, costumes e práticas levam à aceitação por outros sujeitos de sua situação de “ser”.

Considerando a construção social do sistema moderno de Estados, devemos ponderar, para além dos elementos levantados, uma premissa básica do exercício da soberania: a independência. É necessária tal discussão, uma vez que usualmente os dois conceitos são utilizados como sinônimos. Soberania sob o ponto de vista jurídico pode ser cedida, uma vez que um Estado pode negociar um acordo sobre migração com outros Estados e permitir o livre trânsito por suas fronteiras, por exemplo. Pode aceitar ceder parte de sua soberania em uma negociação, formando assim um poder supranacional.

Em contrapartida, existem Estados com reconhecimento de soberania (*de jure*), mas que não são independentes (*de facto*), como os protetorados, por exemplo, que não decidem sobre seu destino autonomamente. Ou até mesmo é possível que a conjuntura leve os cidadãos a optarem por se anexarem a outra soberania. Todas estas opções, no entanto, só são possíveis se tal unidade política desfrutar da prerrogativa de soberanamente decidir de maneira independente (TALMON, 1998). Mesmo entre as pressões que constroem a ação de um

ator para que aja de determinada forma, em última instância a decisão que não é tomada autonomamente não goza de valor jurídico e conseqüentemente, de reconhecimento.

Em linhas gerais, tomou-se a decisão política soberana da busca pela autonomia. A primeira fase desta busca por independência pode ser encontrada na primeira onda de regionalização dos anos 1980 e 1990. A criação destes novos mecanismos seria um segundo passo nesta direção. A pauta do desenvolvimento sob a leitura destes governos está baseada sobre esta condição. Uma região que não possui autonomia para decidir nem ao menos suas próprias prioridades, conceitos e mecanismos de atuação, não pode trilhar o caminho do desenvolvimento. Neste sentido, a criação de um fórum de debate acerca das temáticas comuns feito na região, por países da região e com uma visão desde e para o seu *locus* é um dos mais importantes passos dados nos últimos tempos.

Consideramos, por fim, que o Partido dos Trabalhadores desenvolveu ao longo de sua história um pensamento próprio em torno das questões internacionais, muito alinhado com as mudanças que ocorreram na orientação do próprio partido. A influência de Lula como uma liderança maior dentro da organização conferiu uma dinâmica própria de definição do PT. Esta transmutação de seu espírito inicial, concentrado nos anseios e posições do Colégio Sion, é resultado de um partido que se lança à conquista do Estado pela via institucional. A Articulação, que reuniu e reúne até hoje a maior força dentro do partido, conduziu este processo de redefinição identitária e reconfigurou as relações do PT com a sociedade, com o sistema político, o poder e o mundo.

A figura de Lula e os pilares executores da política externa que o circundam, possibilitaram ao partido uma projeção global, tanto enquanto organização partidária, quanto como criador e executor de pensamento em política internacional. Neste sentido, a participação de Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia são inegavelmente fundamentais para o sucesso desta empreitada. Desde as concepções durante os anos de 1990 até o momento de execução do projeto de política externa durante os governos de Lula, entre 2003 e 2010, contaram com a participação e atenta condução de ambos.

Percebe-se então que a projeção deste modelo para a América do Sul, em maior medida, e para outras localidades do mundo, como o continente africano e asiático, por exemplo, não é uma obra de acasos e flutuações contingenciais. Ainda que as condições da conjuntura tenham sido favoráveis, trata-se de um projeto bem delineado e com uma objetividade aparente. No que se refere a atuação enquanto governo a administração Lula possui uma coleção de sucessos diplomáticos, conhecidos e reconhecidos pelos mais diversos setores que se relacionam com a temática (academia, organizações internacionais, ONGs,

instituições diplomáticas e governos de outras nações). É, sem sombra de dúvida, uma importante página na construção da política externa brasileira.

A exportação do modelo conciliatório e ao mesmo tempo reformista do lulismo é um trunfo da organização prévia em sólidas bases conceituais e intelectuais. A forma lulista de atuação internacional constituiu um modelo replicado em outros países e regiões, ainda que não possua uma manifestação permanente e que seja de difícil definição, certamente modificou os parâmetros de ação em política internacional, principalmente dos setores progressistas e de esquerda que reivindicam uma reestruturação da ordem mundial.

BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS, Daniel. **O governo Lula**: das utopias revolucionárias à política como arte do possível. São Paulo: Revista USP, n. 65, 2005.
- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-Americano**: Objetivos e Interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.
- ABRAMO, Perseu. **Divergências na fundação do PT**. Publicado no Jornal Movimento de 18 a 24/02/80. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/reportagem-de-perseu-abramo-sobre-reuniao-do-si>>. Acesso em 28/12/17.
- ALBA. Alianza Bolivariana para os povos da América. **Declaración Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la Creación del ALBA**. Havana, 2004.
- ALBURQUERQUE, José Augusto G. **Economia política e política externa do governo Lula**. Plenarium, a. 2, n. 2, pp. 84-93, 2005.
- ALBURQUERQUE, José Augusto G. (org.). **A Política Externa do Governo Lula: 2003-2005**. São Paulo: Marco, 2007.
- ALDA, S. **América Latina un territorio de paz, ¿con aspiraciones a llegar a ser un actor global?** IN: ALDA, S.; FERREIRA, S. (coords.). La multidimensionalidad de la seguridad nacional: retos y desafíos de la región para su implementación. Madrid: Instituto Universitario Gutiérrez Mellado [IUGM], pp. 103-127, 2015.
- ALDA, S. **Los desafíos de América Latina para proyectarse como actor regional en el ámbito de la seguridad internacional**. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, n. 13 v. 1, pp. 35-66, 2018.
- ALSINA, João Paulo; ETCHEGOYEN, Sergio; JOBIM, Nelson. (orgs.) **Segurança Internacional**: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Garçon, 2003.
- AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil** – um tributo a Rui Barbosa. Brasília: FUNAG, 2007.
- AMORIM, Celso. **A Integração Sul-Americana**. Diplomacia, Estratégia & Política, n. 10, pp. 5-26, 2009.
- AMORIM, Celso. **Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010)**: an overview. Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, ed. esp., pp. 214-240, 2010.
- ARBILLA, José M. **A diplomacia das idéias**: a política da renovação conceitual da política externa na Argentina e no Brasil (1989-1994). Contexto Internacional, vol. 2, no. 2, 2000.
- AZEVEDO, Fernando A. **O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989-2006)**. In: Angelo, V. A.; Villa, M. A. (orgs.). O Partido dos Trabalhadores e a política

brasileira (1980-2006) – uma história revisitada. São Carlos: EdufSCar, 2009, p. 219-238.

BARNABÉ, Israel R. **Unasul**: desafios e importância política. Revista Mural Internacional. Ano II, Nº 1. Rio de Janeiro, junho de 2011.

BERBEL, Márcia R. **Partido dos Trabalhadores**: tradição e ruptura na esquerda brasileira, 1978-1980. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1991.

BERNAL-MEZA, Raúl. **International Thought in the Lula Era**. Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, ed. esp., pp. 193-213, 2010.

BRAGA, Maria S. S. **Partido dos Trabalhadores, condições de origem e variações estaduais**. In: Angelo, V. A.; Villa, M. A. (orgs.). O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006) – uma história revisitada. São Carlos: EdufSCar, 2009, p. 63-85.

BRAGA, Paulo R. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964**: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, n. 2, pp. 46-65, 2002.

BRASIL. **Balanco de Política Externa 2003/2010**. Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em 30/12/2017.

BRICEÑO-RUIZ, José; HOFFMANN, Andrea R. **Post-hegemonic regionalism**, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes, 2015.

CARVALHO, José M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, M.; CARVALHO, M. **Globalization and Recent Political Transitions in Brazil**. International Political Science Review, v. 24, n. 4. pp 467-471, 2003.

CÉSAR, B. T. **PT**: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

CERVO, Amado L. **Brazil's Rise on the International Scene**: Brazil and the World. Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, ed. esp., pp. 7-32, 2010.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo, Saraiva, 2008.

CHILE. Ministério de Defesa de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur**: Crónicas de su gestación. Santiago: Alerce Talleres Gráficos S.A., 2009.

DOMINGUES, Juarez. **Quem somos e para onde vamos? (2)**. Teoria e Debate, ed. 108, 2013. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/quem-somos-e-para-onde-vamos-2&page=0,0>>. Acesso em 02/01/2018.

DORATIOTO, Francisco. F. M. **A política platina do Barão do Rio Branco**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, n. 2, 130-149, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio P. **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil.** Rev. Bras. Polít. Int., v. 51, n. 2, pp. 80-97, 2008.

FLEMES, Daniel; NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. **Una comunidad de seguridad regional en formación: la UNASUR y su Consejo de Defensa,** Revista de Estudios Internacionales 44 (170), 2011: 105-27.

FREIXO, Adriano; et al (orgs.). **A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT – Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Cortez Editora, 1989

GARCIA, Eugênio V. **O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989).** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 40, n. 1, 1997.

GARCIA, Marco. A. **Contribuição para uma história da esquerda brasileira.** In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; VERA, B. Inteligência Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HAACKE, Jürgen; WILLIAMS, Paul. **Regional Arrangements and Security Challenges: A Comparative Analysis,** Crisis States Working Paper, 2009.

HERZ, Monica. **Brazil: major power making?** IN: VOLGY, T. et.al. (orgs.) . Major powers and the quest for status in international politics. New York: Palgrave, 2011.

HUNTER, Wendy. **Growth and Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989–2005.** Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 2006 [mimeo]. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/fe60/6dc7c93d6450f72023751d9e1fa2b4c1c73b.pdf>>. Acesso em 29/12/2017.

HUNTER, Wendy e POWER, Thimoty J. **Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006.** Latin American Politics and Society, vol. 49, nº 1, 2007.

HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial.** Rio de Janeiro: Contexto Internacional, IRI/PUC-Rio, vol. 17, n. 1, 1995.

JOBIM, Nelson. **Defesa, democracia e desenvolvimento.** Folha de S. Paulo, 13 abr. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1304200908.htm>>. Aceso em 25/12/2017.

KECK, Margaret E. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** São Paulo: Ática, 1991.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

LARABURU NASCIMENTO, P. R. **O sentido da autonomia na iniciativa brasileira de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.** (Dissertação de mestrado). Brasília:

Universidade de Brasília, 2013.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **PT e o dilema da representação Política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2005.

LESSA, Antônio C. **Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010).** Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, ed. esp., pp. 115-131, 2010.

LESSA, Antonio C. **O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil.** Editorial. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, n.1, 2012.

LIMA, Maria Regina S. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, n. 1, pp. 24-59, 2005.

LIMA, Maria Regina S. **Diplomacia, defesa e definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro.** IN: ALSINA, João Paulo; ETCHEGOYEN, Sérgio; JOBIM, Nelson. (orgs.) Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a.

LIMA, Maria Regina S. **El legado de la politica exterior de Lula.** El País, 29 de setembro de 2010b.

LIMA, Maria Regina S.; HIRST, Monica. **Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities.** International Affairs, v. 82, n. 1, pp. 21-47, 2006.

LIMA, Raphael C. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa.** Dissertação de mestrado (Relações Internacionais) – UNESP, UNICAMP, PUC-SP PPGRI San Tiago Dantas, São Paulo, 2015.

MALAMUD, Andres. **A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy.** Latin American Politics and Society, v. 53, n. 3, 2011.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Breve Panorama de Segurança na América do Sul.** IN: NASSER, Reginaldo M.; MORAES, Rodrigo F. (orgs). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.

MEDEIROS FILHO, Oscar.; MARQUES, Adriana. **Entre a “Segurança Democrática” e a “Defesa Integral”:** uma análise de duas doutrinas militares no canto noroeste do subcontinente sul-americano. IN: NASSER, Reginaldo M.; MORAES, Rodrigo F. (orgs). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.

MENEGUELLO, Raquel. **Partido dos Trabalhadores: inovação** do sistema partidário brasileiro: estudo da formação, organização e participação do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1982 em São Paulo. Dissertação de Mestrado (Ciência Política) – Universidade de Estadual de Campinas, Unicamp, 1987.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: A formação de um partido 1979-1982.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGOZZO, Carlos H. M.; et al. **Partido dos Trabalhadores: bibliografia** comentada

(1978-2002). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

MENEGOZZO, C. H. M; MACIEL, A. F; SILVA, P. R; RAMIRES, M. F; GÓES, W. L. **Centro Sérgio Buarque de Holanda: Guia de Acervo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **A Política Externa do Governo Lula: Aspirações e Dificuldades**. Campinas: Ideias, n. 3, 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil, A América Do Sul e a integração regional nos anos recentes**. IN: PAVLAKIS, E. P. et al (eds.) Estudios y homenajes hispanoamericanos IV. Madrid, Ediciones del Orto, 2016.

NASSER, Reginaldo M. **Considerações sobre o conceito de cultura estratégica**. IN: SILVA FILHO, Edson B.; MORAES, Rodrigo F. Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. pp. 185-199.

NASSER, Reginaldo M.; MORAES, Rodrigo F. (orgs). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. Commission du Désarmement. **Securité Collective: Un Plan de Survie**. Rapport de la Commission Indépendante sur les questions de Désarmement et de Sécurité. A/CN.10/38, 08 abr. 1983.

PAGLIARI, Graciela C. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.

PARTIDO dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congresso, 1979-1998**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

PECEQUILO, Cristina S. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Rev. Bras. de Pol. Intern., v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008.

PECEQUILO, Cristina S. **A New Strategic Dialogue: Brazil-US Relations in Lula's Presidency (2003-2010)**. Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, ed. esp., pp. 132-150, 2010.

PEDROSO, Carolina S. **Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

PINHEIRO, Leticia. **Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar**. IN: ALBUQUERQUE, José A. G. (org.). Prioridades, atores e políticas – Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990, São Paulo: NUPRI/USP, v. 4. p. 449-474, 2000.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

RICCI, Rudá. **As origens das tendências do PT**. Blog do Rudá, 2015. Disponível em <<http://www.rudaricci.com.br/origens-das-tendencias-pt/>>. Acesso em 28/12/2017.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Daiana (eds.). **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism**. The case of Latin America. London: Springer, 2012.

ROSENFELD, Denis L. **PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

RUSSELL, R. TOKATLIAN, J. G. **Modelos de política exterior y opciones estratégicas**. El caso de América Latina frente a Estados Unidos. Revista CIDOB d'afers Internacionals. Barcelona, n. 85-86., p. 211-249, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **“Defesa” ou “Segurança”?** Reflexão em torno de Conceitos e Ideologias. Contexto Internacional, v. 33, n. 2, 2011.

SAINT-PIERRE, Héctor; PALACIOS JÚNIOR, Alberto M. **As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009–2012)**. Rev. Bras. Polít. Int. n. 57, v. 1, pp. 22-39, 2014.

SAINT-PIERRE, Héctor L.; SILVA, Diego L. **A Torre de Babel Sul-Americana: A Importância da Convergência Conceitual para a Cooperação em Defesa**. In: Relações Internacionais: Olhares cruzados. Brasília: FUNAG, 2013. p. 281–350.

SATO, Eiti. **40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41 , n. especial “40 anos”, pp. 8-28, 1998.

SAMUELS, David. **From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers’ Party in Brazil**. Comparative Political Studies, n. 37, pp. 999–1024, 2004.

SANAHUJA, J. A.; VERDES-MONTENEGRO ESCÁNEZ, F. **Seguridad y defensa en Suramérica: regionalismo, cooperación y autonomía en el marco de UNASUR**. In: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JÚNIOR, H. (Eds.). . Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2014. [s.l.] CRIES, 2014. p. 487–529.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARAIVA, Miriam G. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Rev. Bras. Polít. Int., v. 50, n. 2, pp. 42-59, 2007.

SARAIVA, Miriam G. **Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur**. Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, ed. esp., pp. 151-168, 2010.

SARAIVA, Miriam G. e BRICEÑO-RUIZ, José. **Argentina, Brasil e Venezuela: As Diferentes Percepções sobre a Construção do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 52, n. 1, pp. 149-166, 2009.

SCHMITTER, Philippe. **A Experiência da Integração Europeia e seu Potencial para a Integração Regional**. São Paulo: Lua Nova, n. 80, pp. 9-44, 2010.

SEABRA, Pedro. **A harder edge: reframing Brazil’s power relation with Africa**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 1, 77-97, 2014.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Diego L. **A construção da confiança na América do Sul e os mecanismos de transparência militar**. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014.

SINGER, André. “**O lulismo não é um monopólio do PT**”. Entrevista concedida à Ricardo Galhardo para o portal Último Segundo. São Paulo, iG, 2012. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-09-30/andre-singer-o-lulismo-nao-e-um-monopolio-do-pt.html>>. Acesso em 27/12/2017.

SINGER, André. **Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo**. São Paulo: Revista Novos estudos – CEBRAP, n.85, 2009.

SOARES, Samuel. **A Defesa na Política Externa da Era Lula**: De uma defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: FREIXO, Adriano; et al (orgs.). **A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

SOLIDARNOSĆ. About Us. **History in dates**. s. d. Disponível em <<http://www.solidarnosc.org.pl/en/about/history-in-dates>>. Acesso em 05/01/2018.

SOMBRA SARAIVA, José F. **Política exterior do Governo Lula**: o desafio africano. Rev. bras. polít. int., v. 45 n. 2, 2002.

SOMBRA SARAIVA, José F. **A nova África e o Brasil na era Lula**: o renascimento da Política atlântica Brasileira. Rev. bras. polít. int., v. 53, ed. esp., pp. 169-182, 2010.

SORJ, Bernardo e FAUSTO, Sérgio. **O Papel do Brasil na América do Sul**: Estratégias e Percepções Mútuas. Revista Política Externa, v. 20, n. 2, pp. 11-22, 2011.

SPEKTOR, Matias. **Ideias de ativismo regional**: a transformação das leituras brasileiras da região. Rev. Bras. Polít. Int., v. 53, n. 1, pp. 25-44, 2010.

STATEMENT by Mr. Olof Palme, chairman of Independent Commission on Disarmament and Security Issues to the second special session of the General Assembly on disarmament, June, 23, 1982. Disponível em <http://www.olofpalme.org/wp-content/dokument/820623_fn.pdf>.

TALMON, Stefan. **Recognition of governments in international law**: with particular reference to governments in exile. Oxford Monographs in International Law. Oxford University Press, 1998.

TOLEDO, Diego. **Chávez provoca bate-boca ao final de cúpula em DF**. BBC Brasil, 30 de setembro de 2005. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050930_diegocupulaba.shtml>. Acesso em 29/12/2017.

UGARTE, José M. **El Consejo de Defensa Suramericano**: balances e perspectivas. Fundación Friedrich Ebert – Argentina, 2010. Disponível em <http://www.fes.org.ar/publicaciones/2010/paper_ugarte_mayo_2010.pdf>. Acesso em 02/01/2018.

UNASUL. **Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul**. Santiago, 2008.

VAZ, Alcides C. **A Ação Regional Brasileira sob as Ópticas da Diplomacia e da Defesa**:

Continuidades e Convergências. In: FAUSTO, Sergio; SORJ, Bernardo. (orgs.) O Brasil e a governança da América Latina: Que tipo de liderança é possível? Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva**: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, v. 29, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo. RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira**: Mercosul e Unasul. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, pp. 517-552, 2014.

VILLA, Rafael D.; VIANNA, Manuela T. **Política Externa do Governo Lula**: Autonomia pela Integração ou busca por um novo paradigma. IN: ALBURQUERQUE, José Augusto G. (org.). A Política Externa do Governo Lula: 2003-2005. São Paulo: Marco, 2007.

VITELLI, Marina G. **Comunidad e Identidad en la Cooperación Regional en Defensa**: entendimientos en conflicto sobre pensamiento estratégico en el Consejo de Defensa Suramericano. Rio de Janeiro: Rev. Esc Guerra Naval, v. 22, n. 2, pp. 233 - 260, 2016.

VITELLI, Marina G. **La identidad estratégica de Brasil**: política de defensa para un jugador global. Colombia Internacional, n. 85, p. 141–169, 2015.

VITELLI, Marina G. **The South American Defense Council**: the Building of a Community of Practice for Regional Defense. Rev. bras. polít. int., v. 60, n. 2, 2017.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Relações Internacionais do Brasil**. De Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS

| Lista de Documentos Consultados | | | |
|----------------------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------|
| Ano | Natureza | Documento | Presença do tema |
| 1979 | Pré-Fundação | Tese de Santo André-Lins | Não |
| | | Carta de Princípios | Não |
| | | Declaração Política | Não |
| | | Plataforma Política | Não |
| 1980 | Fundação | Programa | Sim |
| | | Estatuto | Não |
| | | Manifesto | Não |
| 1981 | 1º Encontro Nacional | Carta de Brasília | Não |
| | | Desemprego | Não |
| | | Discurso de Lula | Não |
| | | Moções | Não |
| | | Regimento | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1982 | 2º Encontro Nacional | Plataforma Eleitoral | Sim |
| | | Carta Eleitoral | Não |
| 1984 | 3º Encontro Nacional | Teses para atuação do PT | Sim |
| | | Finanças | Não |
| | | Fundação Wilson Pinheiro | Não |
| | | Moções | Não |
| | | Imprensa | Não |
| | | Regimento | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1985 | Encontro Nacional | Contra o Continuismo | Sim |
| | Extraordinário | Moções | Não |
| 1986 | 4º Encontro Nacional | Constituinte | Sim |
| | | Plano de Ação Política | Sim |
| | | Documento Eleitoral Básico | Sim |
| | | Linha Sindical do PT | Não |
| | | Moções | Não |
| | | Recursos Eleitorais | Não |
| | | Diretório | Não |
| | | Outras Resoluções | Não |
| 1987 | 5º Encontro Nacional | Resoluções Políticas | Sim |
| | | Carta Aberta | Não |
| | | Proporcionalidade | Não |
| | | Resolução sobre Fortaleza | Não |
| | | Tendências | Não |

| | | | |
|-------------|-----------------------|---------------------------------------|-----|
| | | Moções | Não |
| | | Anexo | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1989 | 6º Encontro Nacional | Eleições | Sim |
| | | Bases do PAG | Sim |
| | | Momento | Sim |
| | | Diretrizes | Não |
| | | Moções | Não |
| | Campanha Presidencial | Democracia | Sim |
| | | Plano Alternativo | Sim |
| | | Economia | Não |
| | | Questão Agrária | Não |
| | | Questão Urbana | Não |
| | | Sociedade | Não |
| 1990 | 7º Encontro Nacional | Socialismo Petista | Sim |
| | | Moções | Não |
| | | Construção Partidária | Não |
| | | Conjuntura | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1991 | 1º Congresso Nacional | Socialismo | Sim |
| | | Conjuntura | Não |
| | | Moções | Não |
| | | Partido | Não |
| 1993 | 8º Encontro Nacional | Por um Governo Democrático | Sim |
| | | Carta de Brasília | Não |
| | | Moções | Não |
| | | Momento Político | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1994 | 9º Encontro Nacional | Conjuntura e Campanha | Sim |
| | | Carta Eleitoral | Não |
| | | Moções | Não |
| | | Fidelidade Partidária | Não |
| | | Resolução sobre Rondônia | Não |
| | Campanha Presidencial | Bases do Programa de Governo | Sim |
| | | O Nordeste e a Integração | Sim |
| | | A Saúde no governo Lula | Não |
| | | Compromissos da Frente Brasil Popular | Não |
| | | Reforma Urbana | Não |
| | | Reforçar a Pequena Produção | Não |
| 1995 | 10º Encontro Nacional | Conjuntura Nacional | Sim |
| | | Adendo | Sim |

| | | | |
|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------|-----|
| | | Construção Partidária | Não |
| | | Moções | Não |
| | | O PT e os Movimentos Sociais | Não |
| | | Resolução sobre o Comunidade Solidária | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1997 | 11º Encontro Nacional | Resoluções Políticas | Sim |
| | | Carta do Rio de Janeiro | Não |
| | | Sobre o Grito dos Excluídos | Não |
| | | Campanha José Rainha inocente | Não |
| | | Diretório | Não |
| 1998 | Encontro Nacional Extraordinário | O Fim de um Ciclo | Sim |
| | | Recursos | Não |
| | Campanha Presidencial | Carta Compromisso | Sim |
| | | União do Povo Muda Brasil | Sim |
| | | Caderno de Saúde | Não |
| | | Caderno de Agricultura | Não |
| | | Caderno de Desenvolvimento Urbano | Não |
| | | Caderno de Emprego | Não |
| 1999 | 2º Congresso Nacional | Resoluções | Sim |
| 2001 | 12º Encontro Nacional | Resoluções | Sim |
| | | Moções | Não |
| 2002 | Campanha Presidencial | A Imaginação a serviço do Brasil | Sim |
| | | Programa de Governo | Sim |
| | | Diretrizes do Programa de Governo | Sim |
| | | Carta ao Povo Brasileiro | Sim |
| | | Compromisso com a Soberania | Sim |
| | | Brasil sem Racismo | Sim |
| | | Combate à Corrupção | Sim |
| | | Uma escola do tamanho do Brasil | Sim |
| | | Vida Digna no Campo | Sim |
| | | Meio Ambiente e Qualidade de Vida | Sim |
| | | O lugar da Amazônia no Desenvolvimento | Sim |
| | | Carta aos Portadores de Deficiências | Não |
| | | Compromisso com as Mulheres | Não |
| | | Compromisso com os Povos Indígenas | Não |
| | | Cooperar e Desenvolver | Não |
| Mais e melhores Empregos | Não | | |
| Saúde para a Família Brasileira | Não | | |
| 2006 | 13º Encontro Nacional | Resoluções | Sim |
| | Campanha Presidencial | Programa de Governo | Sim |
| 2007 | 3º Congresso Nacional | Resoluções | Sim |

| | | | |
|-------------|-----------------------|-----------------------------------|-----|
| 2010 | Campanha Presidencial | Programa de Governo | Sim |
| 2011 | 4º Congresso Nacional | Resoluções | Sim |
| | | Moções | Não |
| 2014 | 14º Encontro Nacional | Resoluções | Sim |
| | Campanha Presidencial | Programa de Governo | Sim |
| | | Diretrizes do Programa de Governo | Sim |
| 2015 | 5º Congresso Nacional | Carta de Salvador e Resoluções | Sim |
| 2017 | 6º Congresso Nacional | Resoluções | Sim |

APÊNDICE B – CONCENTRAÇÃO DE DOCUMENTOS VINCULADOS À TEMÁTICA EM CADA EVENTO





